

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
CURSO DE DOUTORADO

LARISSA RAPOSO DINIZ

IDENTIDADE E ENGAJAMENTO POLÍTICO DE ATIVISTAS DO  
MOVIMENTO AMBIENTALISTA DO NORTE E NORDESTE DO BRASIL

RECIFE  
2017

LARISSA RAPOSO DINIZ

IDENTIDADE E ENGAJAMENTO POLÍTICO DE ATIVISTAS DO MOVIMENTO  
AMBIENTALISTA DO NORTE E NORDESTE DO BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Pedro de Oliveira  
Filho

RECIFE  
2017

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

D585i Diniz, Larissa Raposo.  
Identidade e engajamento político de ativistas do movimento  
ambientalista do Norte e Nordeste do Brasil / Larissa Raposo Diniz. – 2017.

157 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Pedro de Oliveira Filho.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2017.  
Inclui Referências.

1. Psicologia. 2. Ambientalismo. 3. Justiça ambiental. 4. Ambientalistas.  
5. Psicologia social. I. Oliveira Filho, Pedro de (Orientador). II. Título.

150 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-131)

LARISSA RAPOSO DINIZ

**IDENTIDADE E ENGAJAMENTO POLÍTICO DE ATIVISTAS DO MOVIMENTO  
AMBIENTALISTA DO NORTE E NORDESTE DO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Psicologia.

Aprovada em: 17 / 02 / 2017

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Pedro de Oliveira Filho  
Universidade Federal de Campina Grande

---

Profa. Dra. Maria Inês Gasparetto Higuchi  
Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia

---

Profa. Dra. Thelma Maria Grisi Velôso  
Universidade Estadual da Paraíba

---

Prof. Dr. Jefferson de Souza Bernardes  
Universidade Federal de Alagoas

---

Profa. Dra. Jaileila DE Araújo Menezes  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Jorge Luiz Cardoso Lyra da Fonseca  
Universidade Federal de Pernambuco

À Mãe Terra.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Poder Superior que, como mãos leves e puras de uma Pena Branca, me conduz por caminhos profundamente generosos que reluzem vida infinita. Suas Sete Flechas acertaram meu coração que hoje transborda gratidão. Aos Pretos Velhos, amigos sinceros e carinhos, agradeço pela Guarda e pelas palavras doces e firmes. Sou grata também ao Gavião Real, que me ensina que posso alcançar as altitudes. Que assim também possa esse trabalho. Minha terna gratidão vai também para as abelhas, que me ajudam a adoçar meu coração e silenciar o que não me serve mais. E à amorosa medicina da floresta!

Quero agradecer, de modo especial, aos ambientalistas que se dispuseram a participar das entrevistas que, com boa vontade, compreenderam a relevância desse estudo e contribuíram de maneira decisiva.

Ao meu amigo e orientador Pedro, que conduziu o processo de orientação de uma maneira leve e bem humorada durante todos os nossos anos de parceria acadêmica, não só durante o doutorado, mas também no mestrado. Sou admiradora da sua inteligência e da sua perspicácia.

Os meus pais e à minha irmã, pelo apoio incondicional nessa jornada e em todos os projetos que realizei na vida. Sou grata por me oferecerem sempre acolhida e compreensão.

Ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPE, professores e alunos, em especial aos amigos Anna Karina, Diogivânia, Flávia, Isabela, Juliana, Pedro Paulo, Telma, Túlio, Vanessa e Yuri. Também à Fatima Santos, professora e amiga, com quem tive a oportunidade de fazer dois semestres de estágio de docência, me ensinando a ser leve nesse ofício.

À pesquisadora e professora Maria Inês Gasparetto Higuchi, pela gentileza de ter me recebido e inserido no cotidiano do Laboratório de Psicologia e Educação Ambiental (LAPSEA), através do “Intercâmbio em Processos e Metodologias de Psicologia e Educação Ambiental”, realizado no Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA). A observação e participação das atividades ali realizadas proporcionaram-me interessantes experiências e novas aprendizagens,

possibilitando que eu aprofundasse minhas compreensões acerca da temática ambiental e das possibilidades de atuação da psicologia nesse campo. Aproveito para agradecer ainda ao INPA, representado na sua pessoa, que cedeu livremente as instalações do instituto e permitiu que eu permanecesse trabalhando na pesquisa durante os dois meses de intercâmbio realizado em 2015.

Agradeço também aos professores da banca examinadora, Maria Inês, Thelma, Jefferson, Jaileila e Jorge. Tenho certeza que têm muito a contribuir!

Às instituições de fomento que, pelo financiamento desse estudo, permitiram que me dedicasse integralmente à pesquisa: a CAPES e a FACEPE.

Que bom que conheci todos vocês!

## Presente

Eu chamo a força da terra, a semente  
Chamo o uivo do vento no ar  
E chamo o fogo que trisca em meus dentes  
Chamo a força das ondas do mar

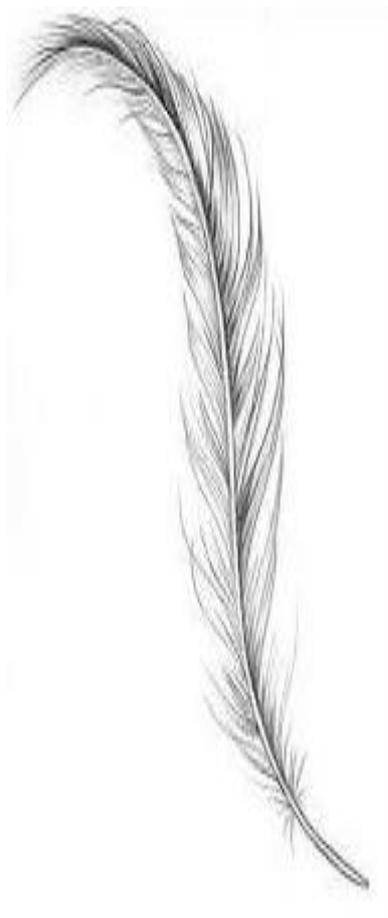
Eu peço a força dos quatro elementos  
para agora vir nos ajudar  
E peço a força que une a corrente  
para dentro de nós trabalhar

Eu chamo o brilho de cada arco-íris  
para o infinito coroar  
E vos saúdo Oh Maharishi  
E te recebo Rainha Estelar

Venho assim lhe trazer um presente  
para que te lembres de teu lar  
Ao vencedor da escola terrestre  
vem a luz do amor libertar

Eu bem protejo e dou o sustento  
a vós que sabeis me apreciar  
Que me consagra a cada momento  
sabendo em seu coração guardar

Flávio Passos



## RESUMO

Neste trabalho investigamos o ativismo ecológico enquanto um caminho de politização e de construção identitária. Objetivamos analisar a construção discursiva da identidade de militantes do movimento ambientalista das regiões Norte e Nordeste do Brasil, buscando, especificamente, identificar, em suas narrativas, as especificidades dos recursos discursivos institucionais, sociais e/ou culturais, que foram apresentados como dispositivos na construção de suas identidades de militantes ambientalistas; identificar e analisar os diferentes discursos mobilizados quando definem a si mesmos e o movimento do qual fazem parte; identificar e analisar os recursos retóricos utilizados para justificar o engajamento no movimento ambientalista e combater o discurso antiambientalista. Realizamos entrevistas de Relato Oral de Vida com 23 voluntários de ambos os sexos, com história pessoal de militância no ambientalismo, cujas idades variaram entre 20 e 67 anos e que residiam nos estados do Amazonas (AM), Paraíba (PB) e Pernambuco (PE). Eles atuavam em organizações de iniciativa do poder público ou da sociedade civil, envolvidos na defesa do meio ambiente nas suas mais diversas vertentes. Os relatos foram gravados, transcritos na íntegra e analisados com o método de análise do discurso desenvolvido pelos teóricos da psicologia social discursiva. As narrativas dos entrevistados evidenciam a heterogeneidade do campo discursivo do ambientalismo, marcado por conflitos e tensões entre perspectivas distintas de homem e natureza, e pela integração de questões sociais a um movimento ambiental diversificado. De modo geral, se posicionam a favor de uma aproximação entre preservação do meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico (socioambientalismo), em detrimento de propostas de proteção ambiental por meio da exclusão do homem dos espaços naturais (preservacionismo). Os depoentes compreendem o ambientalismo como um caminho de sensibilização de outros sujeitos, que oportuniza um espaço no qual se pode discutir e disseminar a ideia da participação cidadã e do engajamento coletivo. Suas narrativas falam de agentes políticos e sociais que, de diferentes maneiras, são posicionados como estando na origem do trabalho ecológico que viriam a realizar mais tarde: 1) Um contexto familiar que propiciou um contato e um bem estar com a natureza; 2) espaços escolares que possibilitaram interlocuções que foram importantes no processo de construção das suas identidades; e 3) a Igreja Católica como um agenciador das

identidades de militantes dos nossos entrevistados. As definições e descrições que construíram a respeito do ambientalista e do ambientalismo foram agrupadas em categorias tais como Preservacionistas e Conservacionistas, Socioambientalistas, os Espiritualistas, os Missionários, os Apaixonados pela natureza e o Outro. Eles ainda constroem a identidade dos ambientalistas como pessoas que possuem um espírito missionário e uma preocupação com a coletividade, sendo pró ativos no engajamento político e na busca por melhorias na relação que o homem estabelece com a natureza. Os nossos depoentes abordam o ambientalismo como uma pluralidade, composto por várias posições identitárias, como um sujeito político que é constituído em meio às várias práticas articulatórias e abordagens discursivas nos cenários das relações políticas e sociais contemporâneas. Isso nos leva a concluir que é inadequado falar desse agente social como se estivéssemos nos referindo uma entidade unificada e homogênea.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ambientalismo. Identidade política. Psicologia social discursiva. Relatos orais de vida. Justiça socioambiental.

## ABSTRACT

In this work we have investigated environmental activism as a path to politicizing and identity construction. We aim to analyze the discursive construction of the environmental movement activists' identity from North and Northeast regions of Brazil, specifically seeking to identify the specificities of the institutional, social and / or cultural discursive resources that were presented as devices in the construction of their identities of environmentalist militants; to identify and to analyze the different mobilized discourses when they define themselves and the movement which they make part of; to identify and to analyze the rhetorical resources used to justify engagement in the movement and to combat anti-environmentalist discourse. We have made interviews of Oral Life Report with 23 volunteers of both genders, with personal history of activism in environmentalism, whose ages ranged from 20 to 67 years-old and who lived in the states of Amazonas (AM), Paraíba (PB) and Pernambuco (PE). They worked in organizations of public initiative or civil society, involved in the defense of the environment in its most diverse aspects. The reports were recorded, transcribed in full and analyzed using the method of discourse analysis developed by discursive social psychology theorists. The interviewees' narratives highlight the heterogeneity of the discursive field of environmentalism, marked by conflicts and tensions between different perspectives of man and nature, and by integrating social issues with a diversified environmental movement. In general, they are in favor of an approximation between preservation of the environment and socioeconomic development (socio-environmentalism), to the detriment of proposals for environmental protection through the exclusion of man from the natural spaces (preservationism). The deponents understand environmentalism as a way of raising awareness of other subjects, which provides room for discussion and dissemination of the idea of citizen participation and collective engagement. Their narratives speak of political and social agents who, in different ways, are positioned as being at the origin of the ecological work that would come later: 1) A family context that provided a contact and a well-being with nature; 2) school spaces that enabled important interlocutions in the process of constructing their identities; and 3) the Catholic Church as an agent of the identities of militants of our interviewees. The definitions and descriptions they constructed regarding the environmentalist and environmentalism were grouped into categories such as

Preservationists and Conservationists and Socioenvironmentalists, Spiritualists, Missionaries, Passionates of the Nature and the Others. They still build the identity of environmentalists as people who have a missionary spirit and a concern for the community, being proactive in political engagement and the search for improvements in the relationship that man establishes with nature. Our deponents approach environmentalism as a plurality, composed of several identitarian positions, as a political subject that is constituted among the various articulatory practices and discursive approaches in the scenarios of contemporary political and social relations. This leads us to conclude that it is inappropriate to speak of this social agent as if we were referring to a unified and homogeneous entity.

**KEY WORDS:** Environmentalism. Political identity. Discursive social psychology. Oral reports of life. Environmental justice.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Distribuição dos Participantes por Sexo e Local de Residência .....	66
Quadro 2 – Descrição dos Relatos Oraís de Vida dos Depoentes .....	67

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2</b>	<b>AMBIENTALISMO E A JUSTIÇA SOCIAL E AMBIENTAL</b> .....	19
<b>2.1</b>	<b>No Brasil</b> .....	27
<b>3</b>	<b>DISCURSO E IDENTIDADE</b> .....	40
<b>3.1</b>	<b>Sujeito, discurso e identidade</b> .....	42
<b>3.2</b>	<b>Identidade e política</b> .....	48
<b>3.2.1</b>	<b>Política, identidade e movimentos sociais</b> .....	53
<b>3.3</b>	<b>Identidade e narrativas</b> .....	59
<b>3.4</b>	<b>Linguagem, identidade e análise de discurso</b> .....	63
<b>4</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	66
<b>4.1</b>	<b>Participantes</b> .....	68
<b>4.2</b>	<b>Procedimentos e instrumento</b> .....	74
<b>4.3</b>	<b>A análise</b> .....	77
<b>4.4</b>	<b>Cuidados éticos</b> .....	81
<b>5</b>	<b>COMO SE TORNARAM AMBIENTALISTAS</b> .....	84
<b>5.1</b>	<b>Família em proximidade com a natureza</b> .....	85
<b>5.2</b>	<b>Contextos educacionais</b> .....	91
<b>5.3</b>	<b>A igreja católica</b> .....	98
<b>6</b>	<b>DEFININDO O MOVIMENTO AMBIENTALISTA</b> .....	106
<b>6.1</b>	<b>Preservacionistas e conservacionistas</b> .....	107
<b>6.2</b>	<b>Socioambientalista</b> .....	114
<b>6.3</b>	<b>Espiritualistas</b> .....	122
<b>6.4</b>	<b>Missionários</b> .....	127
<b>6.5</b>	<b>Apaixonados pela natureza</b> .....	134
<b>6.6</b>	<b>O outro</b> .....	136
<b>6.6.1</b>	<b>Aliados - Os ribeirinhos</b> .....	137
<b>6.6.2</b>	<b>Amigo/adversário – O Estado</b> .....	141
<b>6.6.1</b>	<b>Adversários – Os antiambientalistas</b> .....	142
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	146
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	149
	<b>ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b>	
	1545	

## 1 INTRODUÇÃO

O ambientalismo consiste em um heterogêneo campo de correntes político-ideológicas e movimentos sociais que defende o meio ambiente, reivindica medidas de conservação ambiental e, sobretudo, prega uma mudança profunda nos hábitos e valores da sociedade (LEIS, 2004). As concepções sobre o meio ambiente nas diversas abordagens do ambientalismo têm sofrido modificações ao longo do tempo, quando posicionamentos marcadamente antagônicos vão sendo substituídos, mas não totalmente, por discursos mais moderados e relativizados, a partir da incorporação dos assuntos ambientais com as questões socioeconômicas.

A diversidade que caracteriza o ambientalismo é considerada, por muitos de seus integrantes, como um de seus pontos fortes, pois permite que esse movimento absorva um grande número de interesses e conhecimentos, ao mesmo tempo em que possibilita a discussão das mais diversas questões relativas ao meio ambiente. Outros, entretanto, criticam intensamente essa diversidade e a consideram um indicativo de inconsistência. Essas vozes críticas costumam, também, posicionar os ambientalistas como militantes fanáticos e histéricos, cujos pontos de vista não são baseados em fatos concretos, mas em crenças: “Muitos grupos ambientalistas têm abraçado as suas causas com todo o entusiasmo de uma cruzada religiosa, abandonando o bom senso e aceitando, pela fé, muitas falsas premissas”<sup>1</sup> (LIMBAUGH, 1993, p. 189-190).

Apesar de se constituir como um campo complexo e permeado por disputas ideológicas e múltiplos posicionamentos identitários, compreendemos que o campo ambientalista aponta para a possibilidade de mobilização e atribuição de sentidos para a atuação política de sujeitos individuais e coletivos contemporâneos. O “sujeito ecológico”, concebido como um tipo ideal, traduz uma subjetividade ambientalmente orientada que encarna os dilemas societários, éticos e estéticos, tributário de um ideal de sociedade emancipada e ambientalmente sustentável e demarca um campo de ideais disponíveis para a formação identitária (CARVALHO, 2006).

---

<sup>1</sup> Tradução livre de: “Many environmental groups have adopted their cause with all the enthusiasm of a religious crusade, abandoning reason and accepting many faulty premises on Faith” (LIMBAUGH, 1993, p. 189-190).

Assim, a ideia de mudanças radicais cultivada pelo ideário ecológico envolveria não apenas uma nova sociedade, mas, também,

um novo sujeito que se vê como parte desta mudança societária e a compreende como uma revolução de corpo e alma, ou seja, uma reconstrução do mundo incluindo os estilos de vida pessoal. Este parece ser o elemento que confere o caráter promissor e sedutor do campo ambiental em suas esferas de ação política, formação de especialistas, profissionalização e teorização (CARVALHO, 2006, p. 6).

Em virtude da pluralidade de discursos que compõem esse campo político e ideológico, a questão ambiental surge como uma causa com grande potencial de identificação e nova oportunidade para o engajamento social e político. Castells (1999) observa que temos debatido o aquecimento global e as consequentes mudanças climáticas que abrangem todo o globo, denunciado a queimada das florestas tropicais, alertado sobre os riscos à saúde decorrentes das altas concentrações de substâncias tóxicas na produção de alimentos, evidenciado a poluição dos mares e a extinção de importantes espécies animais. Para o referido sociólogo espanhol, que elabora uma interessante análise sobre as origens, os propósitos e os efeitos de movimentos ativistas sobre as relações humanas – dentre esses, o movimento ambientalista –, o fato de a opinião pública estar debatendo essas e outras discussões, e de que vem se estabelecendo uma conscientização cada vez maior do caráter global e independente de tais questões, acaba por lançar as bases para “uma reorientação das instituições e políticas no sentido de um sistema socioeconômico responsável do ponto de vista ambiental” (CASTELLS, 1999, p. 142).

Os discursos que enunciam que a construção de um novo mundo depende da construção de novos sujeitos, despertaram o nosso interesse pela investigação do engajamento ecológico como um caminho de politização e de construção identitária. O discurso ambientalista, reconhecido em sua relevância, vem conquistando adeptos de maneira mais intensa nas últimas décadas e tem contribuído para a construção de um modo de ser no mundo: ser ecológico. Perguntamo-nos, por conseguinte, diante da crescente difusão do discurso ecológico no contexto de um mundo globalizado, qual a diversidade de leituras que pessoas

diretamente envolvidas constroem sobre essa temática? Como esse discurso é construído quando falam sobre seu engajamento político? Na verdade, a nossa pergunta principal é: qual a repercussão de um discurso ambientalmente orientado na construção de suas identidades sociais e políticas? Trata-se, portanto, de um estudo que põe em discussão os processos sociopolíticos de construção da identidade de um sujeito ecológico e considera a dimensão subjetiva como parte essencial na problemática ambiental, interessado ainda em compreender a complexa relação entre a ação dos seres humanos e a atual crise ambiental planetária.

Adotando a compreensão de que os discursos podem operar como pontos de identificação, para serem adotados, atribuídos, negociados e reconfigurados pelos atores sociais, buscamos investigar como ativistas do movimento ambientalista do Brasil, em particular, os das regiões Norte e Nordeste do país, constroem discursivamente essa identidade social. A partir das descrições que fazem sobre si mesmos e os demais ambientalistas, procuramos identificar, da mesma forma, como posicionam aqueles que se colocam como adversários dos ideais ambientalistas, evidenciando que aparatos institucionais, sociais ou culturais aparecem nos seus discursos como colaboradores da construção de suas identidades.

Assim, o objetivo geral da pesquisa de doutorado, que apresentamos aqui, foi analisar a construção discursiva de identidades para sujeitos individuais e coletivos do movimento ambientalista, em relatos orais de vida de ativistas das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Especificamente, buscamos a) identificar e analisar, nesses discursos, as especificidades dos recursos discursivos institucionais, sociais e/ou culturais que foram posicionados como dispositivos agenciadores na construção da identidade de ativistas desses sujeitos, observando, também, os recursos e argumentos utilizados para justificar o seu engajamento ao movimento. Procuramos, ainda, b) identificar e analisar a mobilização de termos, descrições e definições do ambientalista e do ambientalismo, analisando, ademais, os argumentos e os recursos retóricos utilizados para combater e condenar o discurso de oposição a esse movimento, o discurso “antiambientalista”.

Para tanto, realizamos 23 entrevistas autobiográficas com ativistas de ambos os sexos e com história pessoal de militância no ambientalismo, que residiam no Estado do Amazonas, localizado na região Norte, e nos Estados da Paraíba e de

Pernambuco, ambos da região Nordeste do país. Suas idades variaram entre 20 e 67 anos, e atuavam, em sua maioria, em organizações de iniciativa do poder público ou da sociedade civil, que trabalhavam na defesa do meio ambiente nas suas mais diversas vertentes, seja de proteção de animais, de preservação de florestas, na promoção de uma agricultura sustentável, na defesa do estilo de vida de povos tradicionais, seja da questão da água e dos oceanos, entre outros.

Apresentamos, portanto, esta tese de doutorado, na qual publicizamos os resultados da investigação que desenvolvemos nos quatro anos de curso, iniciando com este capítulo, no qual introduzimos brevemente o nosso campo de investigação, explicitando, ainda, os objetivos que nortearam esta investigação. Discorreremos, no segundo capítulo, **Ambientalismo e Justiça Social e Ambiental**, a respeito da trajetória recente desse movimento social no mundo e, em particular, no Brasil, no qual evidenciamos as instigantes composições ideológicas e filosóficas que se concretizam nas diversas abordagens que compõem esse campo discursivo. No terceiro capítulo, **Discurso e Identidade**, fazemos uma revisão da literatura especializada sobre os estudos que bordam a relação entre o discurso e a construção de identidades sociais e políticas, a partir de uma perspectiva pós-estruturalista de sujeito. Nele, o leitor encontrará os subtópicos “Sujeito, Discurso e Identidade”, “Identidade e Política”, “Política, Identidade e Movimentos Sociais”, “Identidade e Narrativas” e “Linguagem, Identidade e Análise de Discurso”. No capítulo seguinte, o quarto, trazemos uma descrição do **Percurso Metodológico** adotado na nossa pesquisa, no qual explicitamos os “Participantes” que colaboraram com nosso projeto, os “Procedimentos e instrumento” utilizados para a realização das entrevistas, uma descrição da “Análise” realizada e, por fim, os “Cuidados Éticos” que adotamos na investigação.

No quinto capítulo da tese – e o primeiro analítico –, **Como se tornaram ambientalistas**, identificamos os dispositivos sociais que cooperaram para a construção da identidade de ativistas do ambientalismo das regiões Norte e Nordeste, ressaltando os processos de socialização que colaboram para a constituição desta identidade social. Ele está dividido pelos subtópicos “Família em Proximidade com a Natureza”, “Contextos educacionais” e a “Igreja Católica”. No capítulo sexto, também analítico, **Definindo o Movimento Ambientalista**, apresentamos as nossas reflexões sobre as descrições e definições acerca das

categorias discursivas e identitárias, construídas nos discursos dos participantes, referentes à identidade social e política de ambientalista. E, por fim, nas **Considerações Finais** expomos algumas conclusões levantadas por meio do exercício analítico acerca dos processos de socialização e de identificação evidenciados nos relatos dos entrevistados.

Uma boa leitura!

## 2 AMBIENTALISMO E A JUSTIÇA SOCIAL E AMBIENTAL

O ambientalismo é um movimento social que, pela sua produtividade histórica e por seu impacto nos valores culturais e instituições da sociedade, merece a posição de destaque que conquistou a partir do último quarto do século passado. Na opinião de Castells (1999), as ações coletivas e políticas e os discursos agrupados sob a terminação de ambientalismo são tão diversificados que se torna impossível considerá-lo um único movimento. Para ele, trata-se de uma “nova forma de movimento social descentralizado, multiforme, orientado à formação de redes e de alto grau de penetração” (p. 143).

Analisando a trajetória desse movimento nas sociedades norte-americana e europeia, esse autor observa que, nos anos 1990, 80% dos norte-americanos e mais de dois terços dos europeus consideravam-se ambientalistas. Partidos políticos e candidatos encontravam dificuldades para se eleger se não incorporassem pautas ecológicas nas suas plataformas políticas. Os governos e instituições internacionais estavam multiplicando programas, órgãos especiais e legislações com o objetivo de proteger a natureza, melhorar a qualidade de vida e salvar o planeta. Até grandes empresas, com um passado de intensa emissão de poluentes, passaram a introduzir a questão do ambientalismo nas suas agendas de relações públicas, como também em seus novos e promissores mercados.

Segundo esse autor,

O movimento ambientalista multifacetado que surgiu a partir do final dos anos (19)60 na maior parte do mundo, principalmente nos Estados Unidos e norte da Europa, encontra-se, em grande medida, no cerne de uma reversão drástica das formas pelas quais pensamos a relação entre economia, sociedade e natureza, propiciando assim o desenvolvimento de uma nova cultura (CASTELLS,1999, p.142).

Ideias sobre a preservação da natureza, busca de qualidade ambiental e vida ecológica remontam ao século XIX, mas o ambientalismo, como um movimento de massa, ganha força somente no final dos anos 1960 entre as classes populares,

marcadamente nos Estados Unidos, na Alemanha e na Europa Ocidental, espalhando-se em seguida – e rapidamente –, pelo restante do mundo.

Castells (1999) levanta a hipótese de que há uma relação direta entre os temas que são abordados pelo ambientalismo e as principais dimensões da nova estrutura social, que ele denomina de sociedade em rede:

Essa sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pela transformação das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes. Essa nova forma de organização social, dentro de sua globalidade que penetra em todos os níveis da sociedade, está sendo difundida em todo o mundo, do mesmo modo que o capitalismo industrial e seu inimigo univitelino, o estatismo industrial, foram disseminados no século XX, abalando instituições, transformando culturas, criando riqueza e induzindo a pobreza, incitando a ganância, a inovação e a esperança, e ao mesmo tempo impondo o rigor e instilando o desespero (CASTELLS, 1999, p. 17).

O autor adverte que aquilo que chamamos de globalização é, na verdade, uma maneira de nos referirmos à sociedade em rede. Ela difunde-se por meio do poder integrado nas redes globais de capital, bens, serviços, comunicação, informação, ciência e tecnologia. Portanto, o ambientalismo se fortaleceu ao compartilhar das principais dimensões da estruturação desse fenômeno.

Se considerarmos o ambientalismo como uma ideologia política específica, ele pode ser definido como um conjunto de ideias voltadas para o meio ambiente que busca, dentre outros objetivos, a preservação do planeta contra a ganância corporativa e a transformação da sociedade. Como um movimento global, o ambientalismo é primeiramente uma política para a ecologia, contudo, ele envolve muito mais do que uma preocupação apenas com a natureza. De acordo com Wall (2010), a ecologia é o primeiro pilar de uma plataforma na qual a defesa da justiça social, da democracia popular e da não-violência é também fundamental.

Dentro dessa perspectiva, a justiça social, como um segundo fundamento, é vital. Os ambientalistas argumentam que a proteção ambiental não deve acontecer

com sacrifícios adicionais para os mais pobres nem levar a desigualdades, o que comumente os posiciona como membros de um movimento social de esquerda no cenário das disputas políticas. Contudo, alertam para a complexidade desse debate, pois há muitas instituições políticas de esquerda que falham no quesito de proteção ambiental.

O mesmo acontece com a promoção de uma democracia de base popular, o terceiro pilar da política verde. Wall (2010) salienta que os ambientalistas, no entanto, são diferentes dos socialistas tradicionais, que geralmente têm promovido a governança centralizada das sociedades. A democracia popular é um princípio que compartilham com os anarquistas e outros libertários. A demanda por uma democracia participativa foi uma das mais importantes aspirações do Partido Verde Alemão nos anos 1980, por exemplo, considerado um dos mais organizados do mundo. Dentro de sua própria organização institucional, procuraram funcionar de um modo descentralizado e participativo. Assim, as figuras de líderes eram rejeitadas, as políticas baseadas em personalidades desaprovadas e as decisões da organização eram tomadas coletivamente. Atualmente, são menos radicais, mas ainda orgulhosos por possibilitarem a seus integrantes a participação comunitária nas deliberações do grupo.

A não-violência é o quarto pilar na agenda ambientalista, levando as instituições ambientais a se envolverem em movimentos pela paz e de oposição à guerra, ao comércio de armas e às resoluções baseadas na violência. Contudo, atualmente, esse compromisso está cada vez menos presente nos diálogos que travam com outros grupos (WALL, 2010).

Castells (1999) também destaca uma perda de relevância desse pilar no movimento. Segundo ele, os protestos antinucleares e pela paz foram relegados a segundo plano, em parte devido ao próprio sucesso dos protestos e em função do fim da Guerra Fria. É quando uma série de questões sociais passa a integrar um movimento que estava se tornando cada vez mais diversificado, fazendo da justiça social e ambiental uma nova fronteira para os ambientalistas:

As comunidades de baixa renda e as minorias étnicas mobilizaram-se contra o fato de serem escolhidas como alvo de discriminação ambiental, submetidas com maior frequência que a população como

um todo à exposição a substâncias tóxicas, à poluição, a materiais prejudiciais à saúde e à degradação ambiental de seu espaço (1999, p.165).

Essas campanhas, portanto, colocam o movimento ambientalista num cenário mais amplo de direitos e reivindicações, não se dedicando exclusivamente à proteção dos espaços naturais. Especialmente em países da América Latina, os grupos ambientalistas se multiplicaram e estabeleceram alianças com grupos de direitos humanos, feministas e organizações não-governamentais, conquistando visibilidade e legitimidade tanto na política institucional como fora dela. Assim, o ambientalismo passa a ter como traço central o interesse pela justiça ambiental e social como uma “noção ampla que reafirma o valor da vida em todas as suas manifestações, contra os interesses de riqueza, poder e tecnologia”, e que vem gradativamente conquistando espaço político (CASTELLS, 1999, p.166).

Por outro lado, alguns militantes observam essa nova roupagem como um oportunismo de causas menos populares que procuram adquirir apoio e atenção devido às experiências bem sucedidas e ao status de movimento legítimo conquistado pelo ambientalismo. Outros mais conservadores veem com cautela essa linha de ação que consideram demasiadamente ampla, com potencial para desviar o movimento do seu enfoque original.

Sendo considerado ora um movimento social, ora uma ideologia ou uma filosofia, o ambientalismo é marcado por uma heterogeneidade de posicionamentos e repertórios discursivos cujo elemento central é uma abordagem ecológica das sociedades. O elemento ecocêntrico pode ser evidenciado, por exemplo, na vertente discursiva que argumenta que todas as espécies de vida, inclusive o planeta em si, têm seu próprio valor moral e que, devido a isso, não podem ser usadas indefinidamente apenas para o benefício da humanidade. O termo ecologia profunda se refere a essa perspectiva de que a natureza tem um estatus ético, cujo primeiro princípio estabelece que “o bem-estar e o florescimento da vida humana e não-humana na Terra têm um valor em si mesmos. Estes valores são independentes da

utilidade do mundo não-humano para os propósitos humanos”<sup>2</sup> (NAESS, 1989, p. 21).

Por essa razão, o ambientalismo inclui um elemento de direitos animais que está na base de campanhas contra o uso de animais pelas indústrias de cosméticos e a farmacêutica, contra as indústrias de produção em larga escala de animais para abate, contra os torneios do tipo rodeios e vaquejadas, dentre outras formas de crueldades. Alguns ativistas, no entanto, vão além dos direitos animais e incluem todos os ecossistemas nessa proposta, gerando um certo dilema intelectual, pois, como definir os direitos de uma planta ou de uma montanha (WALL, 2010)?

O cuidado com as gerações futuras é outro princípio da ecologia profunda e propõe que o homem deva ser um bom ancestral para as próximas gerações. Equidade intergeracional é a ideia de que precisamos deixar as coisas pelo menos em tão bom estado quanto aquele em que as encontramos, e que é necessário considerar os efeitos de qualquer projeto para aqueles que habitarão o planeta.

Um evidente naturalismo está também associado a essa perspectiva, pois se concebe que, como parte da natureza, as sociedades humanas deveriam se guiar por leis naturais para modelar os comportamentos humanos. O problema é que a natureza funciona de maneiras diferentes em diferentes áreas do mundo natural, e não temos como encontrar uma lei única e universal para servir como referência. Além disso, ao reduzir as sociedades humanas à biologia, o naturalismo ignora as causas sociais dos problemas ambientais (CASTELLS, 1999).

Na diversidade de compreensões que constituem o ambientalismo, encontramos também posturas anarquistas que desafiam princípios da ecologia profunda e que advogaram por uma ecologia social. Nessa perspectiva, uma sociedade hierarquizada e dominada por uma elite seria a principal causa da destruição ambiental. Aqui se critica duramente o capitalismo e se enaltece a iniciativa de criar uma sociedade ecológica descentralizada, por meio de uma economia alternativa localizada, comunal e que produz com respeito pelo ambiente natural. Essa postura anticapitalista é compartilhada também pelos ecossocialistas, para quem a política verde só tem sentido se for de esquerda, e que acreditam que o

---

<sup>2</sup> Tradução livre de: “the well-being and flourishing of human and nonhuman life on Earth have value in themselves. These values are independent of the usefulness of the nonhuman world for human purposes” (NAESS, 1989, p. 21).

capitalismo, na sua ganância por mais crescimento, consumo e maiores lucros, é o que tem levado à destruição ambiental. Ecoanarquismo e ecossocialismo, como tantas outras ideologias, possuem posturas internas diversificadas, até mesmo divergentes.

Por outro lado, faz parte também do movimento um discurso que argumenta que o ambientalismo é intrinsecamente feminista. Wall (2010) lembra que as campanhas contra as usinas de energia nuclear nos anos 1970 e o movimento pela paz nos 1980, foram fundamentadas principalmente em correntes do pensamento feminista. O ambientalismo tem apoiado fortemente políticas contra as desigualdades de gênero, estimulando a ascensão econômica e social das mulheres. As ecofeministas são críticas da sociedade dominada pelos homens e defendem o princípio do respeito incondicional pela natureza como fundamento da libertação tanto do patriarcado como do industrialismo, que, segundo elas, seriam os principais responsáveis pela destruição do meio ambiente. Veem as mulheres como vítimas da mesma violência que é imposta à natureza. Há também aqui uma variedade de importantes e complexos posicionamentos, mas o que todos têm em comum é a ideia de que a sociedade patriarcal é destruidora da natureza.

Outra vertente discursiva do ambientalismo, uma mais controversa, é a que liga política verde e espiritualidade. Os ambientalistas aliados a essa perspectiva rejeitam o materialismo e acreditam que as necessidades humanas são diversas, indo desde elementos emocionais e espirituais a bens materiais. Compreendem que houve uma época em que o homem considerou o mundo natural como algo sagrado, mas a natureza perdeu o seu encanto e ele passou a abusar dela. O cristianismo, o islamismo e o judaísmo são consideradas religiões que, de certa maneira, têm contribuído para esse distanciamento entre o homem e o meio ambiente, pois todas compartilham de um mesmo conjunto de livros – basicamente, todo o Antigo Testamento bíblico, que proclama o domínio da natureza pela humanidade.

Entretanto, podem ser encontrados elementos que indiquem um cuidado com o meio ambiente nessas mesmas filosofias, a exemplo dos princípios de compaixão, de paz e de justiça tão presentes nos discursos de São Francisco de Assis, que cuidou tanto dos pobres quanto da natureza. No Alcorão, existem ensinamentos que chamam a humanidade para cuidar da Terra e rejeitar o desperdício do super consumo. Além dessas, pode ser encontrada ainda no Budismo e no Taoísmo a

ideia de um equilíbrio e harmonia natural. O paganismo e as tradições indígenas tendem a ser baseadas também na ideia de que a natureza é sagrada (WALL, 1994).

Os espiritualistas reprovam a insistência dos ecossocialistas na ideia de que as forças materiais de uma sociedade de classes moldam as crenças humanas e condicionam como o ambiente natural é tratado. Criticam, na verdade, a visão reducionista da natureza em detrimento do reconhecimento de uma dimensão espiritual do mundo. A visão espiritualizada não é, contudo, homogênea dentro do movimento. A noção de Gaia, por exemplo, criada pelo cientista James Lovelock em 1979, em seu livro “Gaia: A new look at life on Earth”, pode estar presente nas ideias de alguns ambientalistas, mas pensar que o planeta seria um organismo vivo, como uma deusa, é o ponto de vista de uma minoria dentro do largo espectro de compreensões e posições do ambientalismo.

Apesar dos diversos discursos e posicionamentos, atualmente se observa que os grupos ambientalistas não estão especialmente ocupados nas discussões das filosofias peculiares a cada um. A ameaça de um sério colapso ambiental global tem estimulado todos a buscar soluções urgentes. Como salientamos anteriormente, o ambientalismo é mais do que uma preocupação ambiental, mas as crescentes evidências de uma mudança que ocorre no clima do planeta Terra, e outras ameaças ecológicas, têm fomentado o seu crescimento. Uma crise ambiental é a maior inspiração por trás do crescimento e do desenvolvimento da política verde nos anos recentes.

Não é de hoje que enfrentamos problemas ambientais; o que é novo é a sua escala global de alcance, pois as mudanças climáticas têm efeitos planetários devastadores, sendo a manifestação visível de uma crise ecológica maior que ameaça a humanidade e o restante da natureza. A queima excessiva de combustíveis fósseis e a consequente super emissão de gases de efeito estufa na atmosfera têm alterado um ciclo natural que envolve, de início, as florestas, os mares e as geleiras, mas cujas implicações atingem todos os ecossistemas e as sociedades, particularmente as mais pobres e com poucos recursos para mitigar as consequências desse fenômeno.

Na perspectiva dos ambientalistas, tal crise tem raízes na economia e na ideia de um eterno crescimento econômico, pois quanto mais se consome e produz, na suposta busca por uma vida melhor, maior é o aumento da poluição e do desperdício. Como Wall (2010) afirma, mesmo que a tecnologia possa permitir que as sociedades produzam bens de um modo cada vez mais ecologicamente correto e limpo, há uma contradição no cerne desse processo, pois o crescimento econômico, mesmo acompanhado por tecnologias mais limpas, ainda produz danos ao meio ambiente.

O enfoque ecológico da vida, da economia e das instituições sociais realizado pelos ambientalistas salienta o caráter holístico de todas as formas de matéria, estando ainda relacionado ao complexo e intrincado processamento de informações característico da sociedade em rede, como sugerida por Castells (1999). Quanto mais ampliamos os nossos conhecimentos e as potencialidades de nossa tecnologia, melhor percebemos o distanciamento entre a nossa capacidade de produção cada vez maior e a nossa organização social primitiva e destrutiva. “É esse o fio que costura as relações cada vez mais estreitas entre revoltas sociais, locais e globais, defensivas e ofensivas, engajadas na luta por questões ou por valores, surgindo um novo movimento ambientalista” (p. 166).

Os principais partidos políticos e a maioria das soluções convencionais criadas para o problema ambiental, no entanto, evitam pôr em questão a ideia hegemônica de crescimento e desenvolvimento ininterrupto a todo custo. Como exemplo, a proposta dos créditos de carbono, que transforma a atmosfera terrestre num *commodity* que pode ser comprado e vendido. No lugar de regular para prevenir as mudanças climáticas, na verdade, ela oferece um mercado no qual países podem comprar e vender o direito de poluir, pois as emissões de carbono não sofrerão mudanças significativas, uma vez que o uso de combustíveis fósseis permanecerá.

Dessa maneira, a política verde promovida pelo movimento ambientalista envolve uma reconfiguração na relação do ser humano com todo o restante da natureza. Os debates filosóficos são importantes, mas, para além disso, ela nos impõe algumas perguntas que estão sendo ignoradas por outras ideologias políticas, cujas respostas são desafiadoras e nada simplistas. Em sua análise sobre esse movimento, Castells (1999) conclui que, apesar dos conflitos e desacordos entre os componentes do movimento, tem permanecido a ideia central da importância e

necessidade de agregar novos valores humanos à defesa do meio ambiente. Há, portanto, um discurso ecológico implícito e coerente que permeia as várias orientações políticas e origens sociais que fazem parte do movimento, e que oferece a estrutura sobre a qual diversos temas têm sido discutidos com múltiplos propósitos e em momentos distintos.

Mas quais foram as repercussões, em solo brasileiro, do heterogêneo debate político e ideológico agrupado sob a terminologia de ambientalismo que estamos estudando? Como se desenvolveu essa proposta em nosso país?

## **2.1 No Brasil**

Alonso, Costa e Maciel (2007), ao traçarem o percurso de construção do movimento ambientalista no Brasil, salientam que o processo inicia-se ainda nos anos 1970-1980 em distintos contextos de mobilização.

Foram particularmente importantes, nesse momento de constituição do movimento no Brasil, as pressões de organismos internacionais sobre o então governo para que fossem instituídos órgãos e políticas públicas ambientais. A ação da sociedade civil também contribuiu, por meio dos movimentos sociais e de organizações ambientais, além das iniciativas de pequenos grupos compostos ora por instituições profissionais ora por grupos de artistas ou mesmo de amigos, nos quais cidadãos comuns se transformaram em ativistas ambientais. Na dimensão cultural, houve ainda a colaboração dos movimentos de contracultura que influenciaram o ocidente a partir dos anos 1960, das ideologias anarquistas e socialistas, das teorias e pedagogias críticas disseminadas principalmente pela educação popular, mas também da produção das ciências naturais e dos debates entre preservacionismo e conservacionismo que se davam principalmente na América do Norte (LIMA, 2009).

No clima de liberdades restritas do período que se inicia com a instituição do Golpe Militar em 1964, a questão ambiental crescia subordinada a uma orientação maior de governo com um perfil desenvolvimentista, tecnocrático e autoritário que estabelecia diretamente o sentido e os limites do que era possível alcançar nessa área. Assim, o ambientalismo brasileiro foi orientado por uma perspectiva

hegemônica de perfil biologicista, tecnicista, conservador e apolítico, apesar de essa não ter sido a sua única expressão.

Nesse tempo, houve uma forte mediação do Estado brasileiro no processo de constituição do debate e da política ambiental, em detrimento da sociedade civil e de uma cultura de participação popular. Tanto a crítica e o debate político não prosperavam como a própria questão ambiental sofria influências conservadoras. Lima (2009) salienta que o desenvolvimentismo, como ideologia política e cultural dominante, norteou os discursos e as políticas ambientais durante esses anos e influenciou a forma como a questão ambiental foi tratada, estando ainda hoje presente no debate ambiental brasileiro.

É importante frisar que, para o desenvolvimentismo, o discurso ambiental representava um obstáculo ao crescimento econômico que, nessa época, era considerado a solução para todos os problemas sociais do país. Assim, no contexto do Milagre Brasileiro, fase de intenso crescimento industrial da nossa economia, a perspectiva de preservação ambiental surgia para o governo como uma inconveniência. No entanto, setores da esquerda também compartilhavam dessa ideologia e, por um longo período, viram a questão ambiental como desvinculada e, até, contrária à questão social: “Para esses setores, a pobreza e a questão social eram nossas prioridades, e o problema da degradação ambiental era um luxo reservado aos países desenvolvidos – uma ideologia importada – que desviava nossa atenção dos verdadeiros problemas do país” (LIMA, 2009, p. 151).

Esse foi um dos motivos que dificultou a formação de alianças entre os ambientalistas com os demais movimentos sociais. Viola e Vieira (1992) igualmente atribuem a pouca aderência do discurso ambiental na sociedade, naquele momento, ao isolamento das organizações ambientalistas com relação a outros movimentos sociais, uma vez que reivindicavam a necessidade de garantir a qualidade ambiental num momento em que distintas agendas políticas estavam sendo priorizadas, a exemplo das demandas socioeconômicas, como os problemas ligados mais diretamente à pobreza e à falta de saneamento urbano, de habitação, de transporte e de educação.

No entanto, foi também determinante a ênfase excessiva da militância ambiental na promoção de valores e demandas exclusivamente ecológicas e a

pouca habilidade política em negociar a convergência entre as agendas ambiental e social. Só a partir da interação de grupos de ativistas com o contexto sociopolítico da Redemocratização<sup>3</sup>, marcado por abertura e oportunidade políticas, é que os grupos ambientalistas adquirem maior visibilidade e poder de representação, principalmente quando passam a estabelecer articulações entre si.

Apesar do sucesso restrito das organizações em reverter efetivamente a degradação do meio ambiente, elas tiveram sua importância no crescimento de uma conscientização sobre a problemática ambiental nos mais diversos setores da sociedade brasileira. Os grupos ambientalistas, desse modo, influenciaram outros movimentos sociais que, embora não tivessem a problemática ambiental como ponto central da sua agenda de atuação, incorporaram gradualmente a proteção ambiental como uma questão relevante do seu trabalho (JACOBI, 2003).

Lima (2009) adverte que, em consequência do período autoritário da ditadura, houve uma migração de quadros políticos de esquerda para a militância ambiental, pois os movimentos ecológicos não eram identificados pelo governo da época como movimentos políticos, o que permitiu que esses setores pudessem atuar apesar das dificuldades relacionadas à suspensão das liberdades democráticas, o que canalizou as energias políticas bloqueadas para essa nova militância:

Esse deslocamento e interesse de setores de esquerda pelo debate e militância ambiental agregou ao pensamento ambiental e ao ambientalismo, como movimento, um elemento crítico e social, proveniente das tradições anarquistas e socialistas, que foram decisivos na orientação dos campos ambiental e da Educação Ambiental (p. 150).

Na década de 1980, portanto, grupos ambientalistas buscaram se profissionalizar e se aproximar da eficiência organizacional das ONGs sociais, atuando de maneira a aprimorar os instrumentos legais de gestão ambiental que foram criados na década anterior. Houve, também, a escolha de alguns ambientalistas em adentrar o campo político institucional e disputar cargos eletivos.

---

<sup>3</sup> Redemocratização do Brasil: processo de transição política que marcava o fim do regime militar no Brasil (1964-1985).

A partir desse momento, começam a ser observadas algumas mudanças nas formas de atuação do movimento. O agravamento da crise econômica e a aproximação com outros movimentos sociais cooperaram para que o desenvolvimento econômico, que fora claramente rejeitado pelos ambientalistas até o início dos anos 1980, passasse a ser incorporado pelo discurso das entidades. Foi nesse contexto de amadurecimento do debate ambiental e político que os ambientalistas e movimentos sociais compreenderam que as questões sociais e ambientais não eram antagônicas, mas complementares, pois a degradação que atinge a sociedade e o meio ambiente era produzida por um mesmo modelo de desenvolvimento que deteriorava tanto a natureza como a qualidade de vida das pessoas, em especial as mais vulneráveis. Não é de se admirar que, nesse contexto, as causas da degradação ambiental fossem atribuídas ao modelo capitalista e ao estilo de vida moderno, conferindo, desse modo, um caráter marxista à discussão sobre meio ambiente.

É contestando o modelo desenvolvimentista que nasce uma consciência sobre a “impossibilidade de contrapor os problemas do meio ambiente e do desenvolvimento simplesmente porque esses problemas eram resultantes do próprio modelo de desenvolvimento posto em prática” (JACOBI, 2003, p. 151). Nessa conjuntura passa a ser contestado o modelo econômico que apostava num crescimento econômico infinito à base de recursos naturais percebidos cada vez mais como limitados e vulneráveis à expansão capitalista.

É importante frisar que o discurso ambientalista hegemônico nessa época recebia forte influência das ciências naturais, utilizando-se de uma concepção de mundo conservacionista<sup>4</sup> característica desse campo de estudo. Esse fato decorre do pioneirismo dos cientistas naturais em identificar e denunciar os impactos ambientais que estavam observando em suas pesquisas. Por essa razão, é uma perspectiva que destaca os aspectos ecológicos dos problemas ambientais em detrimento de uma visão que considerasse os aspectos sociais, políticos e econômicos, favorecendo uma crítica simplista e uma representação dos problemas ambientais que necessitava de aprofundamento.

---

<sup>4</sup> Conservacionismo aqui concebido como uma abordagem vinculada à conservação dos bens naturais, com forte vinculação ao comportamentalismo, tecnicista e voltado para o ensino da ecologia e para a resolução de problemas. É uma perspectiva de pretensa neutralidade, que não problematiza os aspectos políticos, econômicos e éticos da questão ambiental e não exigia mudanças na vida social.

O perfil biologicista, conservador e apolítico do trabalho dos grupos ambientalistas não era o único existente, mas, em concorrência com outras concepções, despontava como a expressão preponderante nesse período. Não havia, no debate, uma perspectiva que explorasse, de maneira mais incisiva e consequente, a dimensão político-social dos problemas ambientais, que questionasse tanto o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelos governantes, como a abordagem apolítica da questão ambiental, e que problematizasse a relação entre economia e ecologia, entre degradação social e ambiental, entre Estado e ciência como instituições não neutras nesse processo.

Todas essas críticas se tornaram possíveis a partir do processo de politização dos problemas ambientais, que viabilizou a abertura para uma compreensão do direito a um ambiente saudável como uma questão de cidadania (LIMA, 2009). É em meio à insatisfação com o tratamento reducionista daquela perspectiva que se estrutura uma concepção alternativa de ambientalismo; esta, por sua vez, aproximava setores dos movimentos sociais de esquerda e dos movimentos ambientalistas, dando origem ao que foi denominado de socioambientalismo.

Essa abordagem se desenvolve numa conjuntura de mudanças históricas e sociopolíticas, que envolveu a Redemocratização do país a partir dos anos 1980 e a substituição do governo militar por um civil, mas que também testemunhou o surgimento de movimentos sociais e ONGs com caráter mais participativo, o amadurecimento da problemática ambiental e a ampliação dos debates sociais e ambientais com a constituição de fóruns de discussão tanto nacionais quanto internacionais. O período inicial do movimento ambientalista no Brasil, que havia sido marcado por uma série de incompreensões e divergências entre os movimentos sociais de esquerda e os movimentos ambientais, abre-se agora para um diálogo entre as diversas concepções e passa a identificar reivindicações e objetivos comuns. Assim, “amadurecia a consciência de que os problemas do crescimento econômico e da degradação ambiental não eram diferentes nem concorrentes, mas simplesmente causa e efeito de uma mesma e inseparável equação” (LIMA, 2009, p. 157).

Nesse contexto, a Redemocratização, como explicitado anteriormente, a Constituinte<sup>5</sup> e a RIO-92<sup>6</sup> foram decisivas para a formação de um movimento social de caráter socioambiental em território brasileiro:

A Constituinte compeliu os ativistas a escolherem entre diferentes estratégias de mobilização disponíveis e os levou a convergirem para uma coalizão de associações, em vez de um partido, como forma prioritária de apresentar suas reivindicações na esfera pública. Já a Rio-92 impingiu à coalizão de associações a negociação de um único frame, cujo significado pudesse ser compartilhado pelo movimento como um todo (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 166).

No entanto, a articulação estratégica e simbólica desses grupos independentes numa mesma rede de ativismo não se deu de forma automática, como resultante de uma adesão ingênua aos mesmos valores. Negociações acerca de significados e formas de ação foram decisivas para que a conexão fosse viabilizada: “O próprio significado da ‘questão ambiental’ foi continuamente transformado pelos grupos de modo a facilitar alianças” (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 167 – grifos dos autores).

É durante a preparação para a RIO-92 que, na opinião de Jacobi (2003), o ambientalismo se fortalece e permite a inserção do movimento nacional numa rede internacional, ao mesmo tempo em que possibilitou maior interação das entidades ambientalistas, principalmente a partir da constituição do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS)<sup>7</sup>. Foi devido à consistência do discurso das organizações ambientais e do aumento da visibilidade de suas ações que outros setores se aproximaram mais efetivamente do debate ambiental, a exemplo de grupos científicos e de parte do empresariado:

---

<sup>5</sup> A Assembleia Nacional Constituinte que apresentou o texto da Constituição Federal de 1988, que vigora até hoje.

<sup>6</sup> Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992.

<sup>7</sup> O Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) foi criado em 18 de junho de 1990, quando ocorreu o I Encontro (e fundação) do FBOMS, na Universidade de São Paulo – USP (São Paulo), visando facilitar a participação da sociedade civil em todo o processo da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), também conhecida como Rio-92. Desde a sua criação, conseguiu agregar tanto as organizações não-governamentais, na sua grande maioria de pequeno e médio porte, como também os movimentos sociais (sindicatos, populações tradicionais e indígenas, associações comunitárias, entre outros). Fonte: <http://fboms.org.br/>

Diversos centros de pesquisa e instituições acadêmicas interdisciplinares de pós-graduação em meio ambiente desempenham papel relevante em programas e parcerias com agências governamentais, ONGs, e empresas privadas visando a conservação e uso sustentável da biodiversidade (JACOBI, 2003, p. 16).

Não obstante os obstáculos próprios da articulação entre diferentes organizações ambientalistas, decorrentes da sua heterogeneidade tanto ideológica como organizativa, algumas conquistas foram alcançadas, particularmente na Amazônia, como o crescimento do monitoramento do desmatamento, a demarcação de reservas indígenas e a eliminação de incentivos fiscais e de subsídios para a pecuária e a agricultura naquela região. Apesar de se tratar de um contexto de dificuldades de organização e de ação, puderam ser constituídos diversos fóruns, articulações e coalizações, viabilizando a realização de consultas populares, conferências internacionais e de ações coletivas que questionavam programas ou projetos para uma dada região ou cidade.

Nos anos 1990, vamos encontrar um movimento ambientalista brasileiro complexo, quando a constituição de fóruns e redes adquire importância estratégica na expansão e consolidação do caráter multissetorial do movimento: “o ambientalismo ingressa nos anos 90 constituindo-se como um ator relevante que, embora carregue consigo as marcas do seu processo de afirmação, assume um caráter ampliado baseado num esforço cada vez mais claramente planejado de diálogo com outros atores sociais” (JACOBI, 2003, p.31).

Alonso, Costa e Maciel (2007) salientam as vantagens da constituição das redes de atuação:

Essas redes de ativismo, policêntricas e horizontais, como a Rede Mata Atlântica (1992), Aguapé – Pantanal, Rede de Educação Ambiental (2002), Rede Cerrado de Ongs (1992) e o Grupo de Trabalho Amazônico (1992), tornaram-se o meio preferencial de articulação do movimento e de expressão de demandas nos anos 1990 em três sentidos: como base logística de grandes campanhas temáticas; como meio de receber e gerir financiamentos governamentais e internacionais; e como canal de lobby e pressão na formulação e implementação de políticas públicas nacionais. Com as redes, o ativismo ambientalista brasileiro pôde, simultaneamente, ampliar seu raio de ação e se especializar em temas e áreas

geográficas. Assim, o movimento ganhou uma estrutura simultaneamente descentralizada e institucionalizada (p.166).

Vamos observar, a partir desse processo, que o movimento passa a se dedicar a um discurso que coloca em evidência a relação entre degradação ambiental e desigualdade social, criando uma associação entre ecologia e justiça social e reforçando a importância de alianças e interlocuções coletivas. O que se notou foi um esforço por construir modos de participação cada vez mais ativos nos projetos de governabilidade de problemas socioambientais, que possibilitassem a incorporação da questão ambiental aos processos sociais amplamente reconhecidos pela sociedade. O socioambientalismo no Brasil buscou aumentar o escopo de sua atuação por meio de redes, consórcios institucionais e parcerias estratégicas que ampliassem seu reconhecimento na sociedade e estimulassem o engajamento de novos atores.

Nesse cenário, consideramos de particular relevância a contribuição do ambientalismo que se estrutura no Norte do Brasil, em particular o organizado pelos povos e comunidades tradicionais da floresta Amazônica. É nessa região que se consolida uma proposta de movimento que muito agrega ao debate sobre o encontro entre ambientalismo e justiça social na nossa realidade. Nas palavras de Silva, “nenhum outro movimento social brasileiro expôs com tanta clareza essa interseção” (2002, p. 6).

Os seringueiros, sob a liderança de Chico Mendes, fizeram com que vários setores da esquerda olhassem com menos suspeitas para os ambientalistas, que consideravam como sendo um grupo de classe média com motivações burguesas. A figura em si de Chico Mendes encarnava a própria mediação entre ambientalistas e parte da esquerda que via com desconfiança o ambientalismo. Sua militância foi importante para a construção de novos espaços de ação política, nos quais o socioambientalismo é um elemento fundamental.

As atividades dos seringueiros, que se organizavam em cooperativas, lutavam por escolas e melhores preços da borracha, revestiam-se de um discurso ecológico de proteção da floresta, reivindicavam uma reforma agrária no bioma amazonense que diferia da praticada no restante de Brasil, e, ainda, inovavam na formulação

conceitual do que viriam a ser as reservas extrativistas, colocaram para os setores da esquerda a emergência de uma questão socioambiental no Brasil. Essa questão se apresentava na exigência de uma nova compreensão e análise de temas que não estavam presentes anteriormente na sua agenda tradicional. Tratou-se de um momento em que foi preciso absorver novos temas e fazer novas alianças, ultrapassando diferenças ideológicas e ampliando os diálogos partidário e sindical.

Em razão de a luta ambiental não corresponder ao padrão de política que esteve por tantos anos vinculada ao conflito de classes, ficou evidente a necessidade da criação de modelos e parâmetros diferenciados para designar o que seria desenvolvimento, progresso e bem-estar. Era, portanto, um tempo no qual “a realidade se apresentava mais complexa, multiforme e provocativa, diante da notória insuficiência dos modelos explicativos e das propostas de mudança até então vigentes” (SILVA, 2002, p. 7).

Por outro lado, muitos ecologistas brasileiros e estrangeiros desconheciam o trabalho dos seringueiros em defesa da floresta ou, se conheciam, consideravam nele apenas o seu valor ecológico. Para a maioria, porém, não estava clara a melhoria da qualidade de vida das pessoas como demanda ligada à proteção do meio ambiente. Para os seringueiros, ribeirinhos, pescadores, índios e agricultores, proteger a floresta é preservar o estilo de vida de seus habitantes, o seu cotidiano, as suas relações sociais, a sua cultura, a sua religiosidade e a sua identidade. Por essa razão, a permanência desses povos na floresta estava condicionada à conservação das condições de sua produtividade com os recursos florestais.

É quando surgem inúmeros projetos de/para as comunidades locais, desenvolvidos por cooperativas, sindicatos, ONGs e associações de produtores que objetivavam a geração de renda e emprego, levando em consideração a sustentabilidade ambiental. Silva (2002) ressalta, como um desdobramento da luta dos seringueiros, a institucionalização dessas conquistas por meio do incentivo governamental a tais iniciativas não apenas no movimento no Acre, mas também no sindicalismo rural em Santarém (PA), na luta dos extrativistas e pescadores no Amapá e em demais localidades.

Outros grupos sociais amazônicos também se organizaram em entidades de caráter regional e nacional, estabelecendo articulações entre si, buscando agregar

interesses comuns e se fortalecer politicamente. Essas coligações não representavam necessariamente categorias profissionais ou segmentos de classe, mas constituíam-se em alianças para a mobilização. Elas tinham proposições básicas comuns referentes à defesa da reforma agrária, da demarcação de terras indígenas e também da preservação ecológica.

Nesse processo, a estratégia discursiva utilizada por esses grupos foi a adoção de noções genéricas, como povos da floresta, extrativistas, atingidos por barragens, quebradeiras de coco babaçu, entre outros, diferenciando-se dos demais movimentos sociais e politizando esses termos de uso local, como ocorreu com expressões do tipo camponês, metalúrgico ou trabalhador rural. Essas nomeações e o conjunto das suas práticas organizativas revelaram as mudanças políticas mais profundas que ocorriam na capacidade de mobilização destes grupos sociais em território amazônico (ALMEIDA, 1994 apud CALEGARE; HIGUCHI; BRUNO, 2014).

As disputas entre os diferentes projetos de desenvolvimento para a Amazônia passam a se localizar agora nos espaços das políticas públicas. Os governos, as bancadas parlamentares e organizações sociais nos estados do Norte começam a potencializar as experiências locais por meio de políticas de crédito, de subsídios, de comercialização e de investimentos.

Nesse mesmo processo, o primeiro projeto de lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), encaminhado ao Congresso em 1992, foi elaborado sobre o pressuposto de que a presença humana era uma ameaça à conservação da biodiversidade e que, por esse motivo, naquela região deveriam ser priorizadas as Unidades de Conservação (UCs) de Proteção Integral, nas quais há a remoção de todos os agrupamentos humanos e o seu subsequente reassentamento em outras localidades. Como consequência das discussões posteriores sobre as UCs e as populações que tradicionalmente habitavam essas áreas, propostas alternativas foram apresentadas nos anos seguintes ressaltando que a permanência dessas pessoas seria um fator positivo para a conservação, devido à relação harmônica que estabeleciam com a natureza. Dessa maneira, com o SNUC elas adquiriram visibilidade e, com seu gradativo reconhecimento, passaram a ser vistas como guardiãs da floresta e prestadoras de serviços ambientais importantes não só à preservação da floresta, mas à humanidade como um todo (CALEGARE; HIGUCHI; BRUNO, 2014).

Todavia, há quem questione a transformação de certos segmentos de populações tradicionais em “mocinhos” ambientalistas, pois elas permaneceram com um papel secundário no processo decisório sobre a governança dos próprios territórios. A proposta de reforma agrária e da criação de reservas extrativistas (RESEX) dos seringueiros do Acre, por exemplo, na qual se defendia que os seringais onde estivessem organizados fossem desapropriados e, em seguida, estabelecida a legalização da posse para as famílias de cada colocação, foi recusada em favor da ideia indicada por antropólogos ambientalistas norte-americanos e brasileiros. Apesar de várias das reivindicações dos seringueiros terem sido atendidas, numa reserva extrativista eles permanecem localizados em terras de propriedade do Estado e sob a administração de instituições governamentais e ONGs, ficando a depender da conjuntura política e sujeitos a vários outros problemas (BENTES, 2005).

Todas essas trajetórias se cruzam e evidenciam os caminhos percorridos por um socioambientalismo marcado pelas disputas entre interesses no campo ambiental e nos macrodebates políticos ideológicos em torno de concepções divergentes de sociedade e desenvolvimento que orientaram, e ainda orientam, as políticas não só no plano ambiental, mas também territorial, social, político, científico e produtivo, entre outros. Todas essas transformações, no entanto, encontram reações:

Nas primeiras luzes desse novo milênio, entretanto, esse quadro de transformações ainda encontra fortíssimas resistências numa oligarquia que se tornou cada vez mais forte, econômica e politicamente, graças a um projeto de desenvolvimento que não considerava a conservação dos ecossistemas e tampouco a inclusão social como objetivos prioritários (SILVA, 2002, p. 9).

Nesse sentido, o ambientalismo no Brasil se estrutura, primeiramente, a partir da interação dos grupos de ativistas com as estruturas de oportunidades políticas existentes nos anos 1980 e 1990, e, mais tarde, pela articulação dessas entidades entre si. Isso não significa, necessariamente, o desaparecimento das divergências e conflitos entre os grupos, mas evidencia um esforço por superá-los e uma busca por incluir a temática ambiental na agenda pública.

Apesar da pouca literatura referente ao desenvolvimento do ambientalismo na região Nordeste, sabemos que a aproximação de demandas sociais e ambientais parece ter ocorrido mais tardiamente e ainda de maneira bastante discreta, como mostram Felizola e Costa (2012), quando falam sobre o percurso histórico desse movimento em Sergipe (SE):

Nos últimos anos da década de 2000, o movimento ambiental em Sergipe teve certa renovação no formato de discussões e também de manifestações de grupos ambientais, com a chegada de novos protagonistas, tendo em alguns momentos atores oriundos de setores mais populares. Isso gerou uma nova organização da política local, sendo que as demandas sociais começaram a fazer parte dos discursos das lideranças políticas (p. 331).

Vemos, assim, que apenas no final dos anos 2000 começa a ser compreendido que as questões sociais poderiam ser aliadas às ambientais, o que acontecia no Norte desde os anos 1980. Mesmo assim, os referidos autores alertam que o trabalho das ONGs ambientais deixou a desejar no quesito das denúncias dos crimes ambientais que ocorriam naquele Estado, pois estavam, em sua maioria, financeiramente ligadas a grandes empresas estatais, tais como a Petrobras e a Vale, as quais eram apontadas como responsáveis por grande parte da degradação ambiental identificada pelos ambientalistas. Assim, elas deixavam de promover as denúncias devido aos altos investimentos em projetos de educação ambiental realizados por tais companhias (FELIZOLA; COSTA, 2012).

Essa constatação, associada à pouca literatura referente ao desenvolvimento do movimento ambientalista nessa região do país, leva-nos a concluir que o ambientalismo se apresenta de maneira tímida e pouco estruturada no Nordeste, em contraste com a extensão e a profundidade das interlocuções estabelecidas pelo ativismo socioambiental na região amazônica ao longo das últimas décadas. Mesmo sendo tênue, os referidos autores observam ainda uma crescente compreensão do meio ambiente como um campo de atuação política, o que possibilita que Sergipe, em particular, e os demais Estados do Nordeste, de modo geral, sejam inseridos nas discussões político-ecológicas contemporâneas.

Por fim, observamos que a questão ambiental vem alcançando um lugar de destaque nos embates sobre a construção social do futuro da comunidade humana,

vinculando diversos atores e instituições sociais numa esfera de negociação de projetos de sociedade e modos de engajamento político. Assim, compreendemos que o campo de atuação política contemporâneo traz a valorização do meio ambiente como um espaço de expressão política e de constituição de uma cultura ecológica e de novos e complexos sujeitos.

A relevância de se estudar essa temática se fundamenta no reconhecimento de que ela implica num convite a uma nova maneira de se relacionar e significar o meio ambiente e as relações que se estabelecem com ele. Falar sobre ambientalismo e ecologia leva-nos, por conseguinte, a uma discussão sobre modos de ser e de estar no mundo – sobre identidades e sobre o modo como elas são produzidas nas ações políticas, como veremos no capítulo seguinte.

### 3 DISCURSO E IDENTIDADE

Adotamos, neste trabalho, uma visão não essencialista da identidade, entendendo, portanto, que a sociedade, a cultura e os dispositivos de natureza discursiva produzem sujeitos fragmentados, compostos não apenas de uma identidade, mas de várias, inclusive contraditórias.

Isso que denominamos de identidades são produtos de processos contínuos e permanentes de identificação, processos profundamente relacionados com o uso da linguagem. Como afirma o antropólogo Jenkins (2008):

Como um ponto inicial muito básico, a identidade é a capacidade humana - **enraizada na linguagem** - de saber 'quem é quem' (e, portanto, 'o que é o quê'). Isso envolve saber quem somos, saber quem são os outros, eles saberem quem somos nós, saber quem eles pensam que somos, e assim por diante: uma classificação ou mapeamento multidimensional do mundo humano e dos nossos lugares nele, como indivíduos e como membros de coletividades. [...] É um processo - identificação -, não uma 'coisa'. Não é algo que se possa ter, ou não; é algo que se faz<sup>8</sup> (p. 5 - grifo nosso).

Nessa definição, a identidade aparece como um processo consolidado na linguagem, rompendo, desse modo, com uma perspectiva moderna de sujeito e de sociedade, que concebe ambas como substâncias anteriores à ação. O autor ainda se refere a esse processo como um exercício multidimensional de classificação ou mapeamento do mundo e do nosso lugar nele, classificação essa que está longe de ser neutra, arbitrária e desinteressada. Seja entre pessoas ou grupos, a identificação é produzida nas relações sociais e responde a hierarquias ou escalas de preferências, de ambivalência, de hostilidade, de competição, de parcerias e cooperação, e assim por diante (JENKINS, 2008).

---

<sup>8</sup> Tradução livre de: "As a very basic starting point, identity is the human capacity – rooted in language – to know 'who's who' (and hence 'what's what'). This involves knowing who we are, knowing who others are, them knowing who we are, us knowing who they think we are, and so on: a multi-dimensional classification or mapping of the human world and our places in it, as individuals and as members of collectivities. [...] It is a process – identification – not a 'thing'. It is not something that one can have, or not; it is something that one does" (JENKINS, 2008, p. 5).

Wetherell (2009), psicóloga social que coordenou ampla pesquisa sobre identidade no Reino Unido, observa que há dois tipos de abordagens nos estudos dessa área: uma que foca nos seus aspectos constitutivos, interessada em identidades pessoais, biografias e em como ocorrem a constituição e as mudanças pessoais; e outra que busca compreender a relação entre identidade e ação, vendo a identidade como uma força produtiva coletiva. Mas ressalta que há um ponto de interesse comum entre elas, que é a atenção voltada para o fluxo da vida social e para as perspectivas e orientações dos próprios sujeitos.

Para a referida autora, a história dos estudos sobre identidade vem gradualmente migrando de uma compreensão de identidade como uma instância permanente, um objeto fixo, para uma perspectiva que reconhece a sua indeterminação e abertura. Em suas palavras, os participantes da vida social raramente podem usufruir das recompensas da sua identidade, uma vez que ela precisa ser constantemente reafirmada:

A identidade precisa ser "feita" constantemente. O que "ele" é e quem "nós" somos escapa, é inefável e precisa ser narrado, retrabalhado e deve ser continuamente trazido "à vida" mais uma vez. É somente em certos contextos limitados, tais como autobiografias, revistas *Hello* e em departamentos de imigração (importantes como estas coisas são) que as identidades se tornam finalizadas e concretizadas de uma vez por todas (normalmente, nem mesmo lá). [...] "Permanecer o mesmo" é, na verdade, trabalho duro e altamente negociável. Apenas recentemente que os cientistas sociais, com acerto, se interessaram pela forma como isso é alcançado<sup>9</sup> (WETHERELL, 2009, p. 4 – grifos da autora).

Ela lembra que, para Bruno Latour, por exemplo, essas abordagens evidenciam uma mudança de tentativas de definir e descrever abstratamente os agregados, para uma investigação das maneiras nas quais as próprias pessoas trabalham, definem e entendem esses agregados. Elas se afastam de tentativas de desenvolvimento de especificações e linguagem técnicas para um exame de

---

<sup>9</sup> Tradução livre de: "Identity needs to be 'done' over and over. What 'it' is and who 'we' are escapes, is ineffable, and needs narrating, re-working, and must be continually brought 'to life' again and again. It is only in certain limited contexts such as autobiographies, *Hello* magazines and in immigration halls (important as these things are) that identities become finalized and accomplished once and for all time (and usually not even there). [...] 'Staying the same' is, in fact, hard work and highly negotiable. Rightly then in recent years social scientists have become much more interested in how this is achieved" (WETHERELL, 2009, p. 4).

práticas reais. Por essa razão, um dos aspectos mais revigorantes nos estudos sobre a relação entre identidade e ação é a ênfase na vida cotidiana e na produção de sentidos dos sujeitos nas áreas investigadas da vida social: “Como a ação é vista como ‘praticada’ ao invés de instintiva, automática ou inteiramente reativa, os pontos de vista das pessoas, suas interpretações, suas conclusões e suas histórias passadas são privilegiadas em relação às determinações macro-estruturais”<sup>10</sup> (WETHERELL, 2009, p. 8 – grifos da autora).

Neste capítulo, exploraremos a noção de identidade, de discurso e de política que adotamos no nosso trabalho de pesquisa, referendados numa perspectiva pós-estruturalista de sujeito e sociedade. Optamos por não elaborar um estado da arte desse fenômeno psicossocial, mas expor as nossas posições epistemológicas e teóricas em relação aos aspectos que consideramos mais relevantes, tendo em vista os objetivos desta proposta de investigação.

### **3.1 Sujeito, discurso e identidade**

Hall (2011), teórico cultural e sociólogo que tem contribuído bastante para os estudos sobre cultura, meios de comunicação e debate político, interessando-se pela instigante pergunta sobre os modos de constituição de sujeitos na contemporaneidade, opõe-se à concepção de sujeito característica do Iluminismo, que pensava a pessoa humana como inteiramente unificada, centrada, dotada das capacidades de razão, de consciência e ação; que possuiria um centro, um núcleo interior que emergiria pela primeira vez no nascimento do sujeito e com ele se desenvolveria, permanecendo essencialmente o mesmo ao longo da sua existência. Nessa ótica, o centro essencial do eu seria a identidade de uma pessoa. Pode-se ver que essa era uma compreensão muito individualista do sujeito.

---

<sup>10</sup> Tradução livre de: “Because action is seen as ‘practiced’ rather than instinctual, automatic or entirely reactive, people’s own standpoints, their interpretations, their conclusions and their past histories are privileged over macro-structural determinations” (WETHERELL, 2009, p. 8).

Outra concepção de sujeito que também é foco de críticas desse autor – a noção sociológica de indivíduo –, já aponta para uma complexidade do mundo moderno e para a consciência de que o núcleo interior do sujeito poderia não ser tão autônomo e autossuficiente como na ótica iluminista. Nessa perspectiva, esse sujeito seria formado na relação com outras pessoas “importantes” para ele, que mediavam os valores, sentidos e símbolos do mundo que ele habitava, ou seja, a cultura. Como estudiosos proeminentes dessa perspectiva podemos citar G. H. Mead, C. H. Cooley e os interacionistas-simbólicos que, juntos, elaboraram uma concepção interativa do eu e da sua identidade. Segundo essa perspectiva, a identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda teria um núcleo ou essência interior que é o “eu real” – aqui reside a razão da sua crítica –, mas este é formado e modificado num diálogo constante com o mundo cultural exterior.

Na visão sociológica, a identidade preenche o espaço entre o interior e o exterior, entre o mundo pessoal e o mundo público. Ao nos projetarmos nessas identidades culturais, internalizando, ao mesmo tempo, seus significados e valores e tornando-os parte de nós, contribuímos para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. Desse modo, salienta Hall (2011), a identidade costura o sujeito à cultura, estabilizando e tornando ambos reciprocamente mais estáveis e predizíveis – sujeitos e os mundos culturais que eles habitam.

O autor alega, no entanto, que a nossa identidade é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. Afirma ainda que:

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu”. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma

das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (2011, p.13 – grifos do autor).

O próprio processo de identificação, por meio do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tem se tornado mais variável, provisório e problemático. As identidades que compunham os panoramas sociais e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as necessidades objetivas da cultura estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. As paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que no passado ofereciam sólidas localizações para os indivíduos sociais, estão sendo fragmentadas por mudanças estruturais que têm transformado as sociedades modernas desde o final do século XX.

Essas transformações têm afetado também as nossas identidades pessoais, levando-nos a questionar as ideias que temos acerca de nós mesmos como sujeitos integrados. Essa perda de um sentido de si estável tem sido denominada de deslocamento ou descentração do sujeito, que se torna um “duplo deslocamento” quando levamos em consideração a descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural, quanto de si mesmos (HALL, 2011). O autor evidencia, portanto, a ideia de um sujeito fragmentado.

A identidade seria constituída, desse modo, não apenas a partir dos discursos, ações ou experiências do sujeito, mas também por meio de redes de discursos sociais e institucionais, que agem como modelos de referência para indivíduos e grupos se colocarem em determinadas posições de identidade. Assim, a identidade de um grupo e as posições identitárias assumidas por seus membros são processos associados a práticas discursivas.

Ainda nas reflexões sobre a questão da identidade, Hall (2011) afirma que a fragmentação de sujeitos e identidades está relacionada ao caráter de mudança na modernidade tardia, mais especificamente ao processo conhecido como globalização e sua repercussão sobre a identidade cultural. Apesar de as sociedades modernas serem caracterizadas por mudanças constantes, rápidas e permanentes – aspecto central na diferenciação entre as sociedades modernas e as tradicionais –, o argumento é de que a modernidade tardia teria um caráter muito

particular de mudança, principalmente no que se refere ao seu ritmo e alcance. Ele vai buscar em estudiosos como Anthony Giddens, Davis Harvey e Ernesto Laclau, referências para falar sobre descontinuidades, processos sem fim de rupturas e fragmentações internas, estruturas deslocadas e pluralidades de centros de poder.

Laclau e Mouffe (2015) argumentam que as sociedades modernas sofrem da falta de um princípio articulador ou organizador único, não se desenvolvendo pela ação ou desdobramento de uma única causa ou lei. A sociedade, para eles, está constantemente sendo descentrada ou deslocada por forças fora de si mesma, não sendo um todo unificado e bem delimitado, uma totalidade, produzindo-se através de mudanças revolucionárias a partir de si mesma. Se as sociedades atuais não se desintegram totalmente não é porque elas estão unificadas, mas porque todos os seus diferentes elementos e identidades podem, sob certas circunstâncias, ser conjuntamente articulados. Sendo essa articulação, entretanto, sempre parcial, a estrutura da identidade permanecerá aberta.

Esses filósofos políticos afirmam que o social não possui um sentido “finalístico”, pois as possibilidades de significação são infinitas. Assim, propõem a ideia da “impossibilidade da sociedade”, no sentido de que a sociedade como objeto de conhecimento pleno é impossível, uma vez que os significados sociais são sempre incompletos, ou mal fechados. Eles argumentam que a sociedade é uma construção discursiva, pois, mesmo sendo constituída por seres e objetos que possuiriam uma existência independente da sua inserção em determinado contexto, essa existência não teria significado algum deslocado dessa inserção:

O fato de que todo objeto é constituído como objeto de discurso **não tem nada a ver** com a existência de um mundo externo ao pensamento, nem com a oposição realismo/idealismo. Um terremoto ou a queda de um tijolo é um evento que certamente existe, no sentido de que ocorre aqui e agora, independente da minha vontade. Mas, se sua especificidade como objetos será constituída seja em termos de um “fenômeno natural” ou como “expressão da ira de Deus”, vai depender da estruturação do campo discursivo. O que se nega não é que tais objetos existam externamente ao pensamento, mas antes a afirmação bastante diferente de que eles próprios possam se constituir como objetos fora de qualquer condição discursiva de emergência (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 181 – grifos dos autores).

Para eles “todo objeto é constituído como objeto de discurso, uma vez que nenhum objeto é dado fora de condições discursivas de emergência”, e toda distinção entre os aspectos “linguísticos e comportamentais de uma prática social ou é uma distinção incorreta, ou deve ter lugar como diferenciação na produção social de sentido, que é estruturada sob a forma de totalidades discursivas” (p.180).

Toda realidade social, ainda segundo esses autores, é uma realidade discursiva e, devido a isso, está sujeita a uma impossibilidade de demarcação final de seu sentido. O social, enquanto um sistema simbólico, não consegue realizar seu fechamento total exatamente porque seus sistemas lidam com o transbordamento de significados de qualquer significante. Como o significado não consegue uma fixação, não opera o fechamento da totalidade discursiva em que está inserido, mas não pela sua falta de sentido, e sim pelo seu excesso: “O caráter incompleto de toda totalidade necessariamente nos leva a abandonar, como terreno de análise, a premissa da ‘sociedade’ como uma totalidade suturada e autodefinida” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 185 – grifo dos autores).

Mas alguma fixação deve existir. Se assim não fosse, a vida social estaria comprometida na medida em que não possuiria, ou não possibilitaria, nenhum ponto de apoio minimamente estável de significação. Os discursos sem qualquer fixação de sentido pareceriam mais com o discurso do psicótico, alertam os autores. Portanto, se é impossível que o sentido seja fixado de uma vez para sempre, fixações precárias e parciais garantem alguma inteligibilidade à vida social:

A impossibilidade de uma fixação última de sentido implica que deve haver fixações parciais, do contrário, o fluxo das diferenças seria impossível. Mesmo para que se possa diferir, subverter o sentido, há de haver **um** sentido. Se o social não consegue fixar a si mesmo nas formas inteligíveis e instituídas de uma **sociedade**, o social só existe, no entanto, como um esforço para construir esse objeto impossível. Qualquer discurso se constitui como tentativa de dominar o campo da discursividade, de deter o fluxo das diferenças, se construir um centro (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 187 – grifos dos autores).

A partir dessa discussão podemos depreender que, para eles, toda identidade social é relacional e só possui um sentido dentro de uma formação discursiva específica. Não podemos considerar que exista uma identidade social prévia, dotada

de objetividade própria e anterior, capaz de ser o sujeito da ação social. Esse sujeito não é uma essência anterior ao discurso, responsável pela mediação reconstrutiva de outra essência anterior que seria a sociedade – ele é também discursivamente construído. As sociedades da modernidade tardia são evidenciadas pela diferença, estando atravessadas por diversas divisões e antagonismos sociais que resultam numa variedade de diferentes “posições de sujeito” para os indivíduos: “Estes são, na verdade, concebidos como sujeitos descentrados, como constituídos através da unidade relativa e debilmente integrada de uma pluralidade de ‘posições de sujeito’”<sup>11</sup> (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 4 – grifos dos autores).

Referendando-se em Ferdinand de Saussure e Ludwig Wittgenstein, Laclau e Mouffe (2015) propõem que compreendamos a identidade como fenômeno que, além de relacional, seja também não referencial, pois ela só adquire sentido quando em comparação e diferenciação frente a outros elementos do sistema a que pertence, e não em sua referência a objetos um por um. Por exemplo, a identidade de “pai” só adquire significado porque também existe a identidade de “mãe” e “filho”; a da classe operária, por sua vez, não representa uma essência da sociedade, mas é construída face ao capitalismo da mesma forma que tantas outras identidades com seus antagonismos sociais, como dos negros frente ao regime de *apartheid*, ou das mulheres frente ao patriarcalismo.

A identidade é também constituída negativamente, ou seja, organizada a partir da negação de seu exterior constitutivo. Em outras palavras, a identidade não possui positividade própria; ela compõe seu ser em termos da negação de seu não-ser que, mesmo sendo ao mesmo tempo um exterior constitutivo, não deixa de se fazer presente por meio de vestígios. Sob esse ponto de vista, o movimento ambientalista contruiria a sua identidade em oposição àqueles grupos cujas ações vão de encontro aos ideais de preservação e conservação do meio ambiente, que aqui denominamos de antiambientalistas.

Essas concepções de identidade e de sujeito, sendo muito diferentes das anteriormente descritas – a do sujeito do Iluminismo e a noção sociológica do sujeito –, podem nos parecer um tanto perturbadoras e provisórias. Por outro lado, elas

---

<sup>11</sup> Tradução livre de: “Estos son actualmente concebidos como sujetos ‘descentrados’, como constituídos a través de la unidad relativa y débilmente integrada de una pluralidad de ‘posiciones de sujeto’” (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 4 – grifos dos autores).

desarticulam as identidades estáveis do passado, abrindo para a possibilidade de novas e atuais articulações: a criação de novas identidades e a produção de novos sujeitos.

Desse modo, por meio do exposto, podemos afirmar que os autores supracitados se aproximam em seus posicionamentos teóricos quando se colocam contrários à concepção de sujeito como uma entidade fixa, essencial e permanente, pois, em suas produções, buscam ressaltar a profunda e íntima relação entre os processos de constituição das diversas concepções de sujeito e as estruturas político-sociais particulares de cada época da nossa história recente, evidenciando como essas concepções trazem as marcas de valores sociais vigentes. Portanto, é a partir da contribuição desses estudiosos que buscamos colocar em debate, nesta proposta de investigação científica, os profundos processos de subjetivação que acompanham a complexificação da organização da sociedade, salientando a necessidade e a importância de nos debruçarmos sobre esses intrincados processos, pois eles colaboram para a constituição de sujeitos e identidades sociais.

### **3.2 Identidade e política**

Muir e Wetherell (2010) afirmam que identidade é uma prática que assume papel crucial ao fazer as nossas vidas inteligíveis. Para destacar a sua importância, eles lembram que, ao nomear ou identificar coisas, nós criamos generalizações e conectamos significados a símbolos e representações, de modo que isso nos guia através de um mundo cada vez mais complexo. Os autores salientam a íntima relação entre a identidade individual e a social, e advertem que essa distinção, que geralmente é elaborada pelas ciências sociais, é na verdade arbitrária:

Algumas vezes, em pesquisas nas ciências sociais, é feita uma distinção entre o estudo das identidades pessoais e sociais. Na verdade, essa é uma distinção bastante arbitrária: a identidade é sempre sobre nós mesmos e sobre como estamos posicionados em relação ao mundo. As nossas identidades são sempre formadas por nossa própria agência e por nossa interação com os outros. A

identidade é sempre sobre nossa própria biografia pessoal e as práticas coletivas mais amplas que participamos. Por esta razão, ela é estudada por uma ampla gama de disciplinas de ciências sociais<sup>12</sup> (MUIR; WETHERELL, 2010, p. 4).

Assim, nós identificamos pessoas e coisas para que possamos fazer o mundo – e a nossa experiência subjetiva – mais compreensível e coerente. Contudo, as identidades são importantes também devido à maneira mais ampla como orientam a ação de coletivos humanos. Nas palavras dos autores, “identidade é uma questão pessoal, mas, também, uma força coletiva no mundo”<sup>13</sup> (MUIR; WETHERELL, 2010, p. 4).

Em artigo elaborado ao final de uma pesquisa de cinco anos, realizada pelo programa Economic and Social Research Council’s Identities and Social Action, do Institute for Public Policy Research, os referidos estudiosos discutem sobre as novas tendências em formações identitárias, suas causas e implicações para a sociedade, e evidenciam que todos os Estados, até mesmo os liberais, estão envolvidos na formação de identidades. Governos tomam decisões que têm um importante impacto no modo de compreender quem somos, afinal, eles decidem o que é ensinado nas escolas, os feriados nacionais que nós devemos celebrar, os eventos históricos que merecem ser lembrados e até mesmo a relação que estabelecemos com outras nações. Seja adotando e apoiando uma abordagem multicultural seja procurando estimular uma identidade nacional mais forte, ou uma combinação de ambos, os governos estão ativamente envolvidos na produção de identidades.

Por essa razão, é preciso levar em consideração que a complexidade e a diversidade das identidades sociais podem criar quebras entre políticas e a sua prática em vários níveis. Quando discursos políticos e políticas públicas são direcionados para vários grupos identitários, podem terminar por assumir que todos sejam homogêneos e estabelecer pressupostos equivocados sobre esses grupos,

---

<sup>12</sup> Tradução livre de: “In social science research a distinction is sometimes made between the study of personal and social identities. In truth this is a rather arbitrary distinction: identity is always both about ourselves and about how we are positioned in relation to the world. Our identities are always formed both by our own agency and by our interaction with others. Identity is always about our own personal biography and the wider collective practices in which we participate. For this reason, identity is studied by a wide range of social science disciplines” (MUIR; WETHERELL, 2010, p. 4).

<sup>13</sup> Tradução livre de: “identity is a personal matter but it is also a collective force in the world”( MUIR; WETHERELL, 2010, p. 4).

levando à adoção de políticas com pouca adesão de seus participantes. Por mais bem intencionadas que sejam, podem trazer consequências indesejadas.

Identidade não é uma área política na qual o Estado pode simplesmente promulgar leis e esperar que os efeitos sejam aqueles inicialmente planejados. Quando se trata de políticas, em especial as relacionadas com grupos identitários, o público para o qual elas foram destinadas precisa participar para que sejam promovidos os resultados esperados. Há um investimento psicológico e emocional em nossas identidades, por isso a identificação com algo sempre requer um exercício pessoal de agenciamento – não é algo que pode ser trazido pelo Estado ou qualquer outro agente de uma maneira mecânica. É por essa razão que as políticas públicas direcionadas para o incentivo de identidades sociais que são anunciadas “de cima pra baixo” tendem a ser falhas ou a encontrar indiferença e resistência (MUIR; WETHERELL, 2010).

Ainda no que se refere aos estudos sobre identidade e política, consideramos pertinente trazer a contribuição de Mouffe (1992a), para quem cidadania não é simplesmente *status* legal, mas uma forma de identificação, um tipo de identidade política: algo para ser construído, não empiricamente dado. Em sua opinião, o cidadão não é mais aquele recipiente passivo de certos direitos e que desfruta da proteção do Estado, como na tradição liberal, nem tanto aquele cuja identificação com um ideal maior, um bem comum, suprime sua liberdade individual, no caso da tradição republicana. A autora dialoga com uma proposta de democracia radical moderna e traz para reflexão uma identidade política comum entre pessoas que, de outra forma, estariam engajadas em diferentes atividades e comunidades.

A criação de identidades políticas, como cidadãos de uma democracia radical, dependeria de uma forma coletiva de identificação com as demandas democráticas encontradas numa variedade de movimentos, seja o de mulheres, de trabalhadores, de negros, de gays, o ecológico, o antinuclear, seja em outros movimentos sociais. A cidadania seria, portanto, um princípio articulador que afeta as diferentes posições de sujeito, enquanto permite a pluralidade de identificações e garante o respeito às liberdades individuais.

Essa identificação não seria apenas uma aliança entre diferentes interesses, mas algo que traria a modificação da própria identidade dessas forças:

Esta é uma concepção de cidadania que, através de uma identificação comum com uma interpretação radical democrática dos princípios de liberdade e igualdade, objetiva construir um “nós”, uma cadeia de equivalência entre suas demandas para a sua articulação através do princípio de equivalência democrática<sup>14</sup> (MOUFFE, 1992a, p. 79-80 – grifos da autora).

Para Mouffe (1992a), muitos liberais deixam de observar as relações de poder e as formas divergentes de identificação e diferentes interpretações da associação política. Eles até concordam sobre a necessidade de expandir a esfera de direitos de modo a incluir grupos excluídos, mas pensam que tal processo ocorre como uma inclusão progressiva e suave para a cidadania, ignorando, assim, os limites impostos à expansão do pluralismo pelo fato de alguns direitos existentes terem sido construídos sobre a exclusão e a subordinação dos direitos de outras categorias. Tais identidades devem ser desconstruídas para que novos direitos sejam reconhecidos.

A complexidade e as variações das formações identitárias são sempre forjadas através de comparações que ressaltam diferenças e semelhanças: há um eu e o outro, um nós e o eles. A vida política diz respeito à coletividade, à ação pública, e objetiva a construção de um Nós num contexto de diversidade e conflito. A construção desse Nós, no entanto, precisa levar em consideração um Eles, e isso quer dizer o estabelecimento de uma fronteira, a definição de um inimigo. Uma comunidade política totalmente inclusiva e unida nunca poderá ser realizada, uma vez que haverá permanentemente um outro constitutivo, um exterior à comunidade que faz a sua existência possível: “forças antagônicas nunca vão desaparecer, e a política é caracterizada pelo conflito e pela divisão. Formas de concordâncias podem ser alcançadas, mas elas são sempre parciais e provisórias uma vez que o consenso é, por necessidade, baseado em atos de exclusão”<sup>15</sup> (MOUFFE, 1992a, p. 78).

Para que a sua proposta de uma hegemonia de forças democráticas seja possível, essa estudiosa afirma que novas identidades são requeridas e argumenta

---

<sup>14</sup> Tradução livre de: “This is a conception of citizenship that through a common identification with a radical democratic interpretation of the principles of liberty and equality aims at constructing a ‘we’, a chain of equivalence among their demands so as to articulate them through the principle of democratic equivalence” (MOUFFE, 1992a, p. 79-80).

<sup>15</sup> Tradução livre de: “antagonistic forces will never disappear, and politics is characterized by conflict and division. Forms of agreement can be reached, but they are always partial and provisional since consensus is by necessity based upon acts of exclusion” (MOUFFE, 1992a, p. 78).

a favor de uma identidade política comum como cidadãos radicais democráticos, uma identificação coletiva com uma interpretação radical democrática dos princípios do regime liberal-democrático: liberdade e igualdade – a exigência de tratar o outro tão livre e igual quanto a mim mesmo. Para tal, esses princípios precisam levar em consideração as diferentes relações sociais e posições de sujeitos: gênero, classe, raça, etnicidade, orientação sexual etc.

Contudo, essa abordagem só pode ser adequadamente formulada numa problemática que concebe o agente social não como um sujeito unitário, mas como a articulação de um número de posições de sujeito, construído entre discursos específicos e sempre precários, temporariamente suturados nas interseções dessas posições de sujeito. Como explicitado anteriormente nesse texto, a autora está dentre aqueles pensadores que criticam o essencialismo e a concepção de sujeito unitário e fundante.

Uma perspectiva não essencialista é também necessária à própria noção de comunidade política. A visão de cidadania que ela propõe rejeita a definição abstrata universal do público, oposta ao domínio do privado visto como o reino da particularidade e da diferença. No seu ponto de vista, a ideia moderna de cidadão foi crucial para a revolução democrática, mas hoje constitui um obstáculo a sua extensão: o reino público da cidadania moderna foi construído com a negação da participação das mulheres, por exemplo, exclusão essa que foi considerada como indispensável para ressaltar o caráter geral e universal da esfera pública. No entanto, a distinção público-privado, que foi central para a declaração da liberdade individual, igualmente levou à identificação do privado com o doméstico e veio desempenhar papel importante na subordinação das mulheres.

Por essa razão, contrariando a ideia de que o exercício da cidadania consiste em adotar um ponto de vista universal, Mouffe (1992b) sugere que ele seja pautado por uma identificação com os princípios ético-políticos da democracia moderna, e que poderá haver tantas formas de cidadania como há interpretações desses princípios. Assim, há uma reformulação da relação entre o público e o privado: a distinção entre público (comunidade política) e privado (liberdade individual) é mantida do mesmo modo como a distinção indivíduo-cidadão, mas elas não correspondem a esferas discretas separadas. No seu ponto de vista, não podemos dizer onde terminam minhas obrigações como cidadão e começam minhas

liberdades como indivíduo: “Essas duas identidades existem numa tensão permanente que nunca poderá ser reconciliadas. Mas é precisamente essa tensão entre liberdade e igualdade que caracteriza a democracia moderna”<sup>16</sup> (MOUFFE, 1992b, p.81).

### 3.2.1 Política, identidade e movimentos sociais

Para iniciarmos a nossa discussão sobre política, identidade e movimentos sociais, gostaríamos de trazer novamente as contribuições de Mouffe (1999), mais especificamente a distinção que ela faz, evocando Elias Canetti<sup>17</sup>, entre o que chama de “a política” e “o político”. Na primeira expressão, a autora faz referência ao mundo da política entendendo-o como a organização institucional do Estado e das instituições representativas, tais como partidos políticos, sindicatos, associações de classe, igrejas, entre outras.

O político, por sua vez, diz respeito a uma compreensão teórica segundo a qual a sociedade estaria pulverizada por uma heterogeneidade de situações de conflito e de relações de opressão – heterogeneidade essa que evidencia a luta pela igualdade e/ou liberdade em determinados pontos do social, indicando claramente que o projeto político moderno, elaborado pelo liberalismo, vem falhando no seu objetivo de garantir tais benefícios a todos que compõem o social:

Com essa finalidade, [Elias Canetti] propõe distinguir “o político”, ligado a dimensão do antagonismo e da hostilidade que existe entre as relações humanas, antagonismo que se manifesta como diversidade das relações sociais, e “a política”, que direciona para estabelecer uma ordem, a organizar a coexistência humana em condições que são sempre conflitivas, pois estão atravessadas pelo político<sup>18</sup> (1999, p. 13, grifos da autora).

<sup>16</sup> Tradução livre de: “Those two identities exist in a permanent tension that can never be reconciled. But this is precisely the tension between liberty and equality that characterizes modern democracy” (MOUFFE, 1992b, p.81).

<sup>17</sup> Elias Canetti, em “Massa e Poder” (CANETTI, E. Massa e poder. São Paulo: Companhia das Letras, 1995).

<sup>18</sup> Tradução livre de: Con ese fin [Elias Canetti] propone distinguir entre “lo político”, ligado a la dimensión de antagonismo y de hostilidad que existe en las relaciones humanas, antagonismo que se manifiesta como diversidad de las relaciones sociales, y “la política”, que apunta a establecer un orden, a organizar la coexistencia humana en condiciones que son siempre conflictivas, pues están atravesadas por “lo” político (MOUFFE, 1999, p. 13, grifos da autora).

A referida autora defende um político para além de suas fronteiras tradicionais institucionalizadas, compreendo-o ainda como o espaço do antagonismo e, devido a isso, como constituinte da diferenciação identitária dos sujeitos coletivos. Nessa mesma direção, ela caracteriza a identidade política como aquela que se estabelece como um conjunto temporário de significados que delimitam fronteiras na questão dos direitos sociais e que, por isso mesmo, é experienciada como um Nós que está sendo impedido de realizar suas demandas sociais por um Eles, ou seja, por aqueles com os quais estabelecem uma relação antagônica, os seus adversários.

Como se vê, o reconhecimento de um outro grupo como adversário do meu grupo é central no conceito de identidade política, diferentemente do que ocorre na identidade social, que é concebida como um conjunto de atribuições e referências compartilhadas a partir do sentimento de pertencimento grupal e social do indivíduo. Esse adversário pode, por exemplo, ser um grupo social diferente dos ambientalistas, um externo, tal como um estrangeiro, que no debate político e ambiental se apresenta defendendo interesses antagônicos aos dos ecologistas. Pode também fazer parte do mesmo grupo social e defender ideias e concepções que divergem no que se refere a algum ponto de discussão política e ideológica da agenda ambiental, mesmo sendo um ambientalista, o que o posiciona como um Ele integrante do mesmo movimento social, como um subgrupo dentro de um grupo maior.

Se concebermos o antagonismo como uma relação com um inimigo, e o agonismo como uma relação com um adversário, poderemos visualizar porque o enfrentamento agonal, na ideia de uma democracia radical defendida pela autora, longe de representar um perigo para a democracia, é na realidade sua condição de existência:

O que caracteriza a democracia pluralista, como forma específica da ordem política, é o estabelecimento de uma distinção entre as categorias de "inimigo" e "adversário". Isso significa que, dentro do "nós" que constitui a comunidade política, não se verá o oponente como um inimigo a abater, mas um adversário com existência legítima e que deve ser tolerado. As suas ideias serão combatidas vigorosamente, mas nunca o seu direito de defendê-las será questionado. No entanto, a categoria de "inimigo" não desaparece, ela permanece relevante para aqueles que, ao questionar os próprios

fundamentos da ordem democrática, não podem entrar no círculo de iguais<sup>19</sup> (MOUFFE, 1999, p. 16 - grifos da autora).

A política tem a ver com o conflito, e a democracia consiste não na busca de consensos, mas em dar possibilidade aos diferentes pontos de vista para que se manifestem e se desentendam. O argumento principal da sua teoria é que o conflito é central, uma vez que algumas posições são irreconciliáveis em uma democracia agonista. O dissenso pode se dar mediante o antagonismo amigo-inimigo, quando se trata o oponente como inimigo, ou por meio do agonismo, quando um adversário reconhece a legitimidade do oponente e o conflito se conduz pelas instituições. “É uma luta por hegemonia” (MOUFFE, 2010, p. 2).

A identidade política se estruturaria, desse modo, na transição da consciência das relações de subordinação para o reconhecimento do seu caráter opressivo. A identidade política estaria centrada nas relações que se constituem como fruto da instalação de um antagonismo:

Toda política tem a ver com a formação de ‘nós’. Não se pode formar um ‘nós’ sem um ‘eles’. Qualquer identidade coletiva implica dois: os católicos não se definiriam sem os muçulmanos; as mulheres sem os homens, os ambientalistas sem os antiambientalistas. A ideia de que se poderia chegar a um nós inclusivo completamente é impensável teoricamente (MOUFFE, 2010, p. 2 – grifos da autora).

A política diz respeito, portanto, à constituição de uma comunidade política, não sobre algo que acontece dentro dessa comunidade. As identidades políticas, na perspectiva que estamos defendendo aqui, não estão prontas, mas vão sendo construídas nas relações de conflito e nas disputas de poder – disputas essas que podem ocorrer inclusive com integrantes do mesmo movimento social, mas que, em determinadas circunstâncias, posicionam-se como defensores de interesses contrastantes. Isso nos leva a pensar, assim como o faz Mouffe (1992b), que a democratização das relações não é sinônimo de ausência de relações de poder,

---

<sup>19</sup> Tradução livre de: “Lo que caracteriza a la democracia pluralista en tanto forma específica del orden político es la instauración de una distinción entre las categorías de ‘enemigo’ y de ‘adversario’. Eso significa que, en el interior del ‘nosotros’ que constituye la comunidad política, no se verá en el oponente un enemigo a abatir, sino un adversario de legítima existencia y al que se debe tolerar. Se combatirán con vigor sus ideas, pero jamás se cuestionará su derecho a defenderlas. Sin embargo, la categoría de ‘enemigo’ no desaparece, pues sigue siendo pertinente en relación con quienes, al cuestionar las bases mismas del orden democrático, no pueden entrar en el círculo de los iguales” (MOUFFE, 1999, p. 16 - grifos da autora).

mas de relações de poder estruturadas a partir dos princípios de liberdade e igualdade de uma radical democracia, compreendidos como a exigência de tratar o outro tão livre e igual quanto a mim mesmo.

Nessa mesma direção, Prado (2002, p. 60) observa que é durante o processo de mobilização social que a “estruturação de crenças, interesses, valores e significados vai se transformando e, neste e através deste, a constituição de identidades políticas é possível”. Para isso, no entanto, é preciso que, além das relações intragrupais e entre grupos, sejam delimitadas fronteiras sociais que passem a ser experienciadas não somente como diferenças sociais entre as categorias grupais, mas como impedimentos e impossibilidades na conquista da equidade de direitos. É o que se observa no discurso ambientalista que, na busca de garantir o acesso a um meio ambiente conservado para as próximas gerações, entra em conflito com grupos sociais cujas ações, baseadas principalmente numa concepção desenvolvimentista das relações políticas e econômicas, estão pondo em risco o mundo natural e a vida que nele habita, como explicitamos em capítulo anterior.

O referido autor ressalta que a mobilização social se dá a partir do momento em que se inicia um processo de politização das relações sociais. Assim, as identidades políticas, quando articuladas por meio de mobilização, são posições suturadas, ainda que precária e temporariamente, dos sujeitos coletivos que “expressam a revisão das relações de desigualdades, mas não são nem as únicas possibilidades nem tampouco permanentes” (PRADO, 2002, p. 65).

Ele destaca que a mobilização social exige algumas condições para processar identidades políticas, que são aspectos fundantes das práticas articulatórias necessárias para mobilizar a ação coletiva. Um desses aspectos, a identidade coletiva, garante uma continuidade da experiência do Nós e diz algo sobre a nossa pertença a determinado grupo. Nesse sentido, o sentimento de pertença é um elemento importante que um processo mobilizatório precisa desenvolver entre seus participantes, pois possibilita que os integrantes materializem um conjunto de valores, crenças e interesses que definirão a identidade coletiva do grupo. Assim, eles poderão movimentar recursos que, além de serem necessários para a mobilização social, possam ainda garantir a continuidade da experiência coletiva.

O segundo aspecto é o reconhecimento do caráter opressivo de algumas relações sociais. Baseando-se ainda em Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, Prado (2002) explicita a diferença entre as relações de subordinação e as relações de opressão:

O que pode ser notado é que, enquanto as relações entre superiores e inferiores estão sendo vistas como relações de dependências e hierarquia [subordinação], não é ainda possível o reconhecimento da privação e do impedimento que aí estão embutidos [opressão]. (...) As relações de opressão são aquelas relações de subordinação que se transformaram em lugares privilegiados de antagonismos (p. 68).

Nessa perspectiva, o impedimento de direitos passa a ser a possibilidade de constituição do político e, também, aquilo que impede de se homogeneizar algumas das posições. Portanto, o processo de mobilização busca articular-se com a produção de identidade coletiva, pois, desse modo, demarca fronteiras políticas entre o Nós e o Eles, de maneira que a identidade coletiva possa ser agenciada como política.

No terceiro aspecto, a demarcação de fronteiras políticas, há o reconhecimento de que o Eles e o Nós são posições irreconciliáveis, no entanto, possuem o mesmo direito de transformar espaços sociais em espaços de lutas políticas. É aqui que se viabiliza a criação da reciprocidade e o reconhecimento entre os agentes sociais.

Esses três elementos, na perspectiva do referido autor, são definidores do processo de mobilização social e colaboradores no processo de constituição de identidades políticas. A mobilização social implica, assim, em um processo articulatório que não pode ser determinado previamente, tampouco estruturalmente, devido ao caráter descontínuo e, tantas vezes, pontual dessa dinâmica.

Ainda no que se refere ao processo de construção de identidade política, gostaríamos de assinalar a relação entre participação política e o processo de conscientização, pois esta parece viabilizar a elevação do indivíduo à condição de sujeito reflexivo e comprometido com a transformação da sua realidade social. Em estudo realizado ainda pelo mesmo autor em parceria com outros estudiosos sobre a organização das trabalhadoras rurais de Minas Gerais, cujo ponto alto ocorreu

com a organização da Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais (PRADO; CAMPICI; PIMENTA, 2004), eles observaram que a constituição da identidade política é o elemento que, nas narrativas das mulheres entrevistadas, emerge conectado ao processo de conscientização sobre as relações de opressão experienciadas por cada uma delas no cenário rural. Em sua análise, a identidade política motiva essas mulheres a se integrar e participar das atividades coletivas de contestação do impedimento de direitos protagonizado pela lógica do machismo, conferindo um caráter emancipatório à sua participação no movimento e na luta contra a opressão de gênero.

Sandoval (2001) entende a conscientização política em termos de aspectos sociopsicológicos inter-relacionados, um complexo de significados e informações que possibilita aos indivíduos tomarem decisões a respeito do melhor direcionamento da ação em contextos políticos específicos. O referido autor estruturou um Modelo de Conscientização Política que, em consonância com a perspectiva defendida pelos autores anteriormente citados e adotada no nosso trabalho, se propõe a um estudo sobre as diversas dimensões sociopsicológicas que constituem a consciência política do indivíduo acerca da sociedade, de si mesmo enquanto um membro dessa sociedade e, conseqüentemente, que represente a sua disposição para a ação política de acordo com essa consciência.

Nesse modelo, a ideia de identidade coletiva diz respeito àquela dimensão da conscientização política que se refere ao modo como os indivíduos estabelecem uma identificação política com interesses e sentimentos de solidariedade, e de pertencimento, a um determinado grupo social, ou ator coletivo. Ele destaca que a identificação grupal é determinante tanto para a integração do indivíduo aos movimentos sociais, quanto no seu comprometimento e participação política.

Outro aspecto interessante que ele enfatiza no processo de conscientização, é o reconhecimento de interesses antagônicos e de adversários no campo político. Esse aspecto está relacionado aos sentimentos de um indivíduo em relação à forma como os interesses simbólicos e materiais de alguém se opõem aos interesses de outros grupos, e na medida em que os interesses antagônicos levam à constatação da existência de adversários coletivos na sociedade. Segundo suas palavras:

A chave para uma consciência política que apoie a ação coletiva é o sentimento de uma relação contraditória entre si e outro grupo, ou categoria social. Sem a noção de um adversário visível, é impossível mobilizar os indivíduos para ações coordenadas contra um alvo específico, quer esse alvo seja um indivíduo, um grupo ou uma instituição<sup>20</sup> (SANDOLVA, 2001, p. 188).

O processo de conscientização política se concentra na medida em que os participantes sentem que os objetivos e as propostas dos movimentos sociais combinam seus próprios interesses materiais e simbólicos, e percebem que estes acolhem e abordam a sua reivindicação de justiça contra aquele percebido como o adversário comum. Portanto, a relação entre ativismo político e conscientização pode oportunizar a convergência entre o desejo individual e valores humanos socialmente compartilhados, que podem se apresentar como um movimento de associação solidária e, também, afetiva, como fatores motivadores no processo mobilizatório. Desse modo, as tensões, reflexões, negociações e conflitos presentes no processo de constituição identitária podem se dar tanto em nível individual como coletivo, implicando nesse processo diversos aspectos do universo público ou privado da vida dos sujeitos.

### **3.3 Identidade e narrativas**

Ainda nos nossos estudos sobre a identidade, consideramos pertinente dialogar com teóricos que têm contribuído para as pesquisas sobre narrativas pessoais, pois, para eles, as narrativas têm um papel central na construção de nossas identidades: “A narração de histórias é uma parte predominante da vida social, através da qual as pessoas recordam, contam e refletem sobre suas vidas”<sup>21</sup> (BENWELL; STOKOE, 2006, p. 130). Por essa razão, quando delineamos o método que iríamos utilizar na nossa investigação, elegemos a entrevista de caráter biográfico como a mais adequada para os nossos objetivos.

---

<sup>20</sup> Tradução livre de: “A key to a political consciousness that supports collective action is the feeling of an adversarial relation between oneself and another group or social category. Without the notion of a visible adversary, it is impossible to mobilize individuals into collection and coordinated actions against a specific target whether this target is an individual, a group or an institution” (SANDOLVA, 2001, p. 188).

<sup>21</sup> Tradução livre de: “The telling of stories is a prevalent part of social life, through which people recall, recount and reflect on their lives” (BENWELL; STOKOE, 2006, p. 130).

Para os cientistas sociais, narrativas são um constructo fundamental que possibilita um melhor entendimento dos contornos da vida social. No entanto, de acordo com Benwell e Stokoe (2006), nós precisamos pensar as narrativas não apenas como um fenômeno abstrato que é codificado por filósofos, literários e cientistas sociais, mas também como algo funcional, ocasional e constitutivo de identidades. É por meio de um trabalho biográfico que as pessoas fazem suas vidas coerentes e cheia de significados.

No início, as análises de narrativas focavam principalmente em seus aspectos estruturais, buscando distinguir tipos de histórias e definir um sistema formal universal de narrativas por meio da identificação dos seus componentes. Uma vez que esse tipo de abordagem estruturalista falhava em lidar com as negociações interacionais que eram desenvolvidas nas histórias, tanto as publicadas como as produzidas em entrevistas, a análise de conversação passou a argumentar que, se histórias são analisadas, o interesse deveria estar voltado para como elas são incorporadas e negociadas na interação, em vez de focar nas estruturas internas ou eventos isolados da história. Contar história pode adquirir diferentes funções interacionais: entreter, informar, acusar, reclamar, justificar, construir organização social e realinhar ordem social. O foco nesses aspectos interacionais pode produzir uma análise mais rica.

O processo de construção de identidade na narrativa é teorizado de maneira similar à construção discursiva de identidade de modo geral: a ênfase recai sobre a identidade como uma performance em vez de uma instância anterior à linguagem; como dinâmica, e não fixa; como cultural e historicamente localizada, construída na interação com outras pessoas e estruturas institucionais, sendo ainda contraditória, situacional e continuamente atualizada. Assim, a premissa de que um Eu múltiplo, pós-moderno e flutuante é construído na fala passa a se opor à noção de um “*self* verdadeiro” que se esconde atrás do discurso. A prática de narração envolve o fazer da identidade, e porque nós podemos contar diferentes histórias, nós podemos construir diferentes versões do *self* (BENWELL; STOKOE, 2006).

Nesse contexto, gostaríamos de chamar atenção para uma perspectiva nas teorias de narrativas que, focalizando nos detalhes da interação e na organização retórica das histórias, em vez de nos seus componentes individuais, tem aberto novas possibilidades de pesquisa em linguagem, discurso e identidade.

Georgakopoulou (2006), pesquisadora que vem se dedicando aos estudos sobre discurso e narrativas, afirma que se *selves* e identidades são constituídos no discurso, eles são construídos necessariamente em narrativas. Ao contar histórias, narradores podem produzir descrições e avaliações editadas de si mesmo e de outras pessoas, fazendo com que alguns aspectos identitários sejam mais salientes do que outros em determinados pontos da história.

As narrativas passam a ser analisadas tanto sob o ponto de vista da maneira como o contador e as condições nas quais as histórias são contadas moldam o que é comunicado, quanto a partir do que os seus conteúdos nos dizem sobre os *selves* em questão. Esse tipo de abordagem passou a ser possível a partir de uma aceitação crescente da perspectiva socioconstrucionista da linguagem e da identidade, baseando-se no princípio de que *selves* são produzidos na interação, em processos de contestação e colaboração (GEORGAKOPOULOU; LYTRA, 2009).

Teóricos da narrativa têm observado ainda que a ideia de contar uma história adiciona algo crucial para as teorias discursivas de construção de identidades: a noção de temporalidade. As narrativas produzem um senso de identidade e coerência ao incorporar uma noção de conectividade e unidade temporal. Polkinghorne (1991) compreende a narrativa como um processo cognitivo que confere significado a eventos temporais, identificando-os como partes de uma trama. Para ele, indivíduos constroem histórias pessoais conectando diversos eventos de suas vidas em um todo unificado e compreensível: “Essas são histórias sobre o *self*. Elas são as bases da identidade pessoal e da auto compreensão e elas possibilitam respostas para a questão ‘Quem eu sou?’”<sup>22</sup> (p. 136). O mesmo vale para as identidades coletivas, pois quando grupos contam histórias sobre eles próprios, estão igualmente formulando respostas para a questão “Quem somos nós?”.

É a unidade narrativamente estruturada da “minha” vida como um todo que me abastece de uma identidade pessoal e possibilita que “eu” busque a resposta para tal pergunta. Na perspectiva do referido autor, o *self* solicita o mesmo tipo de estrutura e princípios de unidade e coerência das histórias narrativamente construídas. Assim, meu *self* narrativo me dá o contexto de unidade no qual se torna

---

<sup>22</sup> Tradução livre de: “These are stories about the self. They are the basis of personal identity and self-understanding and they provide answers to the question ‘Who am I?’” (POLKINGHORNE, 1991, p. 136).

claro como estou vivendo minha vida e qual é a natureza da minha experiência individual e, também, de minha identidade.

Mas essa busca por uma unidade não é uma tarefa simples. Atingir a coerência narrativa de eventos e ações nas nossas histórias de vida não é uma façanha definitiva, pelo contrário, é um trabalho permanente e que algumas vezes se configura como um grande empreendimento. Nosso adversário nessa campanha é tudo o que se opõe à integração narrativa: desordem temporal, confusão, incoerência, caos. E, para experienciar a vida como um todo significativo, nós buscamos manter e preservar o *self* da dissolução interna das suas partes componentes (POLKINGHORNE, 1991).

Contudo, as histórias de vida não precisam estar centradas apenas no seu próprio autor. Nossas histórias individuais podem, e talvez até precisem, expandir o protagonista de um Eu para um Nós. Esse Eu pode ser estendido para incluir outros indivíduos e comunidades, como esposos, filhos e outros entes queridos que se tornam indispensáveis para a minha história. Assim, eventos afetando minha família, ou talvez o meu próprio país, tornam-se parte da minha narrativa sobre mim mesma. Desse modo, a importância de determinados eventos passa a ser determinada não unicamente pelo seu efeito em mim, mas também pelo seu impacto nos outros que são tidos como parte de minha própria identidade: “Ao incorporar os outros e as comunidades na minha self-identidade, o *self* que eu sou expande sua temporalidade para além do meu nascimento e da minha morte. Meu passado é estendido para incluir os seus passados, e meu futuro para incluir os seus futuros”<sup>23</sup> (POLKINGHORNE, 1991, 147).

Benwell e Stokoe (2006) também chamam atenção para a relação entre as nossas histórias pessoais e histórias culturais mais amplas: “Outra característica distintiva das teorias sobre a identidade narrativa é a noção de que as histórias locais que contamos sobre nós mesmos estão ligadas, de alguma maneira, a histórias culturais mais amplas (ou narrativas mestres, tramas culturais, discursos, repertórios interpretativos)”<sup>24</sup> (p. 139). Nossas identidades como seres sociais

---

<sup>23</sup> Tradução livre de: “By incorporating others and communities into my self-identity, the self that I am expands its temporality beyond my birth and death. My past is extended to include their past, and my future to include their future” (POLKINGHORNE, 1991, 147).

<sup>24</sup> Tradução livre de: “Another distinguishing feature of narrative identity theories is the notion that the local stories we tell about ourselves are connected in some way to wider cultural stories (or master narratives, cultural plotlines, discourses, interpretative repertoires)” (BENWELL; STOKOE, 2006, p. 139).

emergem à medida que construímos experiências pessoais nos posicionando em relação às expectativas sociais e culturais. Portanto, as narrativas possibilitam a observação e a análise do contexto dessas expectativas.

### **3.4 Linguagem, identidade e análise de discurso**

A linguagem, o discurso e a identidade são considerados, na perspectiva teórica adotada neste trabalho, como fenômenos estreitamente relacionados no mundo social. Sob esse ponto de vista, os discursos dos sujeitos acerca das características sociais de seus grupos, do que os diferencia de outros, ou sobre as relações que estabelece com eles – tais como relações de dominação, de conflitos ou de cooperação –, constituem essas relações. Esses discursos têm efeitos sobre o seu curso, moldando os sentimentos, as definições e os modos de classificação mobilizados para dar sentido aos grupos sociais que atuam no interior dessas relações (VELÔSO et al, 2009 - grifos nossos).

Consideramos discurso todas as formas de interação falada – formal e informal – e todos os tipos de textos escritos, sejam eles registros de conversas, romances, novelas, transcrições de entrevistas, dentre outros, sejam imagens. As questões centrais presentes nessa abordagem são “como a linguagem dos participantes é construída e quais são as consequências de diferentes tipos de construção?” (POTTER; WETHERELL, 1992, p. 55). A abordagem de análise de discurso, desenvolvida a partir da Psicologia Social Discursiva, foca sua atenção nas ações e efeitos de um discurso, compreendendo este como uma peça chave para entender a vida social.

Assim, Potter e Wetherell (1992), os autores que estruturaram essa abordagem teórica e metodológica, interessam-se por analisar o modo como um texto constrói uma realidade específica e apresentam possibilidades de descrições e categorizações alternativas, as quais envolvem escolhas que podem levar a muitas consequências, e discutem sobre a estreita interdependência que existe entre a linguagem descritiva e a avaliativa. Portanto, postulam que os textos sociais não apenas descrevem coisas, mas também constroem ativamente uma versão delas.

Outro psicólogo social que tem trazido importantes contribuições para a psicologia discursiva, Edwards (1998), quando comparando esta abordagem com o modelo cognitivista de categorizações sociais, afirma que a análise de como as categorizações de si e de outros acontece no discurso, enfatiza seu caráter de localmente construído e a sua natureza retoricamente orientada. Ele lembra que na teoria da autocategorização há um pequeno interesse em descobrir empiricamente quais categorias as pessoas usam, mas não em como elas as usam. Na psicologia discursiva, o alvo é explicar como as pessoas vão posicionar elas mesmas e outros nessas categorias, de acordo com as situações em que elas se encontram:

Na psicologia discursiva, aquele tipo de modelo mecânico variáveis-e-efeitos é substituído por um no qual as categorizações são estudadas como um fenômeno empírico ocorrendo na fala e no texto. Ao invés de se adequarem a uma matriz causal, as categorizações se caracterizam por versões ativamente elaboradas que constituem a lógica circunstancial na qual elas são usadas. De fato, 'as situações nas quais elas se encontram' são não menos sujeitas às variações de categorizações e descrições do que as próprias pessoas<sup>25</sup> (EDWARDS, 1998, p. 31 - grifos do autor).

Na sua compreensão, essas categorizações são coisas que as pessoas fazem nas suas falas, daí ele se posicionar a favor do interesse da psicologia pelo modo como o discurso e a interação social funcionam. A categorização pode funcionar como uma maneira de situar alguém como membro de um grupo ou outro, e que a participação nesse grupo pode ser evocada ou abolida a partir de interesses locais ou pessoais. É esse tipo de coisa que as pessoas fazem nas suas falas, e a melhor maneira de ver como eles fazem isso, e o que eles fazem com isso, é estudando suas falas (EDWARDS, 1998).

Categorizações são um fenômeno discursivamente acessível como algo que nós fazemos ativamente, com o qual realizamos ações, como produto e produtor de negociações interacionais, e não apenas uma peça de uma maquinaria perceptual. Perguntar o que as pessoas estão fazendo quando falam, revela que elas atribuem

---

<sup>25</sup> Tradução livre de: "In discursive psychology, that kind of mechanical variables-and-effects model is replaced by one in which categorizations are studied as empirical phenomena occurring in talk and text. Rather than fitting into a causal matrix, categorizations feature in actively worked-up versions, that constitute the sense of the very circumstances in which they are used. Indeed, 'the situations they find themselves in' are ordinarily no less subject to the vagaries of categorization and description than the people themselves" (EDWARDS, 1998, p. 31; grifos do autor).

categorizações e descrições para elas mesmas e os outros. Mostra também que são necessárias uma teoria e uma metodologia para lidar com tais descrições, uma abordagem discursiva que as considerem como uma espécie de ação social. No entanto, falta às teorias da cognição social uma teoria da linguagem, uma maneira de lidar com ela empiricamente como um fenômeno social.

Nas categorizações e descrições, as pessoas podem, ainda, se engajar ativamente no exercício de posicionar-se a si mesmo, e ao outro, nas produções discursivas que participam e, desse modo, construir o mundo social e agir nele. Para mapear como os sujeitos sociais se localizam dentro de discursos e narrativas que permeiam os contextos sociais, Harré e Van Langenhove (1999) idealizaram a Teoria do Posicionamento, na qual os posicionamentos são compreendidos como constructos eminentemente discursivos e relacionais, construídos e situados em contextos específicos. Por meio da análise dos posicionamentos é possível identificar algumas posições ou lugares de discurso que os sujeitos podem assumir, negociar ou rejeitar.

Trata-se de uma forma de uma micro análise do discurso desenvolvida pelas escolas anglo-saxãs de análise do discurso, através da qual é possível analisar a complexa e interessante dinâmica da construção de significados e identidades sociais. No desenrolar de “conversas” e interações simbólicas similares, as pessoas podem construir lugares discursivos para si e para os outros; à medida que os sujeitos se posicionam no discurso, posicionam também os outros de forma interativa e estabelecem significados que surgem nos variados contextos de existência, sejam pessoais, históricos, culturais ou sociais.

No capítulo a seguir, no qual descrevemos o nosso percurso metodológico, trazemos mais detalhes de como realizamos as análises do material discursivo colhido na realização da nossa investigação.

#### 4 PERCURSO METODOLÓGICO

O nosso interesse por entender o modo como os militantes do movimento ambientalista definiam a si mesmos e ao próprio movimento, levou-nos para a investigação dos seus relatos orais de vida. Na qualificação do projeto de pesquisa (setembro/2014), cujo título foi “Discurso e identidade de militantes do movimento ambientalista da região Nordeste do Brasil”, a banca de avaliadores considerou que a diversidade de grupos ecológicos, que se agrupam sob o termo genérico de movimento ambientalista, como Castells (1999) observou – vide capítulo anterior –, poderia ser encontrada no próprio Estado de nossa residência, a Paraíba, e que seria interessante que buscássemos investigar como o ambientalismo se apresentava ali.

Assim, atendendo a sugestão dos professores, iniciamos o nosso campo entrando em contato com ativistas que morassem e exercessem suas atividades no referido Estado. No entanto, movidos pelas dificuldades e descobertas da pesquisa, e também, pelo interesse de conhecer a diversidade do ambientalismo no Brasil, ampliamos nosso campo para incluir o Amazonas (AM). Decidimos por esse Estado devido às inúmeras organizações internacionais e locais que atuam nessa região desde os anos 1970, com o intuito de proteger tanto a floresta como seus habitantes e de estimular o desenvolvimento socioambiental local. Supúnhamos que, devido a esse histórico, os discursos dos militantes pudessem, de algum modo, apresentar diferenças em relação aos dos militantes da Paraíba, estado situado na região Nordeste.

Essa viagem constituiu-se, ainda, numa oportunidade de realizar um intercâmbio com pesquisadoras que têm se destacado na produção recente sobre a constituição de subjetividades na relação sociocultural que se estabelece entre o homem e o meio ambiente. Entramos em contato com o Laboratório de Psicologia e Educação Ambiental (LAPSEA), vinculado ao Núcleo de Ciências Humanas e Sociais do **Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)** e coordenado

pela pesquisadora Dra. Maria Inês Gasparetto Higuchi, para solicitar um período de experiência e conhecer o trabalho ali realizado.

A equipe de pesquisadores desse laboratório tem privilegiado os estudos sobre os saberes e práticas constituídos na relação pessoa-ambiente em seus diferentes processos de criação da existência e, ainda, a mediação da educação nessa relação na região amazônica. Dentre seus temas de interesse estão a psicologia social do ambiente, o comportamento ecológico, as subjetividades socioambientais e o envolvimento comunitário nas questões ambientais, temas esses que guardam proximidade com o estudo que desenvolvemos.

Esse intercâmbio teve duração de dois meses, período durante o qual fomos inseridos no cotidiano do laboratório, acompanhando suas atividades e conhecendo seus integrantes. Estes foram importantes para a realização das nossas entrevistas, pois se dispuseram a nos ajudar e, a partir das suas relações de amizade, apresentaram-nos aos ativistas do ambientalismo naquela região, que se tornaram nossos depoentes. A ida ao Amazonas possibilitou que realizássemos, ao todo, 12 entrevistas de caráter autobiográfico, contrastando com as seis que havíamos feito inicialmente na Paraíba. O fato de termos estado numa instituição reconhecida internacionalmente pelos estudos do bioma da Floresta Amazônica, com pesquisadores que investigam o meio ambiente nas suas diversas expressões, sendo alguns deles ativistas e com amplas redes de contato, facilitou inequivocamente a realização de tantas entrevistas em tão pouco tempo.

Em razão do contraste entre as 12 entrevistas realizadas no estado do Amazonas (Norte) e as seis realizadas na Paraíba (Nordeste) resolvemos ampliar a amostra nesta última região. Assim, decidimos integrar Pernambuco à nossa pesquisa para que o Nordeste ficasse mais bem representado. Ali também encontramos dificuldades para entrar em contato com ativistas ambientais, mas conseguimos encerrar a fase de realização das entrevistas com um total de 23 relatos orais de vida do Norte e o Nordeste do Brasil depois de um ano de iniciado o campo.

#### 4.1 Participantes

Participaram da nossa pesquisa voluntários de ambos os sexos e com história pessoal de militância no ambientalismo, que residiam nos Estados da Paraíba e de Pernambuco, ambos da região Nordeste do país, e no Estado do Amazonas, localizado na região Norte. De todos os 23 relatos orais de vida, 12 foram realizados no Amazonas, seis na Paraíba e cinco em Pernambuco, sendo, no total, 11 com mulheres e 12 com homens, ficando distribuídas da seguinte maneira:

**QUADRO 1 – Distribuição de participantes por sexo e local de residência**

	Paraíba (PB)	Pernambuco (PE)	Amazonas (AM)	TOTAL
Mulheres	2	1	8	11
Homens	4	4	4	12
TOTAL	6	5	12	23

Nessa investigação, consideramos ativistas do ambientalismo pessoas que, além de trabalhar para a proteção ambiental, também mostrassem um espírito de liderança e uma preocupação com a coletividade, que fossem proativas naquele trabalho que estavam realizando e que tivessem a iniciativa na busca por melhorias na qualidade de vida daqueles diretamente envolvidos. A maioria dos voluntários atuava em organizações de iniciativa do poder público ou da sociedade civil, que trabalhavam na defesa do meio ambiente nas suas mais diversas vertentes: de proteção de animais, de preservação de florestas, na promoção de uma agricultura sustentável, na defesa do estilo de vida de povos tradicionais, da questão da água e dos oceanos, entre outros. Eram organizações de pequeno, médio e grande porte, algumas com ações de baixo alcance territorial, embora outras operassem no território nacional, estabelecendo ainda conexões com instituições internacionais. Alguns dos entrevistados não tinham vínculo com nenhuma entidade, trabalhando de maneira autônoma.

Suas idades variaram entre 20 e 67 anos, e, na época da realização das entrevistas, todos estavam envolvidos com o ambientalismo por um período de, pelo menos, um ano. Dos participantes, 15 eram residentes de capitais e oito moravam no interior dos Estados. A seguir, fazemos uma rápida descrição dos entrevistados a

partir de informações trazidas nas suas narrativas. Vale salientar que trocamos seus nomes por pseudônimos para que, dessa forma, pudéssemos ilustrar nossa análise com trechos de suas falas e, ao mesmo tempo, preservar suas identidades.

**QUADRO 2 – Descrição dos Relatos Oraís de Vida dos Depoentes**

Nº	NOME	IDADE	LOCALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO
1	Abílio	49	PB	Trabalha como analista para órgão governamental de pesquisa na área de agropecuária. Ainda jovem se envolveu com a causa ambiental, foi membro fundador de diversas organizações de proteção ao meio ambiente no seu município, chegando a se candidatar algumas vezes a cargos políticos levando a questão ambiental como principal reivindicação.
2	Aginaldo	46	AM	Nativo de comunidade ribeirinha no Médio Solimões, participou ativamente na adolescência da Pastoral da Juventude da Igreja, para mais tarde integrar grupos independentes que atuavam mobilizando os movimentos socioambientais no seu Estado. Devido aos 20 anos de experiência com mobilização e organização social, chegou a trabalhar também para o governo estadual em órgão que tratava da questão fundiária em Unidades de Conservação.
3	Alex	34	AM	Nasceu no Sul do país, mas mudou-se para o Amazonas logo que terminou o curso de biologia. Desde então trabalha para organização do terceiro setor que pesquisa e promove a pesca manejada numa Unidade de Conservação.
4	Ana Maria	49	AM	Bióloga de formação, saiu do Rio de Janeiro (RJ) para Manaus (AM) e investiu 24

				anos da sua vida no trabalho em zoológico nessa cidade. Mais recentemente dedica-se à campanha de proteção de pequeno primata que está em risco de extinção.
5	Augusto	46	PB	Da área da agronomia, participa ativamente de um fórum sobre política de desenvolvimento territorial, do qual fazem parte setores da sociedade civil e do poder público, que busca discutir a promoção e fortalecimento de uma perspectiva agroecológica nos municípios de pequeno porte do seu Estado.
6	Carlos	60	PB	Desenvolveu, ainda na década de 1980, uma metodologia de mobilização individual e coletiva e, dessa metodologia, criou uma ONG que trabalha com comunidades de baixa renda com o objetivo de fazê-las conquistarem autonomia financeira por meio da agroecologia.
7	Clarisse	57	AM	Com formação profissional em agronomia, se muda para o Amazonas quando termina seu doutorado. Possui histórico de forte adesão aos movimentos socioambientais amazonenses, tendo inclusive trabalhado para o Ministério do Meio Ambiente na época da gestão da Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente, com Lula na presidência nacional. Devido às conexões que fez no meio político, é uma das principais articuladoras de partido político de representatividade nacional e que traz a sustentabilidade política e socioambiental como principal bandeira.
8	Dália	48	PB	Ativista na causa animal, cria e cuida de inúmeros gatos que chegam a sua casa necessitados de cuidados

				médicos em decorrência do abandono e dos maus tratos causados pelos seus antigos donos. Utiliza intensamente as redes sociais para fazer denúncias sobre como o poder público negligencia a causa animal no seu município. Não está vinculada a nenhuma organização em particular, atuando de modo independente.
9	Diana	48	AM	Trabalha para uma ONG internacional que tem escritórios pelo Brasil, inclusive em Manaus. Começa sua militância nos movimentos sociais e migra para o sócio ambientalismo, atuando hoje para a conservação ambiental junto a povos tradicionais da Amazônia e na defesa do seu estilo de vida na relação com a floresta.
10	Diego	20	AM	Estuda psicologia na UFAM e é integrante de coletivo jovem de caráter ambientalista. Além disso, faz parte de grupo que desenvolve projetos de pesquisa e extensão na área de educação ambiental.
11	Emília	45	AM	Bióloga do Estado de São Paulo (SP) que se muda para o Amazonas a fim de dar continuidade à carreira acadêmica pesquisando mamíferos aquáticos. Altera seu campo de trabalho após 8 anos como pesquisadora e passa a trabalhar em ONG que atua na cogestão de Unidade de Conservação, desenvolvendo projetos de conservação e manejo de recursos naturais e organização comunitária de populações tradicionais da referida Unidade.
12	Edgar	52	PE	Professor de IES, pesquisador com importantes conexões

				internacionais e que monitora dados oceanográficos referentes ao fenômeno das Mudanças Climáticas.
13	Jairo	67	PE	Engenheiro elétrico de formação, tornou-se indigenista por meio de um concurso público, indo trabalhar com povos indígenas na Amazônia. Chegou a ser investigado pela ditadura militar sob a suspeita de estar organizando guerrilha, sendo necessário exilar-se por um período. Depois estuda Antropologia, e passa a trabalhar para o terceiro setor ainda com povos indígenas, mas também com camponeses, dentro e fora do Brasil, incentivando uma agricultura familiar sustentável.
14	Jean	32	PE	Formado em Biologia, atua com educação ambiental em ONG que trabalha em diversos biomas no Estado, promovendo a agricultura familiar dentro dos princípios da agroecologia.
15	Josias	52	AM	Agricultor e líder sindical, vê no mercado de créditos de carbono uma maneira de aumentar a arrecadação dos pequenos municípios do Amazonas, e incrementar o investimento em educação e saúde para a população ribeirinha e nativa da região.
16	Júlia	34	AM	Bióloga nascida em São Paulo, mudou-se para o Amazonas para trabalhar com primatas, mas, do trabalho com esses animais, ela foi migrando para o com pessoas. Realizou trabalho em ONG que pesquisa pesca manejada em Unidade de Conservação no Amazonas, e desenvolveu projeto incentivando a organização social, a formação de líderes comunitários e a educação ambiental com jovens da

				referida Unidade.
17	Manuela	29	AM	Nativa do Amazonas e filha de agricultores, é engenheira florestal e faz parte do corpo técnico de ONG que, dentre outros projetos, trabalha com a cadeia da castanha, oferecendo suporte às comunidades de determinada Unidade de Conservação que as coleta, beneficia e comercializa dentro de princípios ecológicos, visando à autonomia financeira dessas comunidades.
18	Marina	44	PB	Bióloga e professora de IES, é também presidente de ONG que trabalha na proteção e monitoramento da fauna marinha, prestando assistência médica àqueles animais que chegam feridos à praia, desenvolvendo ainda ações de educação ambiental.
19	Oscar	40	PE	Arquiteto e urbanista, foi um dos líderes de uma mobilização social que ocorreu no seu município para revitalização de um espaço público que estava abandonado pela gestão local. Tratava-se de um ambiente natural que foi restaurado para benefício da população.
20	Sandra	50	AM	Filha de agricultores, foi bastante atuante nos movimentos sociais, primeiramente na Igreja e na Pastoral da Terra, trabalhando com povos e comunidades tradicionais, em particular com as mulheres ribeirinhas. Ingressou no movimento sindical e, ainda colaborou em ações sócio ambientais promovidas pela gestão estadual, agora como integrante do governo. Em seguida volta para os movimentos sociais, trabalhando para um instituto

				que desenvolve pesquisa e trabalhos de geração de renda.
21	Simão	53	PB	Agricultor e filho de agricultores, está há 7 anos fazendo a recuperação da mata ciliar de importante reservatório de água do Estado, que atualmente abastece mais de 20 municípios e encontra-se com somente 12% da sua capacidade de armazenamento. Só mais recentemente tem recebido ajuda para realizar o plantio das árvores, mas por alguns anos trabalhou sozinho e conta que está próximo das 100 mil mudas plantadas.
22	Sofia	22	AM	Liderança juvenil, participa de coletivo jovem de caráter ambientalista. Faz pós-graduação na UFAM e é pesquisadora da área de educação ambiental.
23	Virgínia	28	PE	Voluntária de ONG que trabalha para a proteção do meio ambiente e de atuação internacional, com vários grupos pelo Brasil. Está há dois anos na coordenação do núcleo de Pernambuco (PE), e articula com o grupo ações de denúncias de crimes ambientais e de educação ambiental. Sua formação profissional é biologia, e atualmente tem forte interesse pela agroecologia.

#### 4.2 Procedimentos e instrumento

Optamos por realizar entrevistas de Relato Oral de Vida que, segundo Lang, Campos e Demartini (2001), caracteriza-se por uma solicitação feita pelo

pesquisador para que o narrador conte sua história de vida, enfatizando características, fases ou aspectos que estivessem relacionados com o objeto da pesquisa, dando-lhe, no entanto, liberdade para a construção do seu relato. Dessa forma, pedimos aos nossos narradores que contassem suas histórias de vida enfatizando a sua militância ambiental.

Essa é uma modalidade de entrevista que possibilita um estudo sobre a vida das pessoas, penetrando em sua trajetória histórica e compreendendo a dinâmica das relações que estabeleceram ao longo de suas existências, podendo, inclusive, mostrar os diversos posicionamentos identitários que os participantes adotam na elaboração da própria história, as diferentes instituições sociais com as quais se relacionaram e como essas relações colaboraram para a construção da sua identidade pessoal. Portanto, decidimo-nos pelo relato de vida por ver nele a possibilidade de fazer a reconstrução de um processo sociocultural por meio de uma experiência particular, qual seja a construção de uma identidade política influenciada por um discurso ambiental.

Assim, analisamos os relatos orais de vida dos depoentes considerando-os como interpretações individuais de uma experiência social:

As histórias de vida continuam sendo instrumentos fundamentais para a compreensão e análise de relações sociais, de processos culturais e do jogo sempre combinado entre atores individuais e experiências sociais, entre objetividade e subjetividade (KOFES, 1994, p. 140).

Por essa razão, Kofes (1994) propõe que consideremos as histórias de vida como uma fonte de informação (pois o sujeito fala sobre uma experiência que ultrapassa a ele mesmo), como uma evocação (visto que mostra a dimensão subjetiva e interpretativa de quem narra) e também como uma reflexão (uma vez que contém uma análise sobre a experiência vivida). Um aspecto interessante que precisa ser levado em consideração quando se trabalha com histórias de vida é que elas sintetizam tanto a singularidade do sujeito (quando este fala sobre suas interpretações e interesses), quanto a interação entre o pesquisador e o entrevistado, mas traz também uma referência objetiva, que transcende o sujeito e fala sobre o social.

Buscamos dar um caráter conversacional às entrevistas, que tiveram duração de uma ou duas horas, a depender da disponibilidade do depoente. Quando percebíamos que o entrevistado já estava ficando cansado de falar, interrompíamos a gravação e perguntávamos sobre a possibilidade de um novo encontro, numa outra data, para dar continuidade a sua entrevista. Essa estratégia se mostrou proveitosa por duas razões: primeiro, para evitar o cansaço do entrevistado, pois, ele se tornava mais conciso à medida que o diálogo se estendia; e também porque, no segundo encontro, já não éramos completamente desconhecidos e ele revelava-se mais à vontade para falar sobre si.

Com seis dos participantes que residiam em Manaus (AM), o segundo encontro não foi possível. Como eles faziam parte de ONGs que tinham trabalhos com populações tradicionais no meio da floresta, precisavam viajar regularmente e podiam ficar fora da cidade por mais de 30 ou 40 dias. Vale lembrar que há uma dificuldade de transporte no Amazonas, onde o trânsito entre cidades é realizado principalmente por via fluvial, que demanda mais tempo e logística. Com esses depoentes, nós ouvimos o seu relato oral de vida em um único momento, no qual procuramos aproveitar o máximo que pudemos. Essas são entrevistas um pouco mais longas, com mais de duas horas de duração.

Os participantes foram contatados e selecionados a partir do uso do procedimento “bola de neve”, no qual um sujeito indica outro, que por sua vez indica mais um, e assim por diante. Ou seja, a partir de uma fonte primeira, outros militantes foram indicados e convidados a participar; estes, por sua vez, recomendaram outros possíveis depoentes. Uma vez aceito o convite, realizamos as entrevistas, que foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra.

Para conduzir melhor esse momento, à medida que o depoente estava relatando sua vida, ficávamos atentos a alguns pontos de interesse e, quando sentíamos a necessidade, nós o estimulávamos a trazer mais informações para o seu relato. Procuramos considerar tanto os aspectos de suas histórias pessoais, passando pela formação profissional e o trabalho que realiza com o meio ambiente, quanto as suas impressões sobre o ambientalismo e o político. Assim, iniciávamos perguntando sobre o seu trabalho com o meio ambiente, pedindo uma descrição das atividades, como havia começado e o que motivou o seu envolvimento com o ambientalismo. Foram nossos interesses também as suas impressões sobre o

ambientalismo no Brasil e, ainda, sobre a sua relação com a política, tanto em nível local quanto nacional, inclusive sobre a agenda ambiental dos atuais partidos políticos.

Nesse sentido, é importante frisar que, numa entrevista de análise de discurso, o entrevistador adota uma postura ativa, diferentemente do que acontece em outras abordagens metodológicas. Ele, diante das respostas dos depoentes, pode fazer novos questionamentos e intervenções, pedindo mais elucidações, explicações etc. Wetherell e Potter (1992) lembram que, numa abordagem discursiva, as entrevistas são tratadas como uma interação social e, nessa direção, o entrevistador contribui tanto quanto o entrevistado, pois ambos estão construindo versões que compõem uma variedade de fontes interpretativas: “Ambos são tópicos analíticos de interesse” (p. 99). Desse modo, a ideia de que o pesquisador deve adotar uma postura neutra e distante não é interessante para os nossos objetivos.

### **4.3 A análise**

Como já explicitado anteriormente, estamos trabalhando com a Psicologia Social Discursiva, compreendo-a como uma abordagem tanto teórica como metodológica. É uma análise de discurso desenvolvida por autores britânicos e voltada para o caráter funcional do uso da linguagem (POTTER, WETHERELL, 1987; WETHERELL, POTTER, 1992), com a qual trabalhamos ainda no mestrado, realizado no mesmo programa de pós-graduação ao qual estamos atualmente vinculados<sup>26</sup>.

Segundo essa abordagem, o trabalho analítico começa já no período da transcrição das entrevistas, quando ouvimos minuciosamente os relatos orais de vida a serem analisados e podemos fazer algumas notas reflexivas iniciais acerca do material discursivo enunciado pelos entrevistados. Uma vez transcritas, são feitas várias leituras desse material, processo esse que denominamos de codificação, que consiste em procurar, nas falas dos entrevistados, temas ou categorias que estejam

---

<sup>26</sup> Nesse trabalho investigamos os significados de adolescência construídos por adolescentes que residiam na zona rural do Estado de Pernambuco (DINIZ, 2010).

relacionados com a temática da pesquisa. Wetherell e Potter (1992) alertam, no entanto, que a codificação não pode ser confundida com a análise em si. Ela é realizada principalmente com o intuito de melhorar o manejo de todo o material produzido, concentrando pontos relevantes para a discussão e, assim, tornando a análise mais fácil.

No processo de codificação, algumas categorias de análise emergiram das perguntas que previamente estimularam o estudo, enquanto outras vieram da própria experiência da entrevista e das repetidas e exaustivas leituras que fizemos do corpo das transcrições. Para a Psicologia Social Discursiva, no entanto, não há um modelo padronizado de se fazer análise do discurso, mas ela pode ser realizada por meio de dois processos que, na perspectiva dos referidos autores, estão intimamente conectados. De início, procuramos por um padrão nos dados:

Esse padrão se dará na forma tanto de uma variabilidade - **diferenças** quer seja no conteúdo ou forma das explicações -, e consistência - a identificação de características **compartilhadas** pelas explicações. Em segundo, há a preocupação com a função e consequência. O objetivo teórico básico da análise do discurso é o argumento de que a fala das pessoas compreendem muitas funções e tem efeitos variados. A segunda fase da análise consiste em formar hipóteses sobre essas funções e efeitos e procurar por evidência linguística<sup>27</sup> (POTTER; WETHERELL, 1992, p. 168 - grifos dos autores).

Em outras palavras, a análise de discurso aqui desenvolvida se caracteriza por dois momentos: um primeiro no qual buscamos por padrões nos dados – ora se apresentando como a variabilidade e distinções, ora se revelando nas similaridades da forma e da consistência dos discursos. No segundo momento, procuramos compreender as possíveis funções e efeitos produzidos por esses discursos e, ainda, as suas evidências linguísticas.

Inicialmente analisamos os relatos com o objetivo de responder à indagação “Como nos tornamos ambientalistas?”, ou seja, buscamos identificar os recursos

---

<sup>27</sup> Tradução livre de: “First, there is the search for pattern in the data. This pattern will be in the form of both variability: **differences** in either the content or form of accounts, and consistency: the identification of features **shared** by accounts. Second, there is the concern with function and consequence. The basic theoretical thrust of discourse analysis is the argument that people’s talk fulfills many functions and has varying effects. The second phase of analysis consists of forming hypothesis about these functions and effects and searching for the linguistic evidence” (POTTER, WETHERELL, 1992, p. 168 – grifos dos autores).

institucionais, sociais e/ou culturais, que foram posicionados pelos depoentes como agenciadores na construção das suas identidades de ativistas, atentos para os recursos retóricos e os argumentos utilizados para justificar o seu engajamento ao movimento.

Para responder a essa primeira pergunta, ainda no exercício da leitura do material discursivo, selecionamos trechos que faziam referência ao início das suas histórias de ativismo e ao que as tinham estimulado. Com eles, montamos diferentes documentos em formato Word, diferenciando-os segundo o critério da origem territorial dos participantes – um documento para os do Amazonas, outro para os da Paraíba e outro para os de Pernambuco –, nos quais pudemos visualizar com maior facilidade os excertos alusivos a esses conteúdos. Dessa maneira, pudemos observar que as trajetórias de vida dos entrevistados, em algumas circunstâncias, desenvolveram-se de maneira semelhante e que estavam marcadas por experiências com determinadas instituições sociais que aparecem descritas como colaboradoras para a constituição das suas identidades de ativistas.

Após identificar as referidas instituições, analisamos atentamente seus discursos, não apenas as diferentes formas como eles descreviam tais dispositivos, mas também as diversas ações que realizavam nesses discursos, como avaliar, posicionar, culpar, justificar ou responsabilizar: ou seja, a sua natureza retórica, sua função, efeitos e variabilidade. O primeiro capítulo analítico diz respeito às reflexões acerca desses dispositivos, nas quais buscamos compreender como esses agentes e as relações sociais que estabeleceram com eles foram construídas discursivamente. Estivemos atentos, ainda, ao processo de socialização dos depoentes que contribuiu para a construção das suas identidades de ambientalistas. No entanto, importa enfatizar que, enquanto analistas do discurso, estivemos pouco interessados em relação à representatividade das nossas análises, pois nos concentramos particularmente no conteúdo, na organização e nas funções dos discursos enunciados pelos participantes.

Um segundo ponto de interesse nosso eram as descrições elaboradas pelos participantes sobre o ambientalismo e os ambientalistas, cientes de que quando eles realizavam essas descrições, não estavam simplesmente falando sobre a natureza do mundo, mas estavam construindo uma versão desse mundo, algo que tem efeito concreto sobre as suas experiências da vida social. As descrições são versões da

realidade social dos nossos narradores, que produzem e reproduzem grupos sociais e o sentimento de identidade e de pertencimento a esses grupos (WETHERELL, 1997a).

Da mesma maneira, montamos diferentes arquivos no Word, contendo todos os trechos das entrevistas que fizeram referência a esses sujeitos individuais e coletivos, para que assim fosse mais prática a visualização dos referidos discursos. Em seguida, lemos todo o material buscando responder a perguntas do tipo: “O que eles falam sobre o ambientalismo? Há diferentes tipos de ambientalismo nos seus discursos? Quais são esses tipos? Como são descritos? Como estão sendo posicionados?”. O mesmo fizemos com as descrições e teorias sobre o ambientalista, levantando as seguintes questões: “Quais as características associadas ao ambientalista? Que diferentes nomes atribuem para ele? Como este é posicionado pelos entrevistados? Eles se identificavam com essas características que eles mesmos atribuem? Quais são as justificativas elaboradas para explicar a sua própria identificação, ou não, à imagem de ambientalista que eles construíram?”.

Aqui nos dispusemos a identificar as estratégias argumentativas utilizadas pelos participantes quando estavam se posicionando contra ou a favor de uma determinada categoria de ambientalismo e ambientalista, cientes de que ao mesmo tempo em que fizeram isso, estavam construindo as mais variadas versões de sujeitos e da realidade. Nesse exercício, pudemos observar de maneira clara as contradições, as inconsistências e as ambiguidades presentes nos seus relatos orais de vida, uma vez que são discursos caracterizados pela variabilidade tanto dentro de um mesmo grupo social, os ambientalistas, quanto nas diferentes operações discursivas de um mesmo indivíduo.

A leitura atenta e criteriosa das entrevistas era um processo cíclico, pois, à medida que as nossas análises se desenvolviam, nós voltávamos ao corpo das transcrições e procurávamos por outros excertos que, devido ao próprio processo analítico, passaram a ser vistos como relevantes. Assim, a nossa análise, atenta a todas essas questões e à mobilização de termos, descrições e definições sobre o ambientalismo, conduziu-nos para a construção do segundo capítulo analítico, no qual discutimos os discursos referentes ao “Quem somos nós?”, ou seja, às análises da construção discursiva da identidade do sujeito individual e coletivo do movimento ambientalista.

Vale lembrar que, conforme afirma Gill (2002), mencionando Potter e Wetherell (1992), o analista do discurso está interessado nos detalhes das passagens do discurso, que compreende as nuances, as contradições e as áreas de imprecisão, analisando o que foi realmente dito ou escrito, não se preocupando com alguma ideia geral que parece ser pretendida. Nesse contexto, concordamos com autora quando ela afirma que a análise de discurso é uma leitura cuidadosa, próxima, a qual caminha entre o texto e o contexto, tendo como foco de análise o conteúdo, a organização e as funções do discurso.

Desse modo, ela se aproxima a uma interpretação, fundamentada numa argumentação detalhada e numa atenção cuidadosa ao material que foi analisado. Nesse tipo de análise não procuramos identificar processos universais, mas, ao contrário, preconizamos que o discurso é circunstancial, construído a partir de recursos interpretativos particulares e, por esse motivo, enfoca os contextos específicos (GILL, 2002).

Na nossa compreensão, a Psicologia Social Discursiva é uma abordagem que evidencia as formas como sujeitos podem ser construídos, representados e posicionados pelo discurso, partindo da premissa de que a linguagem não é um meio neutro e transparente que reflete a realidade sem problemas. Ao contrário, ela é uma prática ideológica que media, influencia e constrói nossas experiências, identidades e formas de ver o mundo. A identidade está sendo constituída na gramática da linguagem, tanto no nível da representação, em termos de relações entre o texto e o leitor, ou entre os participantes de uma conversa, como em termos de uma dimensão expressiva que revela as atitudes e ideologias do sujeito.

#### **4.4 Cuidados éticos**

Spink e Menegon (2004) argumentam que a perspectiva ética na academia deve estar para além dos sistemas de regras oficiais que pautam as prerrogativas de cuidados com os participantes da pesquisa. Segundo as autoras, a discussão ética se dá “a partir de dentro do próprio processo de pesquisa” (p. 91), configurando-se em três aspectos norteadores: a pesquisa como prática social, sendo necessário ao pesquisador adotar uma postura reflexiva sobre o seu fazer; visibilizar de forma

transparente e clara todos os caminhos para os procedimentos de coleta e análise dos dados; e aceitar a interanimação dialógica estabelecida entre pesquisador e voluntários.

Além dos aspectos citados, outros três são levantados, especificamente, sobre a relação entre pesquisador e participantes: a aceitação em participar, o anonimato e a preocupação com o uso abusivo do poder do pesquisador. Em consonância com estes pontos, uma das formas de visibilizar a prática ética deu-se pela Carta de Anuência e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO A).

O TCLE explicitou aos participantes da pesquisa quais os objetivos do estudo, o resguardo do anonimato, os benefícios e os possíveis riscos de ser voluntário, a possibilidade de desistência em qualquer momento da pesquisa, caso julgasse pertinente, e a responsabilidade da pesquisadora com o uso dos resultados da pesquisa. O nosso cuidado, portanto, foi de nomear os entrevistados de forma que os seus nomes não correspondam ao real, com o objetivo de preservação de suas identidades, como apontado anteriormente. Eles foram informados que o material das entrevistas seria mantido sob os cuidados da pesquisadora e armazenado no seu computador pelo período de cinco anos. Estavam ainda cientes de que o nosso endereço profissional é a Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Av. da Arquitetura s/n, 9º andar, Departamento de Psicologia – Cidade Universitária, Recife – PE, CEP: 50740-550, e de que o nosso e-mail é [larissardiniz@gmail.com](mailto:larissardiniz@gmail.com).

Para além da visibilidade dos procedimentos que foram adotados nesta produção e do detalhamento do campo para atingirmos os preceitos éticos, o projeto de pesquisa, inicialmente, foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco para análise e recebeu o consentimento da realização do estudo. Assim, a efetivação da pesquisa atendeu aos requisitos pré-estabelecidos na Resolução N.º 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, e a coleta de dados só foi iniciada após a aprovação do projeto de pesquisa pelo referido comitê.

Após trazer as informações acerca dos participantes da nossa investigação, bem como os procedimentos, instrumentos e técnica utilizados nas nossas análises, propomo-nos a trazer, nos próximos capítulos, as reflexões desenvolvidas sobre a construção discursiva das identidades de ativistas ambientais realizada pelos nossos depoentes. Primeiramente, vamos mostrar como eles se tornaram ambientalistas. Falaremos, portanto, sobre o processo de socialização descrito como sendo responsável pelo seu envolvimento com o ambientalismo. Logo depois, discutimos as diferentes compreensões, a respeito do homem e da natureza, veiculadas nas suas narrativas, e que se apresentam na forma de diferentes identidades, de variados ambientalismos.

## 5 COMO SE TORNARAM AMBIENTALISTAS

Neste capítulo da tese, dedicamo-nos a discutir os relatos dos entrevistados sobre os dispositivos políticos e sociais que teriam colaborado para a construção das suas identidades de ativistas ambientais. Compreendemos que a identidade política e social de ambientalista, constituída nos seus relatos orais de vida, decorre de contextos históricos e sociais nos quais as suas histórias individuais se desenvolveram negociando as possibilidades, os modos e as alternativas dos processos de identificação.

O nosso olhar se lança, portanto, sobre o político enquanto uma dimensão presente, em maior ou menor escala, ao longo de toda a prática social e ambiental que os depoentes narram em seus relatos orais de vida. No papel de ativistas e atuantes em um movimento social contemporâneo diversificado, descentralizado e com alto poder de propagação, seus discursos evidenciam uma crescente politização da vida social.

Gostaríamos de destacar mais uma vez que não concebemos o ambientalista como uma entidade unificada e homogênea. Seguindo a perspectiva de Laclau (1986), abordamos esse agente social como uma pluralidade, marcado por várias posições de sujeito, por meio das quais o indivíduo é constituído. Assim, veremos mais adiante que as nossas análises dos discursos dos entrevistados salientam as formações discursivas e dispositivos político sociais que atuaram como referências para os processos de significação das experiências individuais e coletivas narradas nas suas entrevistas.

Identificamos, nas leituras e releituras do extenso material discursivo, os sujeitos que, de alguma maneira, influenciaram e contribuíram para o seu envolvimento com o ativismo ambiental. Observamos trajetórias comuns nos diversos relatos de vida dos depoentes, trajetórias marcadas pela experiência com determinadas instituições sociais. Referimo-nos aos dispositivos que foram descritos como cooperadores para a formação das suas identidades de ambientalista.

Assim, as análises apresentadas nesse texto dizem respeito não às particularidades das biografias dos entrevistados, mas àqueles discursos que mostram tais instituições atuando na qualidade de agenciadores das identidades de ambientalistas: 1) Um contexto familiar que propiciou um contato e um bem estar com a natureza; 2) espaços escolares que possibilitaram interlocuções que foram importantes no processo de construção das suas identidades; e 3) a Igreja Católica como um agenciador das identidades de militantes dos nossos entrevistados. Suas narrativas falam desses agentes políticos e sociais que, de diferentes maneiras, são posicionados como estando na origem do trabalho ecológico que viriam a realizar mais tarde.

Dessa maneira, organizamos o presente capítulo em subtópicos que correspondem a esses dispositivos, buscando mostrar como eles são descritos pelos entrevistados e evidenciando em que sentido eles contribuíram para as suas formações identitárias. Como adotamos uma perspectiva processual de constituição das identidades sociais e políticas, esses dispositivos não se configuram como atores determinantes para a identidade de ativistas ambientais, mas como experiências relevantes em meio a um conjunto de práticas sociais que se configuraram em contextos de emergência.

### **5.1 Família em proximidade com a natureza**

Quando questionados sobre o início de suas histórias de ativismo, alguns entrevistados falam de um período, ainda na infância, no qual mantiveram uma relação próxima com a natureza, conferindo uma positividade a essa relação, como podemos ver nos seguintes excertos de suas entrevistas:

Diego: Então tinha toda essa área verde ali onde a gente tinha uma relação bem direta com o ambiente. Meu avô, quando eu era criança, ele mais jovem ainda caçava, ele ainda pescava, então eu acompanhava ele algumas vezes, quando ele ia de tarde, ia ver

como é que estava a malhadeira<sup>28</sup>, como é que estava, se tinha alguma coisa. Os meus tios também, o tio Adriano, ele também tinha o mesmo hábito, o tio Zé também, e quando eles vinham à Iranduba, e quando eles iam, eu sempre queria estar para ver como é que era essa atividade, ver a natureza em outros lugares, ver como é que estava tudo isso. E foi daí que surge essa relação positiva, eu e o ambiente. [...] Então eu tive sempre esse meu virar-se para a natureza de alguma forma, até dentro de uma área pré-acadêmica, esse período de escola (20 anos, AM).

Manuela: (...) tem um pouco a ver com a minha infância, eu acho. Dos meus 6 aos meus 12 anos eu vivi nesse lugar, que era a casa da minha avó. E era muito natureza assim, sabe, eu brincava muito com os meus primos, eram brincadeira muito de, com a terra, brincadeiras que a gente inventava. Então a gente, tinha um lugar que a minha avó, um outro lugar, um outro interior, que foi onde a minha avó conheceu o meu avô, e a gente gostava muito de ir para lá nas férias porque tinha, porque a gente andava dentro do mato, a gente ia coletar fruta dentro do mato, a gente andava de canoa, ia pescar, fazia várias coisas. Então a gente era muito livre na natureza, sabe? (29 anos, AM).

Abílio: Eu cresci em uma cidade chamada, quer dizer, eu cresci em Campina Grande, mas todo final de semana nós íamos pra Cabaceira. E lá, a gente tinha uma pequena propriedade, ainda tem, de 10 hectares que foi de meu bisavô, e lá tinha muito contato com a natureza, com os animais, uma coisa muito próxima a questão da terra, estar ligado lá, e eu tenho uma proximidade muito grande com meus animais, né. E lá em casa sempre criou cachorro, teve muitos bichos, de cachorro... e acho que essa relação com o animal é muito salutar, tanto para as pessoas como também para a convivência em sociedade. Quem tem um animal sabe que é diferente de um ambiente de pessoas que não tem animal. O crescimento, semana a semana, sempre em convivência com os bichos, porco, galinha, pato, guiné, vaca, boi, cabrito, tudo isso a gente teve contato desde criança...

Entrevistadora: Você acha que isso de alguma forma colaborou com o desenvolvimento de uma preocupação ambiental?

Abílio: Não no momento, não pensaria assim como uma preocupação, mas de um bem estar, de estar junto lá com a natureza, com os bichos (49 anos, PB).

Alex: Eu acho que tem um começo meio, não muito claro né, mas meio difuso de simpatia por bicho desde que eu me entendo por gente. Sempre teve bicho em casa, passarinho, porquinho da índia, coelho. Meu vô tinha criação de... pequenas criações assim, galinha, essas coisas. Eu sempre tive envolvido com o meio mais ou menos rural, apesar da família não ser rural, mas de raiz rural. Minha família por parte de mãe, sem nenhuma exceção, todos os irmãos, eram caçadores. Alguns ainda são, e isso sempre mexeu comigo, não necessariamente de forma negativa. Meu vô era um grande caçador, a família de italianos né, os italianos fortes assim, então qualquer

<sup>28</sup> Malhadeira: rede de pesca, principal utensílio empregado na pesca pelos ribeirinhos da região Amazônica.

bicho serve pra comer, mesmo sem necessidade. Tem uma raiz cultural forte. E aí eu tive sempre uma dúvida que era de trabalhar, sempre tive vontade de trabalhar era com bicho silvestre. Sempre fui muito apreciador de coisas de natureza. Meu pai tinha Geográfica Universal, e tinha uma coleção de Jacques Cousteau. Meu pai sempre foi simpatizante da natureza. Então tem uma raiz em casa assim absolutamente difusa, que eu acho que foi fundamental (34 anos, AM).

Entrevistadora: De onde surgiu em essa sua vontade de trabalhar com o meio ambiente?

Jean: Das minhas primeiras vivências com a natureza, porque eu sempre passei férias 6 meses no mato e 6 meses no mar. Minha avó é do mar, minha mãe é do mar, meu tio é pescador, meu avô era agricultor, meu pai é veterinário, então teve todo esse berço, que eu não percebia, não tinha clareza, porque eu vim perceber isso depois de já barbudo, vamos dizer assim, de pesquisar de onde vem essa lombra mesmo da natureza assim, e dizer “poxa!”... Eu gosto de escrever uns negócios, por exemplo, e eu brinco que a natureza é por ela e pra ela, então isso é uma coisa tão grande na minha vida que virou filosofia de vida mesmo. E nesse conceito, nessa linha que tu perguntou onde surgiu, então eu acho que essa linha ela veio sendo criada assim, sendo regada, cuidada na infância, né?, e a minha vida assim, da minha família sempre estar perto da natureza. Isso com certeza foi o que deu a contribuição inicial, e depois veio o estalo quando eu tive a minha descoberta assim, na jovialidade, na adolescência ali, no final da adolescência, de juventude assim, de ver que “poxa, é isso que eu quero trabalhar, com arte e educação, com educação ambiental, com criança, com conservação!” Então foi uma descoberta que eu acredito que já deve ter sido estimulada lá atrás, né? deve ter sido registrada e fomentada lá atrás (32 anos, PE).

Nesses relatos, uma “relação positiva” com a natureza, desenvolvida no contexto familiar, transforma-se, com o tempo, numa inclinação para realizar ações mais ostensivas de defesa do meio ambiente. Como descrevemos anteriormente, Diego é um jovem amazonense que, ainda no período escolar, começou a fazer parte de Coletivo Jovem de Meio Ambiente (CJ)<sup>29</sup> e desenvolve ações de educação ambiental desde então. Na época da entrevista, ele era integrante da equipe de pesquisadores de laboratório de psicologia e educação ambiental vinculado ao instituto de pesquisa científica especializado no bioma amazônico, o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA). No seu discurso, reconhece que sempre

<sup>29</sup> O Ministério do Meio Ambiente – MMA, durante a I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente no ano de 2003, numa tentativa de afirmar o reconhecimento da capacidade do jovem de engajar-se coletivamente e atuar no âmbito socioambiental, propôs a criação dos Conselhos Jovens, que posteriormente passaram a ser chamados Coletivos Jovens de Meio Ambiente. A criação de tais grupos visava a construção de espaços em que jovens, de acordo com as demandas locais, poderiam refletir coletivamente tais demandas e construir propostas de melhorias para o contexto no qual estavam inseridos (ALBUQUERQUE, 2013).

teve um “virar-se para a natureza de alguma forma”, o que sugere uma inclinação natural, inata, para a natureza.

Uma outra entrevistada, Manuela, é engenheira florestal e faz parte do corpo de técnicos de uma ONG que assessora comunidades ribeirinhas que trabalham com a coleta de castanha em região do Amazonas, cujo principal objetivo é a conservação dos recursos naturais da floresta e o desenvolvimento social da população nativa. Sendo ela mesma de origem ribeirinha, e de acordo com seu relato, a relação com o meio ambiente se inicia ainda na infância. Sua memória sobre esse período é povoada por imagens em família, nas quais a natureza aparece como sinônimo de liberdade, de aventura, de lúdico.

Abílio, que é natural da Paraíba, reconhece a relação com os animais como benéfica tanto para o desenvolvimento pessoal como para a vida em sociedade. No trecho de seu discurso, vemos que relaciona a “proximidade muito grande” com os animais à infância no sítio do bisavô. Ele conta ainda que, na juventude, as primeiras ações que desenvolveu efetivamente estiveram relacionadas à proteção de animais domésticos que eram abandonados e que circulavam livremente pelas ruas da cidade onde morava.

De maneira semelhante, Alex descreve a si mesmo como uma criança que vivia rodeada por animais domésticos na sua casa. Ele afirma que a raiz do seu trabalho ambiental vem do lar, com as influências do seu pai e familiares, que foram apreciadores dos animais e da natureza. A “simpatia” por bicho, como ele diz, foi de certa maneira desenvolvida por meio dos exemplos de pessoas que tinham, elas mesmas, uma admiração e uma relação positiva com o meio ambiente.

Nessa mesma direção, Jean afirma que o “berço” do seu trabalho vem sendo regado e cuidado desde a infância, a partir das influências dos pais e avós que foram pessoas que, como pescadores e agricultores, viveram da natureza. Interessante notar que, mesmo salientando esse contexto familiar que propiciou o seu interesse pelo meio ambiente, ele fala também da decisão própria de se dedicar à conservação da natureza e à educação ambiental quando se encontrava já no final da adolescência: (...) “e depois veio o estalo quando eu tive a minha descoberta assim, na jovialidade, na adolescência ali, (...) de ver que é isso que eu quero trabalhar, com arte e educação”. Assim, ele não se refere a um determinismo na sua

história pessoal, mas descreve um círculo doméstico que propiciou uma relação favorável e que houve, entretanto, uma iniciativa própria para o ativismo ambiental.

Ressaltamos, dessa maneira, que a relação entre militância e contato anterior com a natureza no contexto familiar é marcante nos relatos de vida dos participantes de todas as regiões da nossa pesquisa. Tais lembranças constroem essa relação como intensamente afetiva, pois os momentos de encontro com a natureza são também momentos em que figuras familiares significativas estão presentes. Elas acenam para uma certa ancestralidade, uma herança que receberam dos pais, tios e avós, um contexto que propiciou um contato e um bem estar com a natureza, estando na origem de uma empatia, e da vontade de cuidar e proteger o meio ambiente nas suas mais diversas expressões. À exceção do discurso de Diego, que sugere uma aptidão natural para o contato com meio ambiente, as narrativas falam, assim, de uma identidade que é construída a partir do ambiente doméstico, de uma tradição familiar, que, de certa maneira, colaborou para o sentimento de bem-querer em relação à natureza e o conseqüente desejo de cuidá-la.

A partir dessa constatação, gostaríamos de trazer as reflexões de Wetherell (1997b, p. 308), especialmente quando ela afirma que “a teoria da identidade social desenvolvida aqui sugere que pequenos grupos, particularmente famílias, irão desempenhar papel decisivo em canalizar práticas sociais, fazendo delas reais e vívidas para o indivíduo, ao mesmo tempo que serão o lugar onde projeções identitárias são formadas e encenadas”<sup>30</sup>. A referida autora adverte ainda que as regras e dinâmicas construídas pelas famílias estão profundamente conectadas com convenções sociais, tais como classes sociais, questões de gênero, economia etc. Essas dinâmicas sociais, no entanto, tornam-se psicologicamente poderosas quando criadas e vividas como relacionamentos. Assim, os valores de cuidado com o meio ambiente são potencializados quando experienciados por meio de relacionamentos afetivamente valorados, como observamos nas histórias das relações dos depoentes com seus familiares e a natureza.

A família está sendo posicionada nos seus discursos como o contexto social no qual ocorreram as primeiras experiências e o aprendizado do apreciar a natureza,

---

<sup>30</sup> Tradução livre de: “the theory of social identity developing here suggests that small groups, particularly families, will play a decisive role in channelling social practices, making them real and vivid for the individual, as well as being the place where identity projects are formed and acted out” (WETHERELL, 1997b, p. 308).

como a fonte de valores que constituíram uma relação de proximidade com o ambiente natural. Trata-se de uma imagem próxima daquela construída pelo imaginário popular, na qual a família é significada como uma transmissora e educadora das novas gerações, como um contexto de desenvolvimento psicológico e de formação das pessoas. No entanto, nos discursos dos nossos sujeitos, ela ainda se apresenta como a disseminadora de uma cultura de amor e respeito pela natureza.

Em pesquisa realizada com membros de um grupo envolvido com ações diretas no Reino Unido, integrantes do Earth First!, um movimento que surgiu nos Estados Unidos ainda na década de 1980 e que atua na defesa ambiental por meio de práticas radicais, os seus discursos seguem uma linha argumentativa que ora se assemelha, ora difere da desenvolvida nos relatos dos nossos entrevistados. Como os nossos depoentes, os ativistas do EF!, em entrevistas de histórias de vida, também se referem à infância como um período marcado por experiências importantes que contribuíram para que, quando adultos, se envolvessem com o ativismo ambiental. Eles evocaram lembranças que incluíam uma interação e uma apreciação pelo mundo natural, em especial os cenários rurais e o cuidado com outras espécies, mas recordaram também acidentes ambientais, testemunhados naquele período e que teriam colaborado para a construção de uma simpatia pelo ambientalismo: “Inúmeros entrevistados citaram experiências da infância como influenciadoras a esse respeito, enquanto dois relataram memórias de testemunho de mudanças e desastres ambientais enquanto crianças”<sup>31</sup> (WALL, 1999, p. 98).

Na análise de Wall (1999), os relatos dos participantes do EF! constroem uma trajetória narrativa que os posicionam como simpáticos aos ideais do ambientalismo antes de se inserirem nos grupos de ações diretas. Suas narrativas mostram os ativistas tornando-se gradualmente “ambientalmente conscientes antes de participar do movimento verde”<sup>32</sup> (p. 98), o que aponta para uma compreensão da identidade como construída processualmente. O referido autor notou que, apesar das

---

<sup>31</sup> Tradução livre de: “Several interviewees cited childhood experience as influential in this respect, while two noted memories of environmental change/disaster witnessed as children” (WALL, 1999, p. 98).

<sup>32</sup> Tradução livre de: “environmentally aware before participating in the green movement” (WALL, 1999, p.98)

diferenças entre as suas histórias de vida, “todos os ativistas passaram por um processo de mudança de atitudes e de crescente ativismo”<sup>33</sup> (p. 97).

Por essa razão, ele descarta aquelas perspectivas que explicam a participação ativa em grupos ambientalistas sugerindo que a identidade se desenvolva a partir da influência de um único fator, tal como classe social ou educação, pois as considera inadequadas. Como alternativa, ele busca compreender a participação ativa, ou a construção de uma identidade de ativista, como sendo processual e envolvendo múltiplos fatores. No entanto, o autor falha ao conceber esse processo como algo puramente gradual, pois deixa de observar as contradições, as dúvidas e as ambiguidades inerentes à construção da identidade desse sujeito político, o que pode aludir para uma identidade de ambientalista desconectada das diversas e complexas posições de sujeitos que compõem os indivíduos na atualidade.

Portanto, a memória da infância próxima ao meio ambiente, apreciando o contato com a natureza, é um fator comum tanto nos discursos dos integrantes do EFL quanto nos discursos dos participantes desta pesquisa, implicando-os no processo de socialização e de constituição das suas identidades de ativistas do meio ambiente.

## **5.2 Contextos educacionais**

Vimos, no tópico anterior, que alguns depoentes atribuem à família o início de uma relação próxima e prazerosa com a natureza. O ambiente escolar/educacional, por outro lado, aparece nos relatos de vida de outros entrevistados como um facilitador para o envolvimento com grupos de trabalho com caráter ativista, tanto em nível do ensino básico, como no caso de Sofia e Marina, como no ambiente universitário, como relatam Virgínia e Edgar:

---

<sup>33</sup> Tradução livre de: “all activists had moved through a process of attitude change and increasing activism” (WALL, 1999, p. 97)

Sofia: E eu tava no 3º ano, e aí a gente conheceu esse menino. E a gente tava até meio que se paquerando, assim, na época. E ele já era do CJ [Coletivo Jovem], do grupo, e ele tinha ido para um encontro em Manaus e tava meio com a missão de, ele pegou para si a responsabilidade de reativar o grupo. Eu fui para reunião que ele tinha me convidado, mas aí eu achei tão legal, assim, porque tava ele e uma outra menina, que era a Gabi, e eles tavam começando a explicar o quê que era, o quê que fazia, e eu realmente achei interessante. E aí eu fui para as outras reuniões, e a gente começou a planejar ações. (...) E a gente na mesma época tinha organizado a Semana de Meio Ambiente na escola. Eu acho que foi uma das atividades que, foi uma das primeiras atividades que a gente fez de cunho ambiental forte, assim. A gente agia não só nas escolas, a gente começou a fazer palestras de educação ambiental em outras escolas. Então, primeiramente o Rafa e a Gabi, eles iam para outros, principalmente para Manaus para fazer formações, participar de eventos, e aí eles levavam o que tinham aprendido pra gente, inclusive de material mesmo (22 anos, AM).

Marina: Sempre trabalhei como voluntária em alguma coisa, sempre. Eu estudei numa escola espírita, da 5ª série em diante, e essa escola tinha creche, tinha orfanato, tinha asilo de idosos, então a gente tava sempre montando gincana, fazendo coisas para... sabonete, pasta de dentes, roupas de cama, essas coisas para ajudar essas pessoas que precisam de ajuda, mais ajuda que a maioria (risos). E depois, eu me meti em tudo (risos)! Sempre! E depois, quando fui morar em São Paulo, me filiei também a uma entidade, a ACM, e me associei e era voluntária lá também, a gente recebia criança de rua, eram trabalhos com criança de rua. Então, com a questão do meio ambiente, foi mais especificamente depois que a gente veio morar aqui, mas sempre participei de grupos de estar servindo de apoio para alguma coisa. Essa escola espírita contribuiu para essa minha visão de olhar pro mundo, de perceber as coisas que estão acontecendo em volta e que é possível a gente fazer alguma coisa para melhorar, um pouquinho que seja, a realidade do outro, né? Sem dúvida (44 anos, PB).

Virgínia: E lá onde eu estudava, eu conheci a mesma turma que eu, só que era da turma de ambientais [Ciências Ambientais], e aí eu conheci um monte de gente em ambientais que tinha uma outra visão para com a biologia. E aí eu fui conhecendo outras pessoas, outros professores militantes também. E fui colando nesses professores não para trabalhar com eles, mas mais pela ideia de militância que eles tinham. (...) Até então, quando eu descobri que tinha esse mundo dentro da universidade, eu tinha pouco tempo dentro dela. Então, tentei aproveitar o máximo que eu pude. Eu fui para o Fórum Social Mundial, eu fui, eu fiz tanta coisa e assim, eu fui conhecendo pessoas, fui conhecendo professores, como eu falei, fui conhecendo outros militantes que eram convidados, que atuavam nessa área (28 anos, PE).

Edgar: Quando eu voltei pra engenharia, eu descobri a iniciação científica. Eu acho que esse é que foi a grande pinada. E descobri a água também, a possibilidade de trabalhar com água, ou seja, com

recurso natural dentro da própria engenharia. E aí comecei a fazer iniciação científica, primeiros anos de iniciação científica que teve na universidade, e eu fiz um trabalho com o dimensionamento de rede de esgoto pra comunidades carentes, entendeu? Daí, eu saí da limnologia, que são as águas interiores, reservatórios, rios, pra oceanografia, e fiquei lá no laboratório trabalhando com turbulência oceânica, todo o processo de mistura, todo aquele, né? E viajei na parada! Achei alucinante! Primeiro, porque sempre morei na beira da praia praticamente. Lá em casa sempre teve barco, meus pais sempre gostaram muito de mar, teve época que teve 4, 5 velas lá em casa, entendeu? E eu sempre tive aquela relação com o oceano, mas nunca tinha pensado em finalmente assim, trabalhar com aquilo, e aí foi quando eu descobri essa possibilidade de repente, “Meu irmão, vou trabalhar com oceanografia que é alucinante essa história de mar”! Eu já estava viajando nisso há muito tempo, a minha vida toda foi aí na beira da praia, atravessando a rua literalmente. Eu digo, “Poxa, porque não”?! Mas eu acho que o grande clique realmente foi a iniciação científica pra mim, esse pra mim foi o grande tuf, porque aí eu pude realmente escolher alguma coisa que eu gostava de fazer, sacou? E foi a descoberta da água, assim, na minha vida profissional, foi a descoberta da água, porque seria muito frustrante se eu não tivesse descoberto isso, porque poxa, de concreto eu acho um saco! Então eu escapei através da iniciação científica, foi isso que, se tiver que elencar alguma coisa, foi iniciação científica (52 anos, PE).

Podemos notar que Sofia, ainda no ensino médio, conhece o Coletivo Jovem de Meio Ambiente e se insere nesse grupo, participando das ações planejadas com foco principalmente na educação ambiental de outros jovens, elaborando atividades com o objetivo de inseri-los nas discussões ambientais. O CJ, apesar de ser um grupo autônomo, aparece no seu discurso – e também no de Diego, outro entrevistado que é participante do mesmo coletivo –, trabalhando em parceria com instituições de ensino e atuando como um mobilizador juvenil, estimulando ainda a organização e a participação política dos jovens.

O relato de vida apresentado por Marina, entretanto, mostra a sua participação numa escola primária cuja educação, inspirada em princípios religiosos, estava direcionada para o melhoramento das condições sociais da vida das pessoas em necessidade, para uma preocupação com o bem-estar do outro ser humano. Ela atribui a influência dessa educação ao início do seu ativismo social – “E depois, eu me meti em tudo (risos)! Sempre!”–, mas só mais tarde, quando vem morar na cidade que atualmente reside, no litoral paraibano, é que passa a se dedicar às ações ambientais. É no ambiente educacional que, ainda criança, recebe uma formação direcionada para um trabalho espiritual e social, mas que, em sua história

pessoal, migra para o ambiental quando passa a se dedicar aos cuidados com esses animais.

Já Virgínia relata que foi na universidade, quando estava ainda na graduação do curso de biologia, que entrou em contato com professores e alunos militantes com uma perspectiva diferente da biologia, se comparada àquela que até então ela tinha contato em seus estudos. A universidade lhe proporcionou o encontro com aqueles que militavam em defesa do meio ambiente – e isso lhe chamou a sua atenção, levando-a a querer compartilhar da sua companhia e filosofia: “E fui colando nesses professores não para trabalhar com eles, mas mais pela ideia de militância que eles tinham”.

Na entrevista de Edgar, por outro lado, o envolvimento com a iniciação científica, ainda no período da sua graduação em engenharia civil, é descrito como o processo que teria colaborado para uma formação profissional e carreira acadêmica que, no decorrer dos anos, viria ser direcionada para os estudos dos oceanos. Conforme afirmamos em capítulo anterior, ele é um pesquisador e professor universitário cujo trabalho envolve, entre outras atividades, o monitoramento de dados oceanográficos relacionados ao fenômeno das mudanças climáticas.

Em sua narrativa, como podemos observar, ele constrói um discurso no qual a argumentação indica que foi por meio da iniciação científica que começou a sua trajetória profissional que, por não gostar de “concreto”, possibilitou que trabalhasse com um recurso natural, a água, partindo dos estudos da limnologia para a oceanografia e permitindo que se dedicasse a pesquisar algo que sempre gostou: “E eu sempre tive aquela relação com o oceano, mas nunca tinha pensado em finalmente assim, trabalhar com aquilo”. Vale salientar que seu discurso também se refere à família como propiciando um contato e uma relação positiva com a natureza, tal como vimos anteriormente nos relatos de outros entrevistados. Ele falou sobre o seu amor pelo mar como algo natural, posicionando os próprios pais e a experiência anterior de ter morado perto da praia como fundamentos dessa relação prazerosa com a água.

Os discursos de Edgar e dos outros entrevistados representam os espaços escolares como contextos relevantes para a construção de si mesmos como ativistas ambientais, no entanto, notamos que eles não fazem referência a uma educação

com princípios ambientalistas sendo promovida pelas instituições de ensino que frequentaram. No relato de Sofia, como vimos, o ambiente educacional possibilitou o início das suas atividades como uma jovem ambientalista, mas não foi por meio do currículo adotado pela instituição de ensino que ela se sentiu sensibilizada a se envolver efetivamente com ações de educação e proteção ambiental, mas pelas atividades desenvolvidas pelo Coletivo Jovem de Meio Ambiente. Segundo Marina, foi na escola que ela recebeu uma educação cuja orientação religiosa influenciou a construção de sua identidade de ativista social. Enquanto Virgínia se refere às pessoas que ela conheceu e que despertaram seu interesse pelo ativismo, sem aludir à educação universitária em si.

Gostaríamos de salientar, no entanto, que desde 1999, com a lei que definiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) – Lei 9.795, a educação ambiental é considerada um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo. Nessa política, ela foi definida como os “processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 2007, p. 26). A PNEA afirma ainda que todos os alunos das escolas brasileiras têm o direito garantido de ter acesso à educação ambiental em todo o seu período de escolaridade, do nível básico ao superior.

Os discursos dos depoentes indicam, contudo, que a lei, por si mesma, não produz adesão e eficácia, pois não observamos elementos que apontassem para a educação ambiental como um agente contribuidor na construção das suas identidades de ambientalistas. Os seus relatos sugerem que a educação ambiental não foi colocada em prática pelas instituições de ensino nas quais eles foram estudantes.

O Censo Escolar publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), após ter incluído a questão “A escola faz educação ambiental?”, identificou, contudo, que os dados de 2004 indicavam um número expressivo de escolas (94,95%) que declararam ter educação ambiental de alguma forma, seja como uma inserção temática no currículo, seja projetos ou até mesmo como uma disciplina específica nos seus programas. O mesmo censo

também mostrou que, ainda em 2001, aproximadamente 25 milhões de crianças tinham acesso à educação ambiental, mas esse número cresce para 32 milhões em 2004 (SORRENTINO; TRAJBER, 2007).

Esses dados estatísticos abrangem as instituições públicas e privadas de educação básica de todos os Estados do país. Não obstante o rápido crescimento da educação ambiental nas referidas instituições, os discursos dos entrevistados nos levam ao seguinte questionamento: por que a educação não aparece nos discursos dos entrevistados como um agente colaborador na sua constituição identitária de ambientalistas, uma vez que 94% das escolas afirmam fazer uma educação voltada para a “conservação do meio ambiente”, tal como é definida na PNEA?

O mesmo censo explicita também que foi nas regiões Norte e Nordeste que a educação ambiental se expandiu de maneira mais significativa nos primeiros anos da década de 2000, de modo especial nos estados nortistas, onde aparece o maior número de escolas que começaram a oferecer a educação ambiental nesse mesmo período. Por outro lado, está nas regiões Sudeste e Sul a maior parte das escolas que implementaram a educação ambiental ainda nos anos 1990, provavelmente impulsionadas pela ampliação da discussão ambiental no país, ocorrida principalmente no final dos anos 1980, como também pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – Rio 92 ou ECO 92 –, evento realizado no Rio de Janeiro em 1992 e que contribuiu para a criação de um cenário nacional favorável à expansão da educação ambiental naquele momento (LOUREIRO; COSSIO, 2007).

Vemos, portanto, que, no Norte e Nordeste, a educação ambiental aparece de modo expressivo mais tardiamente nas escolas dessas regiões. Em pesquisa realizada pelo Ministério da Educação em escolas das cinco regiões do país, no ano de 2005, que objetivava mapear a presença da educação ambiental nas instituições e ainda os seus padrões e tendências curriculares, cerca de 60% das escolas declaram que a motivação inicial para a implementação da educação ambiental estava relacionada a um empreendimento do professor, enquanto que para 35% o estímulo veio pela implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (LOUREIRO; COSSIO, 2007). Esses dados nos ajudam a compreender algumas informações trazidas pelos entrevistados, como a falta de referência à educação

ambiental como um componente curricular das instituições escolares em que foram estudantes.

A PNEA, obviamente, não se restringe à educação ambiental desenvolvida nos espaços escolares formais, mas as escolas e as universidades são consideradas agentes particularmente importantes para a promoção de uma cultura de cuidado com o meio ambiente. Nesse mesmo sentido, Higuchi e Azevedo (2004, p. 3) se referem à escola como um espaço privilegiado de composição de novas práticas ambientais:

Enquanto todas as esferas de experiências sociais são importantes, é na esfera formal que a EA pode ter um aceleração de novas condutas, considerando que a escola representa historicamente o locus do saber social e ideologicamente valorizado, e nesse sentido as questões ambientais e ecológicas passam a compor um novo paradigma para a atuação da escola na sua missão de modificar mentes e comportamentos.

Mesmo não encontrando dados que mostrem a educação ambiental na formação dos nossos depoentes, os espaços educacionais são colocados nos seus discursos enquanto instituições sociais que possibilitaram interlocuções que foram importantes no processo de construção das suas identidades de ambientalistas. De modo geral, as narrativas mostram que o trabalho com o meio ambiente recebe influências dos contextos escolares por onde circularam, nos quais puderam estabelecer relações com pessoas e também uma cultura e conjunto de valores que se mostraram como uma referência positiva.

Naquela mesma pesquisa com os integrantes do Earth First!, explicitada anteriormente, a escola também emerge como relevante para o desenvolvimento de uma identidade de ambientalista. Projetos desenvolvidos em sala de aula e conteúdos programáticos que tratavam sobre a temática ambiental foram descritos como importantes contribuições para a construção de uma consciência ambiental pelos integrantes (WALL, 1999).

Ainda sobre essas influências, gostaríamos de destacar os Coletivos Jovens de Meio Ambiente que, mesmo sendo grupos independentes, trabalham em parceria com diversas organizações juvenis, inclusive as instituições de ensino, com o intuito de inserir a pauta ambiental no campo de atuação desses sujeitos e mobilizar e

fortalecer a atuação dos jovens no campo da participação política e socioambiental (BRASIL, 2005). Sofia e Diego, os únicos entrevistados que fizeram parte de um coletivo jovem, evidenciam, nos seus discursos, um CJ que estabelece diálogos e articulação com jovens da mesma escola e também da região circunvizinha, construindo ainda parcerias com organizações externas nas quais aprendiam novas práticas e novos conteúdos, que passavam a fazer parte do próprio repertório de atuação. O CJ é posicionado como um organismo educativo, de participação cidadã, que proporcionou um ambiente de construção de uma identidade política de jovem ambientalista.

Os relatos dos entrevistados diferem, no entanto, em um quesito: é na narrativa de Sofia que ele é posicionado como um dispositivo agenciador da sua identidade de ambientalista, pois Diego atribui às experiências compartilhadas com a família e a natureza a origem de uma relação positiva com o meio ambiente, que viria a se transformar em ações mais diretas de conservação ambiental, como mostramos anteriormente neste capítulo.

### **5.3 A igreja católica**

A Igreja aparece nos discursos de alguns depoentes como outro agente que contribuiu para a formação da identidade de ativistas, como podemos ver nos seguintes trechos de suas entrevistas:

Sandra: Uma das atividades principais que eu aprendi, meu pai me ensinou, nunca fui de lavar, de cozinhar, de passar, isso aí nunca fiz parte. Eu faço, mas nunca gostei. Meu pai achava que eu não tinha essa habilidade, então ele me deu algumas tarefas domésticas, tipo assim pescar. Eu tinha que pescar pra levar pra roça o peixe pra fazer a comida do ajuri, do mutirão, dos trabalhadores que ele tinha na época e eu era a pessoa responsável por isso. Eu colocava a malhadeira de flechar de pescar, então eu tinha essa função que, hoje eu agradeço muito a Deus e meu pai porque ele me deu esse exercício. Por que hoje eu avalio? Porque eu acho que pescar é um exercício de paciência, de sabedoria, porque você tem que ter certo conhecimento da natureza e do meio ambiente onde está o peixe. Você não vai e chega, e pesca em qualquer canto. O peixe não está

em qualquer canto, o peixe está no lugar que é específico da reprodução, do descanso dele, onde tem frutas que ele vai se alimentar. Então essa percepção, foi uma percepção que aos seis anos meu pai me proporcionou, então eu fui a mais ativa dos meus irmãos, nós somos uma família de oito irmãos, e eu fui a que mais me destaquei no sentido de pensar rápido, de ter coragem de falar ao público, de pensar, de sugerir, de discordar, de concordar, o meu batismo inicial foi essa tarefa doméstica que meu pai me deu. Então com 14 anos eu fui pra catequese e de lá eu comecei a entrar na catequese como catequista, depois eu fui dando aula de catequese. Depois de ter feito a primeira eucaristia, depois de ter crisma, comecei a dar aula de crisma, fui pra pastoral da juventude. Quando eu tinha 17, 18 anos, e sempre tive essa visão já da Teologia da Libertação, eu lia muito já livros do Leonardo Boff, do Frei Beto, **então tinha essa visão já de Comunidade Eclesial de Base, toda a estrutura que a Igreja sempre proporcionou pros agentes da pastoral** (50 anos, AM – grifos nossos).

Aginaldo: E aí eu cheguei pra trabalhar, pra apoiar a comunidade nessa questão da Semana Santa, dessa reflexão. Então toda reflexão da Semana Santa, ela se deu com essa concepção ambiental. Os avanços, as dificuldades, os relatos, e isso me fez, assim, sabe?, voar. E aí eu tinha decidido, “não, é isso que eu quero, é isso que eu quero aprender, como me inserir dentro do processo”! E, eu conversei com... eu me impressionei muito com isso, com a proposta deles, a proposta de trabalho. E eu comprometi comigo mesmo de poder me aprofundar naquele, naquele assunto, e ver como a gente poderia ajudar né, a colaborar com esse trabalho. E aí eles tinham na sede, na Tefé, aqui na paróquia de Tefé, eles tinham um negócio chamado de coordenação de pastoral, que era um irmão que coordenava. Essa coordenação de pastoral ela ajudava, era basicamente apoiando as comunidades rurais, fazia o acompanhamento dos catequistas do setor, formação, encontro, fazia um programa de rádio, né, essa coisa toda... jogava as notícias das comunidades e apoiava essa palavra, que é esse trabalho de que eles denominaram de preservação de lagos, preservação de lagos. E esse era o trabalho que, que eles denominaram a prática. **E basicamente a Igreja apoiava porque a preservação de lagos era uma maneira de ter 1 ou 2 lagos preservados para alimentar a comunidade.** Basicamente era aquele objetivo. Não era pra comercializar, não era pra nada, era pra abastecer a comunidade. A concepção da Igreja em apoiar esse trabalho foi justamente isso (46 anos, AM – grifos nossos).

Josias: O meu engajamento com o movimento sindical, vem desde lá da Nova Aliança, do nosso município, e lá tínhamos um sindicato, mas que na realidade não era um sindicato, era uma associação. Só agora que eu acabei vindo para o Rio Preto, fui presidente do Conselho dos Assentados do Rio Preto, que é o 3º maior do Brasil, que é o Iporá. O 1º do Amazonas é o Ipori, que é o assentamento maior do mundo com 7.500 famílias, é muito grande, é uma cidade hoje, a cidade de Ipori, é dentro do assentamento. Então meu envolvimento se deu através disso. **Fui muito envolvido com a Igreja Católica, toda injustiça do campo, essa infraestrutura do**

**campo do ribeirinho, ainda estamos na luta e penso em melhorar essa situação.** Meu engajamento todo esse tempo é com o pessoal assentado, o ribeirinho, então eu não consigo arredar o pé desse movimento que eu acho tão bonito e de tentar corrigir todas essas distorções que temos aqui (52 anos, AM – grifos nossos).

Como podemos observar, Sandra, no seu relato oral de vida, busca mostrar que a sua história de militância recebe primeiramente a influência do seu pai, que lhe ensinou a pescar, o que lhe permitiu adquirir características que foram essenciais para ela se tornar uma mulher autêntica e destemida, conquistando destaque entre os seus irmãos. Mas queremos chamar a atenção para quando ela se refere também à formação que recebeu dentro da Igreja, como participante ativa das pastorais e tendo acesso à literatura da Teologia da Libertação, cujos principais expoentes no Brasil foram Leonardo Boff e Frei Betto.

Vale lembrar que essa teologia, assim como as Comunidades Eclesiais de Base, tinham como um dos seus objetivos lutar por justiça social nas comunidades cristãs, transformando a realidade social a partir de motivações religiosas. A influência marxista na teologia tinha, na “opção pelos pobres”, o seu tema fundamental e objetivava que todos se tornassem críticos em relação à situação social e política na qual estavam inseridos e passassem a reivindicar melhorias nas suas condições de vida. A Teologia da Libertação não falou de opressão-libertação de forma indefinida e generalizada, mas procurou qualificar em seu discurso os vários grupos sociais e tipos de opressão sofrida por eles. Dentre as diversas tendências no interior desse movimento, estavam a feminista, a indígena, a negra, a das religiões, a da cultura, a da história e também a da ecologia. Como o próprio Boff (2011, p. 8) fala:

No contexto atual de degradação da Mãe Terra e da devastação continuada do sistema-vida, a Teologia da Libertação entendeu que dentro da opção pelos pobres deve incluir maximamente a opção pelo grande pobre que é o Planeta Terra. Ele é vítima da mesma lógica que explora as pessoas, subjuga as classes, domina as nações e devasta a natureza. Ou nos libertamos desta lógica perversa ou ela nos poderá levar a uma catástrofe social e ecológica de dimensões apocalípticas, não excluía a possibilidade até da extinção da espécie humana. A inclusão desta problemática, quiçá a mais desafiante de nosso tempo, fez nascer uma vigorosa Ecoteologia da Libertação. Ela se soma a todas as demais iniciativas

que se empenham por um outro paradigma de relação para com a natureza, com outro tipo de produção e com formas mais sóbrias e solidárias de consumo.

Assim, Sandra participa de toda uma estrutura viabilizada pelas Comunidades Eclesiais de Base, recebendo uma educação voltada não exclusivamente para o combate à opressão do pobre, mas também preocupada com a degradação ambiental causada pelo mesmo paradigma de desenvolvimento econômico que produz a pobreza. Ela se refere, no entanto, a uma época anterior ao declínio da influência dessa teologia na Igreja, o que veio acontecer nos anos seguintes à década de 1990, movido por fatores internos e externos à instituição, a exemplo do avanço de políticas neoliberais que foram instituídas no país e que tiveram amplos reflexos na capacidade de mobilização de alguns movimentos sociais com os quais as CEBs eram articuladas (MAUES, 2010).

No seu relato oral de vida, a entrevistada constrói uma identidade de militante e defensora dos mais vulneráveis, aqueles que estiveram inicialmente relacionados aos povos da floresta, tais como pescadores, agricultores e extrativistas. Ao longo dos anos, ela inclui outros grupos, igualmente vulneráveis, aos que já contavam com sua militância. Eram, em sua maioria, segmentos da sociedade cuja sobrevivência está diretamente associada à preservação da floresta, pois é de onde extraem os recursos para a manutenção de suas práticas produtivas, que está também fortemente relacionada aos seus estilos de vida, às suas relações sociais e culturais, às suas religiosidades e às suas identidades.

Uma literatura produzida por autores da região Norte tem mostrado que a presença da Igreja, mais especificamente, das Comunidades Eclesiais de Base, foi marcante não apenas no Amazonas, mas em toda região. Maues (2010), por exemplo, em estudo localizado em comunidades rurais e de origem quilombola no Estado do Pará (PA), se refere a uma intensa relação entre a Igreja Católica e os diversos movimentos sociais e associações, relacionados, em sua maioria, à luta pela terra e pelo direito das mulheres, que surgiram naquela área ainda nos anos 1960 e que seguem até os dias atuais. As reflexões desse autor enfatizam os ganhos políticos para as populações locais, influenciadas pela ação de agentes das pastorais que trabalhavam motivados pela Teologia da Libertação, implantando as Comunidades de Base e novas formas de cidadania e atuação política na Amazônia.

Em sua análise, o trabalho da Igreja, operacionalizado por meio das Comunidades, desempenhou importante papel entre os camponeses, cooperando inclusive para que se posicionassem como um grupo remanescente de quilombo daquela região, auxiliando na construção da identidade social de quilombola. Essas populações, em função de suas práticas, desenvolveram uma vivência associativa e religiosa e principiaram novas formas de cidadania não existentes anteriormente nesses espaços. Motivados pela Teologia da Libertação e visando a constituição de Comunidades naquele lugar, os agentes da Igreja ajudaram a comunidade quilombola a se reconhecerem enquanto sujeitos de direito e, na medida em que seus integrantes assumem essa identidade, constituíram-se como agentes políticos.

Aginaldo, outro entrevistado com forte participação dentro da Igreja, lembra que, quando foi atuante na Pastoral da Juventude, pôde conhecer outras comunidades ribeirinhas que, como a dele, estavam enfrentando os mesmos problemas de escassez de peixes nos rios e lagos de suas regiões, devido à intensa exploração praticada por comerciantes externos que vinham com seus barcos e pescavam praticamente toda a população de peixes, reduzindo o número de animais ao ponto de faltar alimento para os nativos e circunvizinhos. A preservação dos lagos, como ele diz no seu discurso, refere-se a uma estratégia elaborada pelos próprios moradores, que monitoravam a movimentação de barcos pesqueiros durante a noite (hora que eles chegavam e lançavam suas redes), e impediam que eles pescassem qualquer peixe naquele local. Os nativos montavam equipes que se alternavam em turnos de vigília e, assim, conseguiram diminuir a vinda de tais barcos.

De acordo com seu relato, havia espaço para discussões sobre meio ambiente nas pastorais da Igreja, talvez por seus representantes entenderem a relação entre preservação da floresta e as condições de sobrevivência daquela população que precisava dela para viver, tal como mostra o trecho que destacamos: “E basicamente a Igreja apoiava porque a preservação de lagos era uma maneira de ter um ou dois lagos preservados para alimentar a comunidade”. Portanto, a Igreja aparece no seu discurso como respaldando essa iniciativa em benefício das próprias comunidades, oferecendo condições para que dilemas ambientais experienciados pelos ribeirinhos fossem discutidos e reflexões fossem levantadas a fim de encontrar maneiras de solucioná-los.

No relato oral de vida de Josias, de forma semelhante, vemos a história de um agricultor que esteve envolvido com o sindicalismo, voltando o trabalho de toda a sua vida para a defesa do ribeirinho, aquele que mora na beira dos lagos e rios e que, quando é época de seca, planta sua lavoura às margens, mas que, quando é cheia, ganha a vida com a pesca, já que não pode plantar nas áreas alagadas. Entre uma época e outra, vivem do extrativismo. Assim o agricultor, o pescador, o ribeirinho e o extrativista dizem respeito basicamente ao mesmo grupo populacional que vive na e da floresta.

O trecho que destacamos de sua entrevista sugere uma relação entre o envolvimento com a Igreja e a luta contra a injustiça do campo e pela melhora da infraestrutura que o ribeirinho encontra para trabalhar e viver. Embora ele não mencione explicitamente em sua entrevista, sabemos que a Comissão da Pastoral da Terra (CPT) se desenvolve primeiramente na Amazônia, ainda na década de 1970, dedicando-se à causa dos trabalhadores do campo e dando suporte para a sua organização. Apesar dos então posseiros da Amazônia terem sido os primeiros a receber a sua atenção, a CPT logo em seguida se estendeu por todo o país, se destacando pela defesa do direito à terra de tais trabalhadores, sobretudo os sem-terra (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2016).

Se no discurso de Sandra e Josias a Igreja é descrita como sendo um dispositivo que possibilitou uma educação visando a formação de agentes questionadores das desigualdades sociais, no relato oral de Aginaldo ela aparece como um espaço de discussão, favorecendo a autonomia das comunidades por meio do empreendimento realizado em busca da proteção e da gerência do seu próprio território. Gostaríamos de destacar que os três entrevistados são amazonenses e de origem humilde, filhos de agricultores e ribeirinhos, que falaram sobre o envolvimento com a Igreja de maneira natural. Seus discursos veiculam a imagem de uma instituição bem próxima das populações em situação de pobreza, atuando junto delas para enfrentar as dificuldades econômicas e sociais que, na Amazônia, revestem-se também de dilemas ambientais.

Suas entrevistas mostram, sobretudo, a Igreja atuando política e socialmente, contribuindo para reflexões que uniam preocupações sociais com ambientais, sendo um importante agenciador não apenas das identidades de militantes dos nossos entrevistados, mas do próprio discurso socioambiental que se estrutura naquela

região. Mostram também a circulação do discurso socioambiental em instituições sociais tradicionais, sendo constituído nas ações da Igreja em intercâmbio com a dura realidade vivida por seus adeptos.

De modo geral, as narrativas mostram que o trabalho com o meio ambiente acontece em decorrência de uma história pessoal anterior, que propiciou o contato com a natureza e a vivência de experiências positivas com o meio ambiente, ou pela influência de outras pessoas e organismos sociais. Falam, portanto, de uma identidade de ativista que foi sendo construída a partir de contextos pessoais e sociais que possibilitaram o surgimento de um sentimento de cuidado pela natureza e uma politização da ecologia.

Importa observar que a mídia não aparece nos seus discursos como outro dispositivo agenciador relevante na constituição identitária como ambientalistas, apesar da participação ativa dos diversos meios de comunicação na construção e circulação do discurso ambiental na sociedade contemporânea. Devido ao seu poder de dar visibilidade a fenômenos sociais e de constituir novas dinâmicas de interação, participando ativamente dos processos de socialização dos sujeitos, a mídia tem possibilitado transformações significativas nas práticas discursivas cotidianas, nas formas como as pessoas significam os fenômenos sociais e se posicionam perante tais fenômenos (MEDRADO, 2004). Ela possibilita, por conseguinte, a construção e reconfiguração de discursos que podem ser utilizados como referência para a construção de identidades sociais e políticas.

No entanto, pensamos que, mesmo não tendo surgido nos seus discursos, os recursos de mídia participaram, de algum modo, dos processos de identificação experienciados pelos nossos depoentes. O que notamos, a partir das narrativas dos entrevistados sobre os seus contextos particulares de desenvolvimento, é que as interações face a face e as interlocuções que aconteceram em experiências de troca direta, de coparticipação, parecem ter colaborado de maneira mais clara para que viessem a se envolver com o trabalho ambiental.

Outro elemento que parece não fazer parte dos repertórios dos entrevistados, com relação às origens e justificativas das suas atividades é a classe social como uma motivação direta para o ativismo. Ganhos materiais com o ativismo não aparecem nos seus relatos como um impulsionador para o trabalho ambiental. A

tônica dos discursos em relação ao socioambientalismo como uma vertente do movimento que considera também o social nas suas ações, diz respeito ao combate às injustiças sociais promovidas por um modelo de desenvolvimento que é tanto economicamente excludente como ambientalmente degradante, como podemos observar nos discursos de Sandra, Aginaldo e Josias –, presente também nas narrativas de outros participantes e que explicitaremos melhor no próximo capítulo.

Vemos, pois, que os dispositivos agenciadores se constituem tanto de instituições sociais tradicionais, tais como a família e a igreja, como também das relações e interlocuções estabelecidas com indivíduos que compartilhavam dos mesmos contextos de socialização dos depoentes. Tratam-se, portanto, de espaços formais e informais de participação política, que, como adverte Mouffe (1999), evidenciam um político que acontece tanto nas microrrelações, quanto na política composta por instituições representativas, como a igreja e os grupos de atuação política juvenil.

## 6 DEFININDO O MOVIMENTO AMBIENTALISTA

Em capítulos anteriores, pudemos observar que o movimento ambientalista é composto por diferentes compreensões sobre a relação entre o homem e o meio ambiente – algumas dessas, inclusive, discordantes entre si. Neste capítulo da tese, iniciamos as nossas reflexões acerca desses significados e de como eles se apresentam nas narrativas dos entrevistados. Mantemo-nos atentos para a dinâmica estabelecida entre as diversas posições de sujeito que são adotadas e atribuídas pelos nossos depoentes quando descrevem a si mesmos e os demais ativistas.

Nas nossas análises, identificamos diferentes maneiras de nomear e definir o que, na literatura, tantas vezes aparece indefinidamente como o ambientalista, nomeações e definições essas que mostram a diversidade de significados de um profuso campo discursivo. Preservacionista, conservacionista, socioambientalista, ecochato, ambientalista ingênuo são algumas terminações para posturas ideológicas que ora se assemelham, ora se diferenciam, mas que refletem posições identitárias conferidas pelos depoentes para si mesmos e para um outro, um sujeito igualmente ambientalista, mas divergente do ponto de vista ideológico. No entanto, longe de parecer isenta, essa polissemia expõe as disputas entre os diferentes sentidos conferidos à prática política e ambiental desempenhada pelos participantes.

Optamos por organizar o presente capítulo em seções que correspondem às subcategorias discursivas e identitárias de uma identidade social mais ampla, que é a de ambientalista. Assim, atentamos para os diferentes modos como eles nomearam os ambientalistas, observando as definições relacionadas a cada um desses nomes, e categorizamos as identidades construídas discursivamente em tópicos. Nomear e definir, na nossa perspectiva, se refere a processos discursivos distintos, uma vez que o primeiro está relacionado à ação de dar um nome, uma denominação, e o segundo está direcionado para a atribuição de características, propriedades e qualidades a essas denominações.

As definições e descrições que se assemelharam entre si, que retratavam uma mesma identidade de ambientalista, foram agrupadas numa mesma categoria,

cujo nome algumas vezes foi conferido pelos próprios depoentes, como nos itens Preservacionistas e Conservacionistas e Socioambientalistas. Em outras, a categorização veio a partir da tônica que havia nos discursos referentes àquela identidade – são os Espiritualistas, os Missionários, os Apaixonados pela natureza e o Outro.

Evidenciou-se, nas suas entrevistas, porém, que eles não reconheciam esses diferentes nomes como novas designações que viriam substituir, como um novo termo, a palavra ambientalista, mas como relacionados às subclasses de uma classe mais ampla, como uma entidade que está dentro de uma entidade maior e que, juntas, compõem o ambientalismo como um todo. Assim, eles constatarem que dentro desse movimento há diferentes compreensões a respeito do homem e da natureza, que se apresentam na forma de diferentes identidades, de diferentes faces do ambientalismo.

Como veremos, as descrições sobre o ambientalismo e os ambientalistas, construídas nos relatos de vida dos entrevistados constituem um movimento social complexo e diverso no cenário sociopolítico atual. É importante levar em consideração, ainda, que os participantes da nossa pesquisa são residentes de regiões distintas do país e que seus discursos falam desses lugares de pertencimento. Os seus relatos orais de vida refletem, desse modo, a multiplicidade e heterogeneidade de um movimento social que se apresenta num contexto histórico e social particular. Não falam sobre um ambientalismo abstrato, imaginário, mas de um familiar, localizado e bem próximo à vida de cada um: sejam nortistas ou nordestinos, estão falando de um conjunto de relações e de uma história que, mesmo sendo uma realidade própria, não é isolada, mas conectada a uma rede maior, e que é brasileira.

### **6.1 Preservacionistas e conservacionistas**

Nos relatos de alguns dos entrevistados, eles se colocam como contrários a uma vertente do ambientalismo conhecida como preservacionismo, aquele

segmento que, como explicitamos anteriormente, propõe que a natureza precisa ser protegida de modo a ser deixada intacta, sem interferência do homem, como podemos ver nos seguintes excertos retirados das entrevistas de Carlos, Clarisse e Diana:

Carlos: Então, meus estudos me obrigaram a enxergar não mais o meio ambiente, então o meu ativismo deixou de ser romântico a partir desse processo, porque agora eu vou inserir o ser humano no ambiente e não separo mais um do outro. E aí, a gente vai estudar pela consonância das ações, entendendo a mãe Gaia como a produtora do ambiente em si, e do homem também! Somos todos filhos da Terra.

Entrevistadora: Mas quando você fala de uma leitura romântica, o que é que você quer dizer exatamente?

Carlos: Eu quero dizer que o homem sobrevive do meio. **Que se a visão romântica que eu digo é de que o meio não era pra ser degradado de forma nenhuma pelo homem.** Então esse romantismo, de dizer... Ora, se eu tô lá no meio e eu interajo, eu volto um pouco na história da humanidade, lá dos nômades, lá da condição de quando a mulher descobre, pelo processo de observação, pela geografia, e a história da agricultura. E vou identificar aquele homem nômade como... Não vou dizer que era um homem expropriador do meio ambiente, mas usufruto próprio do meio, sem degradar. O que faz com que eu rompa com a visão romântica é dizer que agora eu posso investir num processo na terra, tendo o produto e a produção, me aproveitar desse exercício, e aí vai algumas tecnologias, sem depredar o meio!

Entrevistadora: Então, o que você tá falando de romantismo é uma ideia, uma crença, de que é preciso...

Carlos: Salvar os “bichinhos”...

Entrevistadora: Proteger a natureza para que ela permaneça intacta?

Carlos: Intacta. Porque não é isso, eu posso me utilizar. E aí utilizando o olhar dos ancestrais, da ancestralidade... Como é que eu vou deixar de tirar ou extrair da terra aquilo que ela me dá? Agora, eu posso extrair e devolver! É isso que talvez as pessoas ainda não tenham entendido, ou tem explorado botando veneno (60 anos, PB – grifos nossos).

Clarisse: Eu tive meu filho em 90 [1990], fiquei grávida e tive meu filho, e continuava pesquisadora no Inpa<sup>34</sup>, mas também muito envolvida em toda essa movimentação militante que na época estava crescendo muito na Amazônia, na discussão exatamente dos fundamentos do socioambientalismo, que seria um ambientalismo que não o preservacionismo, que era das grandes ONGs que existiam na época, como a Fundação Brasileira para o Conselho Nacional da Natureza, a Funatura<sup>35</sup>. O que existia eram organizações

<sup>34</sup> INPA: Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia.

<sup>35</sup> Funatura: é uma organização não-governamental brasileira criada em 1986 por um grupo de profissionais da área ambiental, de representatividade no Brasil e no exterior, com atuação em todas as regiões do país, em especial os biomas Cerrado e Pantanal.

de preservação, modelo muito norte americano, “vamos tirar todo mundo, a gente protege as áreas, o ser humano é por natureza mau, e ele não sabe conviver”. **Então você tira e cria unidades de conservação, expulsa todo mundo**<sup>36</sup> (57 anos, AM – grifos nossos).

Diana: Eu tenho vários amigos que são preservacionistas. Eu sou conservacionista de carteirinha, já nasci com isso e estou até hoje, defendo isso e não trabalho com essa visão preservacionista, certo? Eu não trabalho, não existe local intocável, ao contrário, eu entendo que em determinadas situações... eu vou te trazer um exemplo, que esse é famoso, então fica mais fácil das pessoas identificarem. Vamos supor que o sapo kambô esteja correndo risco de extinção e ele só existe nessa área x aqui. A tendência, pela legalidade, a primeira coisa é isolar essa área através de uma unidade de conservação de proteção integral e de uso restrito que é o caso, por exemplo, de uma estação ecológica. Então essa área aqui ficaria completamente isolada da integração humana, até que aquele bicho possa se recuperar e voltar novamente a se reproduzir sem problemas. Eu não acho que isso aqui vai resolver o problema, ao contrário, a população tem que ter consciência, tem que saber que esse sapo que só existe aqui está nessa situação, e o trabalho tem que ser educacional, qual é a importância desse bicho para a natureza, se ele tem uma importância e o que nós podemos fazer pra contribuir pra que ele consiga se reproduzir e sair do risco de extinção. Os bichos que entraram, como o caso da ararinha azul, em maior risco de extinção, os exemplos que a gente tem de casos de sucesso é o exemplo onde a população foi envolvida para a preservação da espécie, não é o isolamento. Então, assim, **eu sou anti preservacionista, que é essa visão restrita de natureza de um lado e pessoas do outro**. Eu acho que não existe gente sem natureza ou natureza sem gente. Existe aí e as pessoas tentam fazer essa divisão, mas não existe, isso são bichos que a gente foi criando no decorrer, ao longo do tempo, mas isso na minha cabeça e na minha concepção, não existe (48 anos, AM – grifos nossos).

Carlos menciona uma ancestralidade no lidar com a terra, quando traz a história dos nômades e da descoberta da agricultura pelas mulheres. Ele se refere a um amadurecimento da sua visão com relação ao homem e à natureza, amadurecimento esse que permitiu que considerasse o homem como parte dela. Antes, a sua prática teria sido marcada por uma certa ingenuidade, quando ele considerava apenas o ambiente. À medida que aprofunda seus estudos sobre o assunto, o seu ativismo ambiental passa a buscar conciliar tanto as necessidades de preservação da natureza quanto de sobrevivência do homem.

---

<sup>36</sup> Segundo defende Diegues (2004), o modelo brasileiro de Áreas de Proteção (APs) foi uma importação do modelo norte-americano, baseado na noção de natureza intocada, que considerava que as áreas naturais deveriam ser protegidas contra as atividades humanas, com exceção daquelas relacionadas ao turismo, medidas educativas e pesquisas científicas.

Parece haver, para ele, uma degradação ambiental justificável, aquela que venha garantir a subsistência do ser humano, como neste trecho de sua fala: “Que se a visão romântica que eu digo é de que o meio não era pra ser degradado de forma nenhuma pelo homem”. Ele não é aquele ambientalista que quer salvar os “bichinhos”, ou salvar a natureza pela natureza, é um ambientalista que entende que é possível fazer uso dos recursos naturais desde que sejam empregadas tecnologias que não depremem o ambiente. Portanto, entre uma proposta de preservação da natureza intacta, de modo a assegurar a sua intocabilidade, e outra de uso responsável dos recursos naturais pelo homem, ou seja, no debate entre preservacionismo e conservacionismo, o discurso de Carlos sugere que ele se posiciona como um conservacionista, como um ambientalista que não considera apenas a proteção ambiental, mas que busca conciliá-la com as demandas do ser humano: “Como é que eu vou deixar de tirar ou extrair da terra aquilo que ela me dá? Agora, eu posso extrair e devolver!”.

Assim, ele se posiciona de forma contrária ao que denominou de ambientalista romântico, aquele que, na busca pela proteção ambiental, não considera as necessidades do homem que precisa da terra para sobreviver. Ao descrever aquilo que ele não é e caracterizá-lo como um romântico, ele se apresenta, implicitamente, como um ambientalista realista que segue o bom senso e que leva em conta as necessidades humanas. Logo, a sua identidade está sendo discursivamente construída a partir da comparação com um “outro”, um grupo com uma perspectiva diferente da dele, um divergente.

A ideia de uma natureza intocável, associada à vertente preservacionista do movimento ambiental, é também criticada no discurso de Clarisse. Ela faz referência ao preservacionismo como um pensamento originalmente norte-americano, que compreende que a interferência do homem na natureza é essencialmente nociva e que, para protegê-la, defende o afastamento do homem dos espaços naturais. Na sua narrativa, ela se insere num contexto de fortes discussões ambientais na Amazônia, numa época em que, como ela mesma descreve, se estrutura uma proposta alternativa ao preservacionismo, que é o socioambientalismo.

Na sua fala há uma associação entre o preservacionismo e a criação das unidades de conservação, especificamente as de proteção integral, nas quais não é permitida interferência humana direta nos ecossistemas naturais. Vale lembrar que o

Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é o marco legal para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação brasileiras, e que classifica as unidades de conservação em dois grandes grupos: uso sustentável e proteção integral. De acordo com o SNUC, as populações que residissem nas áreas de proteção integral, no momento da criação das unidades, deveriam ser reassentadas pelo poder público em outros espaços, tendo direito ainda à indenização ou compensação (FERNANDES; AMARAL; SENA, 2013).

Diana, por sua vez, afirma categoricamente que é uma conservacionista e que tem sido assim ao longo de toda sua vida. Ela busca justificar o seu posicionamento falando sobre a ineficiência de uma política orientada pelo preservacionismo, uma vez que, na sua opinião, não se consegue preservar a natureza intacta simplesmente afastando as pessoas daquele determinado espaço, mas inserindo-as nas ações de proteção, educando-as e transformando-as em aliadas do meio ambiente. Portanto, ao demarcar o que há de diferente entre a sua perspectiva e a dos colegas preservacionistas, ela reconhece o conflito ideológico dentro do movimento ambientalista e se posiciona claramente como partidária de um dos lados em conflito. Não há dúvidas, conflitos ou instabilidades na sua identidade como conservacionista: “Eu sou conservacionista de carteirinha”.

Nessas três falas que destacamos, os depoentes se posicionam de modo contrário ao preservacionismo, construindo-o como uma diferença no interior do ambientalismo. Foi no exercício de se comparar com o diferente que se demarcou uma fronteira de pertencimento a um grupo identitário distinto e, no caso, adversário na luta pela hegemonia no movimento ambientalista.

Vimos que a construção de uma identidade política se dá por meio da construção de semelhanças e diferenças entre grupos sociais, que pode levar à identificação de um Nós e um Eles (LACLAU; MOUFFE, 2015). As descrições que os entrevistados fazem do ambientalista que busca proteger a natureza e deixá-la intocada, ou seja, do preservacionista, são elaboradas de modo a deslegitimar essa ideologia qualificando-a como romântica, equivocada, restrita e ineficiente. Esse “outro”, no entanto, não é externo ao ambientalismo, ele é construído como uma diferença no interior do próprio movimento. Tais descrições evidenciam os conflitos internos e as variações identitárias no ambientalismo.

Nas falas acima, os entrevistados se posicionam de maneira clara e segura como conservacionistas ou socioambientalistas. Nas falas a seguir, no entanto, não formulam identidades tão estáveis e bem definidas:

Emília: E tem, a maioria dos lugares você tem pessoas morando, foram fazendo uso daquele espaço, daqueles recursos... Você tem que buscar o equilíbrio aí. Para mim é totalmente viável pessoas usando os recursos, dependendo, né?, do usando os recursos naturais, morando, vivendo naquela área e você partindo do princípio, por exemplo, de fazer o manejo. Às vezes você vai ter que preservar uma área porque vai ter uma espécie que você vai ter que conhecer melhor para fazer o manejo, mas assim, eu sou muito, a minha linha é da conservação. Mas pode ser que tenha situações que tenha que ser preservação mesmo, assim, não sou radical, não. Acho que vai depender muito com contexto, vai depender muito da situação assim, mas a minha linha principal é a conservação (45 anos, AM).

Júlia: Eu não acredito **muito** em preservação e mais em conservação. Preservação é quando não se mexe e conservação é quando se faz o manejo da área de forma adequada. Mas acho que as pessoas não entendem muito, o porquê de ter reservas florestais, de ter espécies. Teve uma época que eu acreditava mais no preservacionismo, não compreendia muito também como que era... É que ainda morava lá no sul e lá no sul tem muito esse lance, humanos moram em cidades, não moram em floresta porque as florestas acabaram (risos). Mas eu não entendia isso. Eu achava que as florestas não eram um lugar que as pessoas deviam morar. E eu fui entender aqui que as pessoas podem sim morar e conviver muito bem numa floresta perto (34 anos, AM – grifo nossos).

Manuela: Mas a palavra ambientalista eu acho que não me encaixa assim, porque eu tenho uma pegada mais de, ah, vamos manejar para ajudar as pessoas, de que forma que a gente pode ajudar as pessoas que moram dentro daquela região. Como eu te falei, se eles não tivessem lá talvez a gente estivesse fazendo pesquisa, não sei, porque a conservação está muito ligada com as pessoas diretamente assim, porque são eles que manejam. A gente ajuda, a gente acompanha, a gente leva as nossas técnicas, a gente troca experiência, mas são eles que fazem a conservação. Então a gente apoia a conservação da floresta, a gente apoia com que as populações tradicionais tenham uma renda com a floresta em pé, com que eles consigam ter vários tipos de renda sem agredir o ambiente. E dá para fazer isso tranquilamente assim, que é o que eles fazem, o que eles sempre fizeram. **Quando eu pensei em fazer engenharia florestal eu pensava, até na época da faculdade, eu pensava muito na floresta, na floresta, porque a gente tem que fazer assim com a floresta. E depois, quando eu fui realmente colocar as coisas em prática, eu entendi que na floresta tem pessoas, e que na verdade quem vai fazer o manejo são as pessoas que convivem ali** (29 anos, AM – grifos nossos).

No trecho de seu relato oral de vida, Emília traz elementos da sua experiência profissional com a população residente de uma unidade de conservação no Amazonas, pois trabalhava com a gestão dessa unidade e tinha proximidade com os nativos, conhecia suas condições de vida e, como ela mesma diz, considera viável o uso dos recursos naturais encontrados na floresta, desde que sejam respeitados os princípios de manejo sustentável desses recursos. O ambientalista radical, no seu discurso, é aquele que não abre mão da sua opinião, seja conservacionista ou não. Assim a sua identidade pode variar de acordo com o contexto em que estiver envolvida, podendo se colocar ora como conservacionista, ora como preservacionista se considerar que é a postura mais adequada naquelas circunstâncias: “Acho que vai depender muito com contexto, vai depender muito da situação”.

Para Júlia, que é natural do Estado de São Paulo (onde também fez sua formação profissional em biologia), sua perspectiva com relação ao preservacionismo muda quando ela vai trabalhar no Amazonas e aprende que é possível o homem viver dentro da floresta e se utilizar dos seus recursos. Como a entrevistada anterior, ela estava no Amazonas desenvolvendo uma experiência com comunidades de unidades de conservação e, na época do nosso encontro, estava encerrando um ciclo de atividades com jovens da região do Baixo Rio Purus, que ofereceu, durante um ano, oficinas que trabalhavam questões de liderança e de organização comunitária. Nesse projeto, o objetivo era trabalhar noções de manejo pesqueiro sustentável com os jovens, pois se tratava de uma região cujos rios são ricos em diversidade e quantidade de peixes, inclusive alguns de valor comercial. O manejo já é realizado nessas comunidades com o apoio técnico da ONG em que ela trabalhava, assim, o projeto com os jovens tinha o objetivo de inseri-los nesses processos.

O não acreditar “muito” na preservação é uma maneira de dizer que ainda acredita, mas de modo moderado. Portanto, sua identidade mudou ao longo do tempo, mais especificamente depois de trabalhar com as comunidades tradicionais naquele Estado, mas ainda mantém algo de preservacionista no seu posicionamento identitário. Enquanto a identidade de conservacionista de Emília é instável, mudando sincronicamente de acordo com o contexto, Júlia constrói a si mesma como alguém

que mudou diacronicamente, ao longo de uma história de vida. Essas duas entrevistadas veiculam identidades ambíguas e não tão estabilizadas quanto as primeiras que expusemos – Clarisse e Diana.

Manuela, como Júlia, refere-se à população nativa não só como aqueles que não desmatam a floresta, mas como aqueles que, na verdade, a protegem. Ela afirma que não se considera ambientalista porque a sua perspectiva inclui as pessoas no seu trabalho com a floresta. Na sua narrativa, o ambientalista é descrito como aquele que pensa apenas no meio ambiente, não olhando também para os povos que sempre estiverem ali naquele espaço: “Mas a palavra ambientalista eu acho que não me encaixa assim, porque eu tenho uma pegada mais de, vamos manejar para ajudar as pessoas”. Apesar de estar se referindo ao “ambientalista”, a perspectiva que ela descreve se assemelha ao preservacionismo discutido aqui anteriormente. Portanto, mesmo não utilizando os mesmos termos, vemos que ela se posiciona de forma contrária a essa perspectiva, não reconhecendo em si a mesma compreensão com relação à preservação da natureza.

Gostaríamos de chamar atenção para o trecho que destacamos na sua fala, quando afirma que, na época da faculdade, olhava apenas para a preservação da floresta, mas depois aprendeu que precisaria trabalhar com as pessoas que ali residem. Aqui, novamente, vê-se uma identidade que mudou no decorrer do tempo, pois ela deixa de ser preservacionista e se torna conservacionista quando se encontra com a realidade dos povos nativos. Por causa da atuação profissional, ela muda a sua compreensão e passa a considerar, além da questão ambiental, o bem-estar dessas pessoas, colaborando para que elas obtenham renda com os recursos da floresta sem que, para isso, precisem degradá-la.

## **6.2 Socioambientalista**

Alguns entrevistados do estado do Amazonas se descreveram como socioambientalistas, como podemos notar nos seguintes excertos;

Clarisse: Primeiro eu acho que é interessante dizer que eu me defino como uma socioambientalista, e não somente como uma ambientalista, porque a relação entre ser humano e natureza envolve questões sociais e o custo da natureza, para mim, é um custo que também recai sobre a sociedade. Então eu não consigo dividir essas duas coisas, e eu faço parte de todo um movimento no Brasil que vem discutindo o socioambientalismo (57 anos, AM).

Diego: Porque a gente não pode dizer que eu sou só ambientalista porque eu penso na árvore. Mas se eu sou ambientalista e deixo de pensar na fome, deixo de pensar na pobreza, deixo de pensar na saúde, deixo de pensar na educação formal, eu não estou sendo ambientalista, eu estou sendo um ecochato. Estou sendo uma pessoa que acha que ter uma árvore em pé é mais importante do que ter uma pessoa alimentada. E se eu faço isso, eu não estou sendo uma pessoa coerente. [O socioambientalista] É a pessoa que se propõe a discutir as questões sociais sem esquecer o ambiente e de se discutir o ambiente sem esquecer o social. Porque um não existe sem o outro (20 anos, AM).

Aginaldo: Eu não me considero um ambientalista não, porque eu me considero um socioambientalista. Nesse mundo eu me considero um cara mais de sociedade, de que tem essas concepções de defesa do ambiental né, eu sou muito mais pelo, pelo, pelo homem do que pela própria natureza sabe? Isso foi um instinto, um instinto criado. Claro que todos os meus trabalhos, os trabalhos que a gente desenvolveu, ele levou em consideração conservar, conservar. Mas entre, entre ter o animal e o homem para sobreviver, eu ainda fico com o homem. E isso tem gerado em determinados espaços um debate grande (45 anos, AM).

O socioambientalismo aparece no discurso de Clarisse como um movimento do qual ela faz parte e que procura integrar as questões ambientais às de ordem social. Ela descreve esta ideologia como sendo mais ampla que o ambientalismo, uma vez que está atenta à natureza, mas considera também o social. Quando diz que o “custo da natureza é um custo que também recai sobre a sociedade”, está salientando que todos devem estar implicados nas ações de cuidado com a natureza.

Diego, por sua vez, fala da íntima relação entre o ambiente e o social, já que “um não existe sem o outro”. No seu discurso, combate a vertente do ambientalismo na qual haveria um distanciamento entre o cuidado com a natureza e o cuidado com o ser humano, que coloca o meio ambiente como prioridade em relação ao homem. O “ecochato” é aquele ambientalista que julga mais importante o meio ambiente, desconsiderando, por exemplo, as demandas por alimentação, saúde e educação.

Em outras palavras, o “ecochato” é o preservacionista. É coerente para ele quem não privilegia um em detrimento do outro, o socioambientalista.

Sabemos, entretanto, que o nome não é uma definição neutra de um significante que está relacionado a um significado. O nomear diz também sobre um processo de demarcação de diferença a um outro nome, a um outro grupo social. Nesse caso, ao se referir ao “ecochato”, Diego deixa claro que há uma distinção ideológica entre o seu grupo e outro que pensa diferente, mas também busca desacreditar a imagem desse outro ao salientar o seu distanciamento das questões realmente importantes na prática ambiental, que é a promoção da preservação do meio ambiente e do desenvolvimento socioeconômico da vida humana: “O socioambientalista é a pessoa que se propõe a discutir as questões sociais sem esquecer o ambiente e de se discutir o ambiente sem esquecer o social”.

No entanto, para Aginaldo, que também reside no Amazonas e se considera um socioambientalista, o quesito social deve se sobressair com relação ao ambiental. Com mais de 30 anos de história de ativismo, ele revela que apesar de sempre ter levado em consideração a conservação, entende que a importância da sobrevivência do homem deva predominar sobre a do animal. Diferentemente de outros entrevistados citados, ele nasceu numa comunidade ribeirinha na região do Médio Solimões, sendo sua família originalmente de pequenos agricultores, vivendo, portanto, tanto da pequena produção da terra como da pesca. Quando se refere ao “instinto criado” de ser mais pelo homem do que pelo animal, é em decorrência da sua própria história como um homem da floresta, como alguém que viveu de perto a relação que a população estabelece com a natureza e os recursos que retira dela para sua sobrevivência.

No seu discurso, o socioambientalismo é o movimento no qual se busca a conservação do meio ambiente, mas que sobrepõe a questão social à ambiental. Em sua entrevista, ele fala ainda das tensões internas do movimento ambientalista que, apesar de ter um objetivo comum, é composto por posicionamentos diversos que evidenciam perspectivas sobre o homem e o meio ambiente, que variam em níveis de compreensão acerca da sua significância: “Mas entre, entre ter o animal e o homem para sobreviver, eu ainda fico com o homem”.

Interessante observar ainda que, como nos discursos analisados no item anterior, Clarisse, Diego e Aginaldo constroem a sua identidade de socioambientalistas por meio da comparação dessa vertente com o que denominam de ambientalismo, a perspectiva que, nas suas descrições, coloca a preservação do meio ambiente em posição de destaque sobre a questão social – ou preservacionismo. Além disso, estão igualmente construindo uma imagem de si em contraste com o diferente, com o divergente, com aquele que eles não são.

Gostaríamos de alertar, no entanto, que uma preocupação social aliada com uma ambiental não foi encontrada apenas nas narrativas dos participantes do Amazonas, mas também entre os de Pernambuco e os da Paraíba. Vimos, nos relatos orais de vida dos nordestinos participantes, uma preocupação em aliar a proteção ambiental ao desenvolvimento socioeconômico das sociedades. A diferença que notamos, entre os seus discursos, é que os amazonenses nomeiam essa postura ideológica, que é o socioambientalismo. Essa constatação sugere que haveria uma compreensão mais abrangente da dimensão política relacionada ao socioambientalismo naquele Estado do que nos do Nordeste. O material discursivo analisado indica, portanto, uma maior politização dos depoentes do Estado do Amazonas.

Vale lembrar que, de acordo com a perspectiva teórica que adotamos, a identidade de um sujeito não é construída apenas por meio das suas ações e experiências próprias, mas também por meio dos discursos sociais e institucionais que, constituindo uma ampla e complexa rede de significados, atuam como modelos de referência para que os indivíduos atribuam para si mesmos, e para outros, determinadas posições de sujeito (HALL, 2011). Por essa razão, lembramos que os três entrevistados residem numa região onde o movimento socioambiental tem uma longa história. Silva (2002) lembra que uma das principais heranças deixadas por Chico Mendes e o movimento dos seringueiros, particularmente entre os anos de 1970 e 1980, foi o exemplo de que as questões sociais e ambientais caminham juntas, especialmente quando se trata da realidade brasileira:

A descoberta da proximidade e da unidade das duas lutas – a dos ambientalistas e a dos extrativistas – foi acontecendo aos poucos, muito influenciada pela ação de pessoas, de ambos os lados, que começaram a ver a possibilidade exponencial de um movimento que

lutasse por justiça social e equilíbrio ambiental ao mesmo tempo (SILVA, 2002, p. 5).

A referida autora coloca que, do final dos anos 1980 até hoje, é notável a mudança em curso na cultura política brasileira para incorporar a chamada questão ambiental – que, no nosso país, transformou-se numa questão socioambiental. Assim, a proposta do socioambientalismo (de possibilitar uma reflexão acerca da relação entre sociedade e meio ambiente), é para que o diálogo entre questões sociais e ambientais possa adquirir também um caráter de resistência, de emancipação e de crítica social, além do aspecto da preservação ambiental.

No Nordeste, como mostraram Felizola e Costa (2012), a associação de demandas sociais às ambientais ocorreu mais tardiamente e ainda de maneira superficial. Supomos que, por essa razão, o socioambientalismo não seja um discurso que apareça de modo tão claro e estruturado nos relatos de vida dos entrevistados de Pernambuco e Paraíba.

As nossas análises nos levaram a observar ainda que alguns entrevistados fazem uso de diferentes nomes para se referirem a essa mesma postura ideológica que estamos discutindo, ou seja, nomeações distintas para a mesma perspectiva a respeito do movimento ambientalista. Mesmo não se referindo ao socioambientalismo, por exemplo, Jean fala sobre o ambientalismo como uma porta para a promoção de justiça social. Ao contar sobre o trabalho com ecoturismo que desenvolveu na Amazônia peruana, salienta que, ao mesmo tempo em que ele teve a oportunidade de estar próximo da natureza e de conviver com a população local, a sua atividade profissional, que envolvia a educação dos nativos para que eles se tornassem guias turísticos, possibilitava uma melhoria na qualidade de vida deles a partir dos recursos advindos do turismo:

Jean: Eu descobri que eu podia dormir à noite porque eu ia estar trabalhando com a natureza, pertinho dela, com ela, dentro dela, literalmente assim, da natureza selvagem na verdade, essa que eu estou me referindo agora, nesse momento, e ia estar junto com a galera local, vendo a galera ali melhorar a vida deles no sentido de ter acesso a uma cama melhor, de ter acesso a um conforto pra filha, de ter uma cozinha mais sortida assim, e aí tem a oportunidade também de trabalhar com essa galera várias questões como

soberania alimentar, segurança alimentar, conservação ambiental, educação ambiental (32 anos, PE).

Sandra: A minha história é um pouco disso, um pouco de conquista, um pouco de perda, como eu perdi o meu primo e mais outro colega na campanha. Histórias de momentos alegres, quando eu fiquei tão feliz em 2.010, eu acho, que o povo de terreiro, que é um segmento que também foi muito discriminado, onde o pessoal me olhava e dizia, “Olha lá a Sandra, já está com os macumbeiros”... e eu levava para o lado da brincadeira e dizia que também era macumbeira. Para mim 2 segmentos, fora o dos ribeirinhos, dos pescadores, dos extrativistas, das benzedeadas e vários outros segmentos da floresta, eu acho que 2 segmentos que, para mim, foi novo em minha trajetória de vida, foi dos garimpeiros e dos macumbeiros. Os dois segmentos novos, as duas questões novas, que eu trabalhei em minha vida e de organizá-las, foram esses segmentos. Os outros eu já vinha, só fui aperfeiçoando trazendo a demanda. Aqui não, aqui eu tive primeiro que fazer com que o Estado reconhecesse, e, depois a gente entrar com uma representatividade deles no espaço de coletivo que o governo tinha então. Depois que isso aconteceu naturalmente, hoje eles estão seguindo o percurso natural (50 anos, AM).

Carlos: A partir da questão ambiental, quer dizer, eu não preciso me preocupar. Eu vou chegar no meio ambiente de todo jeito, vou trabalhar com a agroecologia porque é o foco. Mas, o problema pode surgir de qualquer coisa. A falta de uma política pública, uma falta de transporte, uma falta de saúde, uma falta de unidade. **Porque na desculpa você vai discutir o todo!** Eu pego uma parte e vou chegar no todo. Então, chegando na questão... Por exemplo, eu comecei na Baía da Traição<sup>37</sup> com uma hortazinha, pequena horta. De repente a gente discutiu e viu o mangue impregnado de uma série de coisas. Abrimos o rio, ampliamos o trabalho para a festa do camarão... aí tomou uma dimensão muito grande (60 anos, PB – grifos nossos).

Aliar o trabalho ambiental com o desenvolvimento econômico e social do povo da floresta permitia a Jean “dormir à noite”, porque ele estava fazendo algo que trazia ganhos para todos os envolvidos – a natureza e o homem –, além de possibilitar que questões de educação alimentar e ambiental fossem trabalhadas. Portanto, sua descrição nos leva a concluir que, para ele, é por meio do trabalho ambiental que se poderia incentivar reflexões que incluíssem questões sociais mais amplas fossem levantadas por tal população.

Sandra, que participa de movimentos socioambientais no Amazonas, lembra que de todos os trabalhos que desenvolveu ao longo dos 35 anos de atividades, dois se destacam na sua memória como particularmente gratificantes: um que ela fez

---

<sup>37</sup> Baía da Traição: município do litoral norte da Paraíba.

com os garimpeiros e outro com os povos de terreiros. Ela conta, em outro momento da sua entrevista que, quando trabalhou na Secretaria de Articulação Interinstitucional do Governo do Estado do Amazonas, foi enviada para organizar os garimpos ilegais localizados no Rio Madeira em cooperativas, mas ela chega lá com uma visão dos garimpeiros associada a assassinatos, roubos e prostituição. Essa perspectiva muda quando precisa negociar o estatuto da cooperativa e montar sua diretoria, pois se viu tendo que conviver e conhecer mais de perto o trabalho realizado por eles. Hoje, ela afirma que os percebe como trabalhadores comuns que estão tentando melhorar a vida.

Já na Secretaria de Floresta e Extrativismo, ainda ligada ao Governo do Amazonas, ela conseguiu, para os povos de terreiro, uma vaga no Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades da Amazônia. Primeiramente, ela os organizou em um comitê e inseriu esse comitê, por meio de uma portaria na secretaria, dentro do Conselho no qual eles mesmos poderiam discutir as políticas públicas específicas para suas necessidades.

Ela se posiciona, portanto, como uma defensora dos mais vulneráveis: primeiramente, aqueles que, na sua trajetória de vida, estiveram relacionados aos segmentos da floresta, mas que incorpora outros grupos que, sendo igualmente segregados pela sociedade, encontraram nela uma aliada para se organizarem comunitariamente e serem introduzidos em espaços institucionais apropriados para fazerem as suas reivindicações. Assim, ela trabalha como uma mediadora entre o povo e o Estado, auxiliando grupos minoritários (sejam eles relacionados ao meio ambiente ou não), a se constituírem como sociedade civil para que possam ter acesso a direitos.

Nessa mesma direção, no trabalho promovido por Carlos e pela ONG que ele mesmo criou, a via ecológica é uma porta para a discussão de demandas de ordem social: “Porque na desculpa você vai discutir o todo! Eu pego uma parte e vou chegar no todo”. Buscando inicialmente promover a agroecologia, uma vertente das ciências agrárias que estuda a agricultura a partir de uma perspectiva ecológica, ele observa falhas no aparelhamento governamental, que deixa de atender a população, e se põe a estimulá-la a lançar um olhar crítico sobre as suas próprias necessidades, promovendo a ampliação desse debate quando insere a discussão

ambiental na questão que foi inicialmente identificada, politizando tanto a demanda local como a ambiental.

No início do capítulo, trouxemos um trecho da entrevista dele que, como salientamos anteriormente, sugeria uma identidade conservacionista. Aqui, estamos apresentando outro excerto que aponta para a prática do político seguindo a trilha da discussão ambiental, que é o que compreendemos como sendo uma conduta socioambientalista. O que antes mostrava uma identidade conservacionista, aqui revela um discurso socioambientalista, com a associação da conscientização política por meio das discussões ambientais.

Num momento, a sua narrativa apontava para a configuração de uma identidade; noutro; mostrava uma diferente da primeira. Desse modo, ao evidenciar a mobilização de diferentes categorias de ambientalistas nos discursos dos entrevistados, buscamos explorar a construção discursiva de oposições, divisões e, também, as similitudes entre os distintos subgrupos, pois, observando esse jogo discursivo, podemos identificar as relações e disputas de poder entre os diferentes ambientalismos, que em alguns momentos deixa as fronteiras intragrupo bem definidas, mas que em outros, parecem tênues e confusas, como vemos no relato de Carlos.

Como explicitamos em capítulo anterior, o ambientalismo é primeiramente um movimento ecológico, mas a articulação entre ambientalismo e justiça social mostra que as ações políticas verdes estão para além de uma preocupação meramente com o meio ambiente. Quando Wall (2010) descreve os quatro pilares da política verde no mundo, ele coloca a justiça social como fundamental – sendo a ecologia, a democracia popular e a não-violência os outros pilares. Em suas palavras, “ambientalistas argumentam que a proteção ambiental não deve vir sobre o custo dos pobres ou levar à desigualdade”<sup>38</sup> (p. 13).

As nossas análises nos levam a concluir que o que diferencia o discurso conservacionista do socioambientalista, nas narrativas dos entrevistados, é que nesse último não se busca meramente a melhoria da qualidade de vida do homem e a conservação do meio ambiente, pois há uma proposta de politização da questão ambiental trabalhando com a natureza pelo desenvolvimento do ser humano. Os

---

<sup>38</sup> Tradução livre de: “Greens argue that environmental protection should not come at expense of the poor or lead to inequality” (WALL, 2010, p. 13)

discursos dos socioambientalistas falam, portanto, de uma preocupação com os direitos sociais, tais como saúde, educação, alimentação etc., ressaltando, ainda, uma proximidade da pauta ambientalista com o posicionamento político de esquerda, o que não aparece nos dos conservacionistas.

Embora encontremos, nos relatos orais de vida dos entrevistados, posicionamentos ambíguos, por um lado, e claros e bem definidos, por outro, as variações de identidades, de contextos e de histórias de vida nos levam a pensar que não existe uma polarização completa entre a vertente preservacionista e as vertentes conservacionista e socioambientalista. Como salientam Creado e Ferreira (2012, p. 5), quando afirmam que “inexiste uma dicotomia absoluta, embora ela possa ser marcante em certos momentos, no plano discursivo e em algumas arenas decisórias específicas”.

As múltiplas abordagens e concepções sobre o ambientalismo, apresentadas nos discursos dos entrevistados, apontam para uma prática política socioambiental na qual existem complexas combinações de significados referentes ao lugar do homem nos problemas ambientais atuais. Embora possam ser colocadas como dicotomias na literatura, ou mesmo no universo simbólico dos depoentes, na prática discursiva vemos que diferentes compreensões sobre o ambientalismo coexistem e lutam pela hegemonia nesse campo discursivo.

Esses significados se materializam, portanto, em diferentes posições de sujeito. Tal como afirmam Laclau e Mouffe (2015), a vida social é atravessada por diferentes divisões e antagonismos sociais, que resultam em distintas identidades sociais que, mesmo parecendo estáveis em certas circunstâncias, não estão unificadas e podem ser articuladas de maneira parcial e provisória, produzindo novas identidades e novos sujeitos.

### **6.3 Espiritualistas**

Alguns entrevistados descrevem a natureza como uma grande mãe, uma provedora que, ao mesmo tempo em que doa, também precisa de cuidados. Termos

como “Gaia” (como vimos previamente na fala de Carlos), “Pacha Mama” e “Mãe Terra” foram evocados para falar sobre essa grande provedora:

Jean: Eu trabalhei com golfinho na época, e aí tudo vem adicionando pra você criar mais carinho, pelo cuidado, pela Mãe Terra. Seu conceito vai ampliando na verdade, assim, sobre as relações com a Pacha Mama, a Mãe Terra. Porque você começa na verdade exatamente isso, a perceber que é o seu cuidado micro, desde aqui pertinho, até o macro lá no Japão, no Haiti, na África, na Ásia, na Nova Zelândia, porque é uma rede, é um globo, é uma teia, e no final vai sobrar pra alguém. Eu brinco que a natureza é por ela e pra ela, então isso é uma coisa tão grande na minha vida que virou filosofia de vida mesmo assim. [...] Porque na verdade, a gente cuida da gente e também do meio ambiente, então eu sempre fiquei nessa dualidade, nessa busca do homem mais próximo da natureza e vice versa, então de um cuidando do outro e cuidando dos dois ao mesmo tempo (32 anos, PE).

Clarisse: Então eu desde o tempo da universidade eu já discutia que a gente precisava buscar mais harmonia nas coisas, e eu acho que a questão ambiental é uma questão de harmonia e de equilíbrio. Eu acho que é uma das belezas dessa questão é justamente a harmonia que está por trás, e que deveria estar por trás de todas as relações com a natureza. E não, eu não sou uma pessoa religiosa. Não, eu não sou parte de nenhuma seita, apesar do fenótipo eu sou uma pessoa bem politizada, ativista, e acho que isso não é uma questão de fé, é uma questão de reconhecimento do que a gente é como ser, parte de um todo (57 anos, AM).

Carlos: O ambientalista é aquele cidadão que compreende e vive no meio ambiente sem depredar, sem maculá-lo, sem se sentir invadido nem invadindo. Que ele interage e vive bem naquele ambiente. Constrói a sua ambiência. Esse é o ambientalista. É aquele que não tá preocupado com o derrubar ou levantar. É aquele que tá sempre produzindo, produzindo para o meio ambiente. Construindo as condições favoráveis para aquele ambiente, não cria o desequilíbrio. É aquele que repõe, em 10 vezes mais a peça que faltou, ou foi tirada. Que entende a sinergia do local com a sua fauna e sua flora, sem separar o homem do meio, porque o ambiente precisa do ser humano e o ser humano precisa do ambiente. Que entende os três reinos, animal, vegetal e mineral. Que compreende que aqui é um espaço sinérgico, de convivência em paz... Esse pra mim um ambientalista (60 anos, PB).

Dália: Então, era preciso que Deus me puxasse para esse trabalho, porque nele eu consegui amolecer meu coração, eu podia falar mais manso... É pelos animais que eu falo manso! E a cobrança externa é muito grande, você não sabe o que é, por isso que eu quero levantar esse povo! Esse povo que deixa esposa, mãe que não aceita o filho que bota os bichos... A vida de um protetor é um inferno! Eles só não me derrubaram porque eu sou muito mais forte do que tudinho. Porque assim, eu vivo sob pressão psicológica, pressão porque o trabalho que eu desenvolvo não pode viver sem pressão! Todo dia

“você tá devendo, todo dia você tem um abacaxi, todo dia você não sabe o que vai fazer e como vai começar, e aí só te resta te pegar, te segurar numa fé que tá sendo alicerçada todos os dias (48 anos, PB).”

A visão da natureza como uma grande rede, que busca considerar os fenômenos naturais por meio de uma perspectiva espiritualizada, e não meramente como uma simples cadeia de fenômenos naturais, tem destaque na narrativa de Jean. Nela, ele se refere ao cuidar da natureza como sua filosofia de vida, como a escolha por um modo de viver em consonância com os ciclos da natureza. Ele compreende a “Mãe Terra” como um imenso organismo vivo, no qual as reações às ações humanas atuam numa lógica do micro para o macro, e vice-versa: “de um cuidando do outro e cuidando dos dois ao mesmo tempo”.

De maneira semelhante, Clarisse também se refere a uma relação harmoniosa com a natureza. Interessante notar, no entanto, que ela tenta demarcar claramente o seu distanciamento de uma religiosidade, “apesar do fenótipo”. Ela é uma mulher que escolhe se vestir de modo confortável e despojado, possui cabelos longos e cacheados, e que não se preocupa em esconder aos fios brancos com algum processo químico de tintura, tão comum nas mulheres da sua idade na nossa sociedade. O seu “fenótipo” poderia associá-la a alguma comunidade hippie e naturalista típica dos anos 1960, mas, como ela mesma afirma, é ativista, politizada, e sua prática não está orientada por nenhuma crença religiosa. Ao afirmar que não faz parte de nenhuma seita, ao posicionar-se como não religiosa, está buscando se vacinar (POTTER, 1988) contra qualquer tentativa de deslegitimar e enfraquecer o seu discurso político ambiental, pois poderia ser considerada excessivamente religiosa devido à tônica espiritualista do seu discurso.

No trecho da entrevista de Carlos, podemos observar também um discurso que aponta para uma compreensão dos seres humanos como parte da natureza, que constrói o ambientalista como aquele que está ciente dessa ligação comum e que vive em equilíbrio com as demais espécies existentes no planeta: “Que entende a sinergia do local com a sua fauna e sua flora, sem separar o homem do meio”. Encontramos, portanto, nas narrativas desses entrevistados, uma concepção da natureza associada a uma perspectiva holística, que fala sobre o equilíbrio e a harmonia que está presente em “todas as relações com a natureza”.

No holismo, há uma visão de interdependência unindo todas as partes, e as partes ao todo, de uma totalidade não fragmentada. Nessa concepção, o planeta Terra é concebido como um organismo composto por todas as subpartes integrantes desse todo que, no conjunto, é maior do que a soma das partes. Nessa ótica, o homem é membro de um vasto grupo onde outros seres compartilham, em igualdade, do status de seres vivos: todos os seres vivos são componentes integrantes desse todo, e não apenas o homem. Esse ponto de vista guarda semelhanças com a teoria de Gaia, de James Lovelock, que considera a Terra um único organismo vivo e sobre a qual falamos brevemente no capítulo “Ambientalismo e a Justiça Social e Ambiental”.

Teólogos brasileiros, a exemplo de Leonardo Boff e Frei Beto (1996), também falam a respeito de uma ligação entre a espiritualidade e esse paradigma holístico, pois compreendem que, diante da necessidade de mudança e transformação das formas de ser e de agir impostas pelos novos dilemas ambientais, a espiritualidade pode vir a desempenhar um papel fundamental. Essa espiritualidade poderia se apresentar como uma prática de amor ou na abertura para algo sobrenatural, a partir de uma sintonia e harmonia com a natureza como um mistério profundo, ou de um sentimento de conexão com a ideia da Terra como uma grande mãe, como Gaia ou Pacha Mama, como vemos nas falas de Jean e Carlos. Assim, o holismo, no ambientalismo, mostra-se como uma fusão orgânica com a Terra, mas que na sua vertente espiritualista abre para a possibilidade de viver o contato com a natureza como uma experiência mais integradora e global com a ideia de Deus, podendo ele ser interpretado como um pai ou uma mãe.

O movimento espiritualista New Age (ou Nova Era) se fundamenta no holismo e partilha de seus princípios, tal como o que assevera que toda a humanidade, toda a vida e todo o universo, são espirituais e estão ligados entre si. Os adeptos dessa filosofia creem que tudo é energia, sendo Deus um nome para essa energia, e propõem uma integração, uma simbiose com a natureza, o cosmos e todas suas manifestações. A sinergia, ideia que vemos na entrevista de Carlos, está relacionada a esse princípio, pois indica a coesão dos membros de uma coletividade que, em benefício de um objetivo comum, atuam em cooperação, concordância e harmonia.

Os trechos dos relatos dos entrevistados mostram que essa compreensão espiritualizada do mundo também circula pelo universo simbólico dos ambientalistas, conferindo ao trabalho ambiental um significado que se mostra transcendente às questões meramente ecológicas do problema ambiental. Esses discursos (que, a princípio, podem parecer tão somente esotéricos ou religiosos) também apresentam implicações políticas práticas, como advertem o físico Fritjof Capra e a filósofa Charlene Spretnak em seu livro “Política Verde”, no qual colocam o holismo como sendo a base para ideias e políticas verdes. Segundo os referidos autores, os ambientalistas querem que as pessoas abandonem a visão mecânica do mundo que tem dominado o pensamento ocidental nos últimos 300 anos e passem a buscar um entendimento profundo das relações e do fluxo dinâmico que regem a vida na Terra (WALL, 2010).

A abordagem holística no ambientalismo direciona o olhar para os problemas ecológicos num contexto que ressalta as diversas conexões existentes entre os fenômenos naturais, o que pode levar para o desenvolvimento de respostas mais efetivas para os dilemas socioambientais enfrentados atualmente. Sob esse ponto de vista, problemas ambientais passam a ser vistos como o produto de diversas causas, para o qual não há soluções simplistas (WALL, 2010). Consequentemente, o aspecto holístico não deveria ser visto como uma forma de misticismo, mas como uma ênfase numa intrincada rede de conexões, da maneira como podemos observar nos trechos das entrevistas supracitadas. Inclusive, os postulados da Ecologia Profunda têm base epistemológica em princípios holísticos, pois procura descobrir as conexões entre todas as espécies e investiga a interdependência da vida (WALL, 1994).

Por outro lado, há nos discursos de outros entrevistados uma devoção que dá sustento ao trabalho com o meio ambiente. Particularmente na narrativa de Dália, a fé aparece como elemento que fortalece a sua vontade de trabalhar, apesar das dificuldades que a militância traz para o seu dia a dia: “e aí só te resta te pegar, te segurar numa fé que tá sendo alicerçada todos os dias”. Na época do nosso encontro, ela acolhia em sua casa mais de 30 gatos, para os quais dedicava boa parte do seu dia, nos cuidados com higiene, alimentação e tratamento médico.

Por realizar esse trabalho já há alguns anos, as dificuldades que ela menciona estão relacionadas tanto às despesas financeiras com alimentação e

medicação, as quais assumia sozinha, como também de relacionamento com os familiares por causa do número excessivo de animais mantidos na sua residência. A crença religiosa aparece no seu discurso como o suporte para que enfrentasse todas essas dificuldades, mas também como aquilo que justifica a sua missão com os animais e com os demais protetores, como fica claro quando afirma que “era preciso que Deus me puxasse para esse trabalho, porque nele eu consegui amolecer meu coração”. No seu relato, Dália se posiciona como uma mulher de personalidade forte e dura, e que foi se transformando pela fé e pelo trabalho com os animais.

#### **6.4 Missionários**

O ambientalista é representado, em vários momentos, nos relatos dos participantes desta pesquisa, como aquele que se empenha em despertar nas pessoas próximas, uma consciência ecológica:

Marina: Então, pra mim, é uma questão de vida, é um objetivo de vida. Eu não consigo me ver de outra forma que não seja estar ali na linha de frente, participando aonde for possível, na defesa do meio ambiente. É uma responsabilidade de bióloga e uma responsabilidade de ser humano mesmo, com o planeta, com a sobrevivência da gente! Pra outras pessoas não é. Pra outras pessoas, a gente vê que às vezes é um modo de status, uma forma de se encaixar num grupo, é uma forma de fazer amizade, é uma forma de ter que estar aqui na sociedade, então a visão é bem diferente, pra outras pessoas. E é muito difícil, assim, você saber separar as coisas, porque, lógico, você fica em evidência! Mas a tua evidência é por uma causa coletiva, não pode ser por uma causa pessoal. Então, a minha cara tá sempre à frente, mas eu sei exatamente que eu estou ali porque preciso estar pela causa, pelo trabalho, até que apareça alguém que possa me substituir, porque eu não vou ser eterna (44 anos, PB).

Emília: Para mim o que eu posso, coisas bem pequenas mesmo como cidadã então, assim, lixo orgânico, enterrar lixo orgânico, né? Reciclar o que foi possível, separar material para a coleta seletiva, mesmo sabendo que em Manaus é deficiente, mas de reutilizar o máximo que é possível, economizar água... não desperdiçar não é economizar. Não desperdício de água, não desperdício de energia. A

questão do carro, eu ainda não consegui usar menos o carro, o transporte mais coletivo, né? Nas ações do meu dia a dia e também da minha vida assim, para que tenha coerência com o meu trabalho. Acho que não é só o trabalho, é uma proposta de vida (45 anos, AM).

Entrevistadora: O que a palavra ambientalista remete a você?

Ana Maria: Ambientalista remete, assim, a uma pessoa que luta pela **causa**, que luta pela **causa**. Acredita na... De alguma forma tá envolvida. Não é um estudioso, não precisa ser um estudioso da área. Uma pessoa que... Tipo agora tem um shopping aí, que é o Samaúma, que tem um parque, Parque Estadual Samaúma, que é uma reserva. Tem um morador lá no entorno, tem uma associação de moradores e tal, e eles criaram um instituto, o Instituto Samaúma. Tem um senhorzinho lá, que ele já é aposentado e tal e tá tendo invasão lá na área do parque e tal. Nossa, a gente fez a semana do sauím em março, você tinha que ver como o senhorzinho defende... Esse é um ambientalista! Ele defende a área, chegou a ter uma crise de choro. Daqueles de se jogar na frente de máquina, e tal. Ele entrou com uma ação no ministério público estadual pela área e... Isso é um ambientalista! Ele não é biólogo, não é nada, não tem formação nenhuma. É uma pessoa que se dedica a uma **causa**, no caso dele, a **causa** dele, a **causa** do parque lá, vizinho a ele. Eu já sou bióloga e... ambientalista (49 anos, AM – grifos nossos).

Clarisse: Eu acho que isso é momento, são momentos icônicos, eu acho e eu estive pessoalmente muito próxima de todos esses momentos. Então, eu estou te contando a minha história e ela se confunde muitas vezes com essa história maior. Então essa coisa da participação da mediação do diálogo entre atores, da discussão entre a importância ambiental, os direitos do meio ambiente, os direitos sociais e o desenvolvimento social junto com o meio ambiente sempre foi a tônica do meu trabalho (57 anos, AM).

Vemos que Marina, na sua entrevista, reporta-se ao engajamento ambiental como algo que está para além da questão profissional, como um estilo de vida e uma postura política. Observa que a defesa do meio ambiente adquire diferentes significados para outras pessoas, pois não identifica nelas o mesmo compromisso que possui. O seu trabalho conquista evidência e ela aceita estar nessa exposição porque não é motivada por uma vaidade pessoal, mas age em nome de algo maior do que os seus interesses pessoais. Segundo ela, é por uma causa coletiva e pela compreensão de que o trabalho de defesa do meio ambiente precisa ser realizado: “Mas a tua evidência é por uma causa coletiva, não pode ser por uma causa pessoal”. Esse destaque vem como consequência do seu espírito de liderança, da sua dedicação ao trabalho, que relaciona preservação ambiental e cidadania. Assim, a identidade que constrói na sua narrativa é de uma ambientalista ativa, para quem

o trabalho com o meio ambiente é sua responsabilidade como profissional e ser humano – é uma missionária, e o ambientalismo é sua missão.

Da mesma forma, Emília se refere a um compromisso ambiental que não fique restrito à uma atuação profissional, mas que seja uma proposta de vida. A associação entre ações ambientais e cidadania aparece novamente no seu discurso, quando fala da busca por uma concordância entre o trabalho com o meio ambiente e as ações cotidianas, querendo transformá-las, também, em uma atitude política. Ela tenta construir uma imagem positiva de si mesma, posicionando-se como uma ativista cujo compromisso com o meio ambiente se estende para além da atuação profissional, que é seguida como um estilo de vida. Assim, o ambientalismo como proposta de vida implicaria, nas narrativas das referidas entrevistadas, numa completa adesão aos princípios ambientais, unindo os aspectos públicos e privados das suas vidas numa proposta ética e política coerente com o que meio ambiente precisa.

Ana Maria, por sua vez, traz a lembrança do senhorzinho que se dedica à proteção do Parque Samaúma como uma referência de ambientalista e de uma pessoa que se propõe a defender o meio ambiente; que luta pela “causa” e que a experiencia como uma missão e um forte compromisso, como fica evidente pelas repetições desta palavra nesse pequeno trecho da sua entrevista. No seu discurso, ambientalista é aquele que luta e defende o meio ambiente com veemência, como na imagem do ambientalista se jogando na “frente de uma máquina”, que se tornou icônica no nosso universo simbólico, representando um radicalismo e uma paixão pelo meio ambiente que coloca inclusive a sua vida em risco, se assim for preciso.

Por outro lado, o relato oral de vida de Clarisse é contada de modo a se “confundir” com uma história maior, que é a da trajetória do movimento socioambientalista no Brasil. Apesar de ser natural do estado de São Paulo (SP), mudou-se para Manaus (AM) logo que terminou o seu doutorado na área de agronomia e começou a se envolver com os movimentos sociais daquela região. Articulou-se com diversas entidades que discutiam um modelo de desenvolvimento para a Amazônia que levasse em conta as questões ambientais e as sociais, que ouvissem os seringueiros, agricultores e os povos e comunidades tradicionais, numa época em que estava crescendo ali a discussão dos fundamentos do socioambientalismo.

Segundo sua narrativa, em consequência dessa atuação, foi indicada pelos movimentos sociais daquela região para representá-los, na posição de copresidente, do Comitê Preparatório para a Eco-92, uma comissão internacional que organizava a participação das ONGs na referida conferência e que estava sediado na França. Lembra que chegou a discursar no plenário das Nações Unidas (EUA) e que foi nesse período que a visão de um desenvolvimento sustentável menos teórico e mais aplicado cresceu e se fortaleceu, tornando-se o grande lema do evento: não se pode separar o ambiente da sociedade nem a sociedade do ambiente. “Então, eu faço parte desse programa”.

Após a Eco-92, ela permaneceu ainda trabalhando para o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), no Rio de Janeiro. Quando voltou para Manaus, por meio da rede de amizades que formou durante o período preparatório da Conferência, recebeu o convite para fazer parte do grupo que assessorava a política Marina Silva no momento em que se elegeu senadora da República. Nesse tempo, ajudou a elaborar o projeto de lei de acesso a recursos genéticos, que regulamentava a convenção da biodiversidade para o Brasil.

Clarisse também trabalhou como pesquisadora no INPA e na Fiocruz e foi atuante no terceiro setor como diretora executiva da primeira ONG ambientalista criada no Amazonas no ano de 1990. Ativa também no Partido dos Trabalhadores, conheceu o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva quando a Caravana da Cidadania passava do Amazonas para o Amapá e liderou a pressão promovida, pelos movimentos socioambientais, pela indicação de Marina Silva para o Ministério do Meio Ambiente. Foi convidada pela própria para trabalhar também no ministério e, devido à proximidade entre elas, Clarisse participou da elaboração do programa de governo, da mobilização social e também da montagem do Rede Sustentabilidade, partido criado com a liderança da Marina para a sua candidatura à Presidência da República<sup>39</sup>.

Retornou para os movimentos sociais e ONGs na Amazônia depois de morar 11 anos em Brasília e permaneceu trabalhando com política para questões da

---

<sup>39</sup> Marina Silva e seus correligionários não conseguiram finalizar a criação do partido Rede Sustentabilidade em tempo hábil para o lançamento da sua candidatura à Presidência da República. Por essa razão, decidiu pela filiação ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), se aliando a Eduardo Campos e, juntos, compuseram uma chapa na qual ela aparece como candidata à vice-presidente do Brasil nas eleições de 2014.

agricultura familiar, dos povos e comunidades tradicionais, facilitando a interlocução entre os atores que lidam diretamente com o desenvolvimento social e ambiental. No momento da nossa entrevista, estava de volta ao campo acadêmico, gerenciando o setor científico de um projeto do Ministério da Ciência e Tecnologia, voltado para o monitoramento das interações entre a floresta e as condições atmosféricas e climáticas, tanto na escala regional como mundial.

Na sua entrevista, ela se descreve como tendo participado ativamente de momentos célebres na história da política ambiental no país, com acesso a personagens importantes no cenário nacional, mas tendo atuado também diretamente na base das organizações comunitárias socioambientais. Afirma que a sua história pessoal se “confunde” com uma maior, pois ela encarna os princípios do desenvolvimento social e ambiental, compostos tanto nos espaços de construção da política institucional como na política das microrrelações. Dessa maneira, a sua história de vida é a história do seu compromisso pessoal com uma ideologia, que transcende e se entrelaça com o profissional, transformando o ativismo socioambiental no enredo que marca a sua narrativa, a sua missão de vida.

Nos relatos de outros entrevistados, a identidade do ambientalista como um missionário está fortemente associada à ideia de sacrifícios e abnegações:

Simão: O ambientalista eu acho que é o cara que vive só pro meio ambiente. Hoje eu não faço outra coisa na minha vida a não ser cuidar do meio ambiente. É distribuir uma muda, é plantar... Eu acho que o ambientalista é aquele cara que não pode ver um pé de árvore e ele olha se está apumado, se ele tá precisando podar, se ele foi mal podado... O ambientalista é aquele cara que tudo que ele vê no meio ambiente, ele olha, no pé de árvore, no lixo... O ambientalista é aquele cara que vive só daquilo, só daquilo, não é um hobby. Eu não sou um cara que vive do hobby, não, eu vivo só do meio ambiente. Meu projeto de vida hoje não é só... “não, eu vou passar dez anos no meio ambiente!”. Não, meu projeto de vida hoje é meio ambiente até enquanto Deus me conceder aqui na Terra. Inclusive, eu peço até um pouquinho de paciência a Ele porque, é necessidade, o meio ambiente ter alguém para cuidar. O ambientalista para mim é isso, é aquele cara que vive só daquilo. Por isso que eu me chamo assim de ambientalista, porque eu não tenho outra coisa para fazer (53 anos, PB).

Ana Maria: As pessoas que militam, que vão a fundo, elas sofrem muita pressão. Tem uma menina até que ela tem formação e tudo aqui do INPA, hoje em dia ela é pesquisadora da Embrapa. Ela sofreu, ela foi ameaçada de morte, ela foi ameaçada de morte! Por

lutar por qualidade de vida, por proteger tanto a área que a gente vive lá (49 anos, AM).

Dália: Eu digo que o que precisa é você ter coragem, começar a rasgar o véu e achar que você é a pessoa mais ocupada do mundo, porque se você passar um dia com uma pessoa que se esconde por trás de um trabalho, você vai ver que ela não tem domingo, ela corta o lazer, ela corta tudo de bom que ela tinha, ela corta o spa dos pés... O spa da mão é uma lixa e creme com a gota para pegar a mão dos outros, entendeu? Ela abre mão de estar no salão fazendo mechas vermelhas para ficar bonito o cabelo, porque é uma coisa que parte do coração dela, é algo que foi despertado nela e que o ser humano precisa despertar. Então, é esse despertar que eu quero nas pessoas (48 anos, PB).

Na narrativa de Simão, também encontramos o missionário, sendo o ambientalista, na sua concepção, aquele que faz tudo o que ele mesmo faz: é o cara que vive só para o meio ambiente e que não considera o trabalho como um passatempo. Como ele mesmo diz, o trabalho com as árvores não é um *hobby*, mas um projeto de vida. A postura que ele descreve como sendo a do ambientalista se aproxima de uma conduta religiosa, pois é obstinado e comprometido com o meio ambiente. Há uma necessidade de cuidar da natureza, que é compreendida como sendo maior e mais importante do que as conveniências pessoais, a qual ele se propõe a se dedicar.

De modo semelhante, Ana Maria adverte que pessoas que “vão a fundo” no trabalho ambiental sofrem, inclusive, ameaças que põem sua vida em risco, como um missionário cujo sacrifício é levado ao extremo de colocar sua vida em perigo em nome da causa, fazendo alusão ao ambientalista como um mártir.

Dália se refere ao trabalho com a causa animal como algo que lhe impõe duras escolhas. Ela fala que é preciso ter coragem para sair do comodismo e das desculpas de que não se tem tempo para a causa animal, pois a sua rotina de cuidado com os mais de 30 gatos que mantém em casa mostra que é possível, quando acontece o despertar. Constatar a situação precária dos animais que foram abandonados e que moram nas ruas é o que a faz abrir mão das vaidades pessoais, mas é também o que a impulsiona a querer estimular e educar outras pessoas para o engajamento no trabalho de bem-estar animal.

Ela conta que o seu despertar aconteceu quando, mesmo não gostando de animais, acolheu um gato que estava próximo a sua casa dando claros sinais de que

não tinha lar. Passou a cuidar, dar atenção e começou a observar que “ele não era diferente da gente, que ele era um animal que sentia dor, que sentia principalmente muito medo das coisas”. Por essa razão, fala que o ser humano precisa despertar para a compreensão de que eles não são diferentes ou inferiores ao homem, que se sentem vulneráveis e que, portanto, precisam ser cuidados. Posiciona-se, assim, como uma mulher forte e lutadora, para quem a causa ambiental tem exigido renúncias, mas também como alguém com a responsabilidade de despertar as outras pessoas para essa realidade, de trazer a luz para os que estão cegos. A tônica do seu relato de vida é o sacrifício pela causa, é a missão de cuidar dos animais e de converter, de fazer a sociedade acordar. Contudo, consideramos o seu discurso não apenas espiritualista, como o categorizamos no tópico anterior, mas também religioso no sentido de reivindicar para si mesma uma missão salvacionista e redentora.

Portanto, vemos que o que conecta os relatos de Simão, Ana Maria e Dália é a representação do ambientalista como uma pessoa imbuída por um sentimento de comprometimento e fiel a uma missão, cuja dedicação se assemelha a uma conduta religiosa, pois, além de estarem integralmente envolvidos com o trabalho, buscam ainda o convencimento de outros acerca da importância e urgência de salvar o planeta. Nos seus relatos, o ativismo se torna a própria vida dos entrevistados, evidenciado pelo engajamento tanto pessoal como profissional e político ao ideal de salvação do planeta e das formas de vida que nele habitam. O que tais narrativas evidenciam, ainda, é que a ideia de mudanças radicais cultivada pelo ideário ecológico envolveria não apenas uma nova sociedade, mas, também, “um novo sujeito que se vê como parte desta mudança societária e a compreende como uma revolução de corpo e alma, ou seja, uma reconstrução do mundo incluindo os estilos de vida pessoal” (CARVALHO, 2006, p. 6).

Mesmo não conhecendo uns aos outros, e residindo inclusive em regiões diferentes, os entrevistados reproduzem uma identidade comum, o que parece indicar que esse discurso missionário e salvacionista circula entre eles e é mobilizado nos seus relatos sobre a questão ambiental com maior ou menor adesão por parte de quem o mobiliza.

## 6.5 Apaixonados pela natureza

O trabalho com o meio ambiente pode ser impulsionado pela compreensão da necessidade de proteger a natureza, como vimos anteriormente, mas há outro componente de mesma relevância como fator motivacional para o engajamento ecológico. O aspecto afetivo, relacionado ao prazer do trabalho com o meio ambiente, pode ser identificado nos seguintes trechos das entrevistas de Simão, Ana Maria e Alex:

Simão: É por amor, por amor. Eu acho que tem muitos cantos, muitas cidades que eu vou e não recebo nada. Eu faço é porque eu gosto mesmo. Eu peço a licença à prefeitura, e eles me deixam e eu vou lá e distribuo muda e planto um pé de árvore. Não é dependente do dinheiro, porque se você for trabalhar no meio ambiente dependente do dinheiro, aí você não trabalha, porque ninguém hoje ganha um salário razoável bom. Ninguém hoje ganha um salário que seja razoável bom. O ambientalista, ele faz por amor! Não tem hora, não tem sábado, não tem domingo, não tem feriado, ele se apaixona e vai! (53 anos, PB).

Ana Maria: Então esse trabalho dava pra desenvolver dentro do zoológico, e você vê o resultado. Você sensibilizar as pessoas, conscientizar, isso é muito legal. Então tinha todo esse trabalho de conscientização e tinha o maior blá, blá, blá... E eu não me cansava, porque era uma coisa que me dava prazer. Lá eu convivi com um veterinário que chegava lá, entrava por uma porta e saía pela outra. Fazia aquele serviço meia boca. E eu nunca tive esse perfil. O meu perfil era me dedicar, vestir a camisa. Sempre foi de me dedicar (49 anos, AM).

Alex: Aí eu optei pela, pelo mundo da pesca por paixão à água, ao peixe e pescador. Continuo a acreditar que o trabalho na base é o melhor, o melhor formato, mas tem esse incômodo profissional também, que é como meu pai diz “pra tua profissão tem a maior virtude e o maior defeito que pode, que poderia ser, que é amar tanto o que faz, uma coisa incrível, porque em nenhum momento eu te vejo não apaixonado pelo que tá fazendo. Impressionante! Vai projeto, e vem projeto e surge um novo projeto e cada vez parece que tu tá mais envolvido com as coisas”. E o outro lado é que a gente trabalha de graça. E aí tá nisso. 34 anos, não tenho casa, moro alugado, não tenho segurança financeira, tudo meio atrapalhado (34 anos, AM).

A atividade profissional que Simão desempenha, que é plantar árvores e distribuir mudas, traz pouco retorno financeiro, mas ele permanece devotado, pois faz esse trabalho pelo amor que sente pela natureza. O ambientalista, de acordo com suas palavras, realiza o seu trabalho porque gosta, deixando claro que é esse sentimento que faz com que supere os obstáculos em benefício do meio ambiente.

Já no discurso de Ana Maria, o prazer aparece como aquilo que diferencia o seu trabalho daquele realizado pelo veterinário, que chegava ao zoológico e fazia “aquele serviço meia boca”. A sua característica pessoal, que é de ser uma pessoa compromissada com o que faz, aliada à satisfação de conversar e conscientizar os visitantes, é o que a estimulava a fazer mais do que era esperado enquanto bióloga responsável pelo zoológico, ao qual dedicou 24 anos da sua vida profissional. Nos relatos de ambos os entrevistados, constrói-se a identidade de um ambientalista incansável, para quem não há sacrifício no trabalho que realiza, mas sim contentamento.

De modo semelhante, encontramos no relato de vida de Alex referências ao amor pelo trabalho que desenvolve na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus, no Baixo Rio Purus (AM). Quando nos encontramos, ele era o diretor-presidente da ONG em que trabalhava desde que foi morar no Amazonas, logo depois de ter concluído o curso de biologia no Rio Grande do Sul, em 2005. A sua história dentro da instituição sempre esteve ligada à ecologia, conservação e manejo de peixes amazônicos, mas tem também um forte histórico de desenvolvimento de trabalhos em forma participativa com as comunidades nativas da reserva.

A paixão com que se dedica ao trabalho com a natureza fica evidente inclusive para seu pai que, no seu discurso, é testemunha desse devotamento: “que é como meu pai diz, ‘tua profissão tem a maior virtude e o maior defeito que pode, que poderia ser’”. A fala do seu pai reitera o discurso de amor ao trabalho que Alex está construindo, uma vez que esse depoimento do outro a respeito de si mesmo colabora para a construção de uma imagem de si, funcionando como um meio de conferir legitimidade à versão apresentada, tornando-a mais crível e aceitável para a entrevistadora. Assim, ele está buscando construir a identidade de um profissional que, apesar dos problemas de recursos financeiros, permanece acreditando no que faz, dedicado, interessado e apaixonado pelo trabalho.

Como podemos observar, não há, nos trechos das entrevistas, a ideia sacrificial de salvar e conscientizar o mundo, ou das renúncias que precisam fazer pelo trabalho, como identificamos nos relatos anteriormente analisados. Mesmo falando que o trabalho está presente em todo o cotidiano, mobilizando toda a sua vida, e mostrando ainda algumas dificuldades, como fazem outros entrevistados, esses excertos revelam, sobretudo, discursos que relacionam satisfação e prazer pessoal ao trabalho – fazem porque gostam.

Importante observar ainda que, quando Alex fala que optou pelo “mundo da pesca por paixão à água, ao peixe e ao pescador”, ele se refere à natureza e ao humano como objetos do seu amor, e orienta seu trabalho à proteção da água, do peixe e do homem que vive nesse universo e precisa dele para sua sobrevivência. Não podemos deixar de associar o seu discurso ao princípio central do socioambientalismo, tão presente nos discursos dos entrevistados amazonenses, que é o desenvolvimento social e ambiental vinculados. Não é a natureza só pela natureza, mas é, também, pelo desenvolvimento do ser humano como sujeito autônomo, ativo e integrado a um todo.

## **6.6 O outro**

Vimos, previamente, que há diferenças internas no movimento ambientalista. Essas divergências são experienciadas a partir do embate entre os seus vários aqueles que, apesar de fazerem parte do mesmo movimento, tem um posicionamento divergente em relação a pontos ideológicos essenciais, a exemplo da perspectiva de ser humano que estão defendendo: se essencialmente destruidor e separado da natureza (preservacionista), ou sendo parte dela e precisando igualmente de cuidados (socioambientalista). No entanto, assim como Laclau e Mouffe (2015), Hall (2011) também afirma que as identidades são constituídas a partir de relações estabelecidas com grupos que são diferentes.

Atentos a esse aspecto, buscamos identificar os discursos referentes a sujeitos externos ao ambientalismo, cujos posicionamentos identitários, atribuídos pelos entrevistados, refletem as importantes relações sociais estabelecidas com

distintos atores e que enriquecem os jogos de poder realizados pelos ambientalistas na busca por legitimidade, como um movimento social, numa complexa e dinâmica arena social. As nossas análises, a seguir, dizem respeito às reflexões que levantamos acerca dos modos como eles posicionam esses outros, que foram apresentados enquanto um aliado, como no caso dos ribeirinhos, ou como aquele que não é amigo, mas também não é inimigo, no caso do Estado, e ainda os antagonísticos, que nomeamos os antiambientalistas.

### 6.6.1 Aliados – Os ribeirinhos

Verificamos que, nos discursos de alguns entrevistados do Amazonas, está presente a ideia de que os povos da floresta não são os responsáveis pela destruição ambiental que acontece naquela região. Esses depoentes procuram deixar claro que, na verdade, eles são tão prejudicados quanto a natureza, pois a sua devastação afeta também a vida daqueles que dependem dela para sobreviver, como podemos verificar nos relatos de Diana, Manuela e Júlia:

Diana: Uma das teorias que a gente defende é que se a Amazônia está do jeito que está, é graças a população local, porque dado o isolamento dela quem consegue fazer a manutenção dessas áreas, é o modo de vida da população local. A gente tem problema quando entram as grandes, quando entra o capital, com a sua mega forma de exploração de recursos naturais e não com o uso que a população vem dando pra essa questão. Não é que não faça coisa errada, todo mundo faz, não é? Por exemplo, a gente tem um problema sério aqui no Amazonas que é a questão com os botos, que é a pesca ilegal da piracatinga, um peixe que é muito exportado, vai muito pra fora. Como que se pega esse peixe? Usando o boto como isca. Então quem faz isso, é a população local, mas por que a população local faz isso? Por que os pescadores fazem isso? Porque existe um comércio ilegal que incentiva esse tipo de coisa. Que abastece quem? Os grandes comércios internacionais. **Então, assim, tem uma mão do capital por trás de tudo isso que leva a população a praticar um ato.** A população local não consome piracatinga, eles não gostam, não é um peixe que faz parte do hábito alimentar da população local (48 anos, AM – grifos nossos).

Manuela: Porque os ambientalistas, assim, o que eu percebo é que eles pregam algumas coisas que eu acho que a gente não pode olhar bem, não pode ser exatamente aquilo. Então assim, eles pregam muito a preservação, “Ah, vamos preservar!”. Eu digo, não, espera aí, gente, beleza, vamos preservar, mas, olhando agora para

as pessoas que moram na floresta, mas e aí, o que é que essas pessoas vão fazer? Tipo, pensando em preservação, porque não, a gente não pode tirar mais nada, eles não podem fazer um roçado porque eles estão desmatando. Mas e aí, eles vão fazer o que? Vão viver de que? Então são questões assim que, por exemplo, eu sou totalmente a favor que eles façam um roçado, até porque eles não dão conta de fazer um roçado enorme, eles sempre fazem um roçado de no máximo 1 hectare, às vezes 2. **Então não é a população tradicional que desmata as florestas, são os grandes madeireiros** (29 anos, AM – grifos nossos).

Júlia: Mas o Estado deixa eles em uma situação de falta de serviços básicos tão grande, tipo educação é quase inexistente... tem ainda, está melhorando na verdade, mas saúde é bem precário. Tem umas condições tão ruins que eu acho a maior sacanagem o Estado cobrar qualquer coisa dessas pessoas, ou postura, ou mesmo a gente. “Ah, eu acho que devia ser assim”. Para mim eles sobrevivem ao bem e ao mal, então eu não me sinto apta a julgar. Então acho que eles têm que ter gestão de todo território e sem ser crucificados pelo Estado (34 anos, AM).

Na fala de Diana e Manuela, os nativos são descritos como aqueles que não destroem a floresta e o meio ambiente, pois o seu modo de vida está em consonância com a natureza e, por essa razão, não perturbam o equilíbrio que garante a sua própria sustentabilidade. Se o fazem, é por causa de um fator externo que, no caso do exemplo de Diana, é o comércio internacional que precisa ser abastecido com os recursos da floresta. Para atender a essa necessidade, os ribeirinhos, os agricultores, os extrativistas e os pescadores, abusariam das suas atividades extrativistas, causando um desabastecimento que prejudicaria inicialmente eles mesmos, uma vez que são os primeiros a utilizarem esses recursos para a sua própria sobrevivência – e, mais tarde, a própria atividade comercial pois ela não se sustentaria por muito tempo.

Assim, Diana posiciona a população local como uma vítima dessa lógica do capital, pois compreende que a população pesca predatoriamente por necessidade, uma vez que não faz parte da sua cultura se alimentar desses peixes. O trecho em que fala que “Não é que não faça coisa errada, todo mundo faz, não é?”, mostra sua condescendência para com essa população, pois se todos agem de maneira errada, então não há culpados. Ela atribui ao “capital, com a sua mega forma de exploração de recursos naturais” a responsabilidade pelo que acontece com a Amazônia, trazendo elementos da crítica que há, em determinados segmentos do ambientalismo, ao modelo de desenvolvimento econômico vigente que vê a natureza

como algo que pode ser explorado sem limites para atender ao consumismo das sociedades. A sua crítica se aproxima do argumento socialista que denuncia os efeitos destrutivos que o capitalismo tem trazido para o meio ambiente global. Nesse discurso, o capitalismo é o responsável pelo crescimento desenfreado da produção e do consumo, motivado pela avidez por lucro, o que tem levado à destruição ecológica (WALL, 2010).

Manuela responsabiliza os grandes madeireiros pelo desmatamento da Amazônia, e não os moradores. No trecho supracitado, ela mais uma vez descreve os nativos como aqueles que não prejudicam a natureza, havendo, portanto um equívoco no discurso de quem os responsabiliza pela destruição da mata. É importante lembrar que, num outro momento, ela relata que realiza um trabalho de educação ambiental com essa população, para que ela aprenda a conservar e manejar os recursos da floresta que utiliza para a sua própria sobrevivência, apesar de não considerá-los agressores do meio ambiente, e sim protetores da floresta.

Vale também salientar que encontramos, em sua entrevista, o mesmo combate ao discurso do preservacionismo e da instauração das unidades de conservação, especificamente as de proteção integral, que discutimos anteriormente nesse capítulo: “pensando em preservação, porque não, a gente não pode tirar mais nada, eles não podem fazer um roçado porque eles estão desmatando. Mas e aí, eles vão fazer o quê? Vão viver de quê?”. É nesse tipo de unidades de conservação que os residentes não podem mais se utilizar de nenhum recurso da floresta, o que inclui plantar, caçar, pescar, ou utilizar madeira, mesmo que uma árvore tenha caído naturalmente. Os ambientalistas, na sua fala, são aqueles que propõem a preservação da natureza como um princípio que deve predominar sobre as demais questões econômicas e sociais, mesmo que isso implique em deixar toda uma população sem acesso aos meios de sobrevivência – ou seja, são os preservacionistas.

De modo semelhante, no discurso de Júlia, os nativos estão também sendo posicionados como vítimas da pobreza e do descaso do poder público, que negligencia suas reivindicações básicas de saúde, educação e infraestrutura: “Mas o Estado deixa eles em uma situação de falta de serviços básicos tão grande”. Tal como Diana e Manuela, ela se engaja num esforço evidente de eximir os nativos de uma possível corresponsabilidade na degradação da floresta. Há uma representação

romântica desse grupo nos discursos das referidas entrevistadas, talvez por se sentirem no dever moral de defender uma população que, devido ao descaso do Estado, vive sem acessar os direitos sociais básicos e tendo que fazer o possível pela própria sobrevivência.

Possivelmente, elas compreendem que, como possuem um estilo de vida simples, suas ações podem não ser motivadas por ganância ou pela ambição de acumular bens, mas pela necessidade, por isso não devem ser responsabilizados pela destruição que ocorre na floresta. Na nossa compreensão, elas os defendem por se tratarem de um segmento economicamente vulnerável, o que sugere que estão construindo um discurso ambiental com uma interlocução com o de luta de classes.

Hall (2011) tem mostrado que a classe social não serve mais como um dispositivo discursivo mobilizador por meio do qual todos os variados interesses e identidades possam ser conciliados e representados. Na diversidade de agendas e sujeitos pós-modernos, nenhuma identidade singular pode conciliar todas as demais em uma identidade única e abrangente, na qual todas as pessoas pudessem ver seus interesses sociais representados. Porém, ainda que o discurso de classe não sirva mais como um dispositivo “mestre”, podemos observar, pelos relatos das entrevistadas, que ele ainda vigora e se apresenta inserido e dialogando com outros dispositivos e interesses.

A arena política pós-moderna se apresenta fraturada devido às identificações rivais e deslocantes, ocasionadas principalmente pela fragmentação dessa identidade mestra de classe, mas também pela emergência de identidades sociais associadas a um novo cenário político definido pelos novos movimentos sociais, dentre os quais o ambientalismo (HALL, 2011). Porém, essa identidade não desaparece de tudo, ora se apresentando desgastada, ora se atualizando na interlocução com outros dispositivos na conjuntura política atual.

É interessante notar que, não por acaso, Diana, Júlia e Manuela são entrevistadas do Amazonas, onde o socioambientalismo é marcante. Como vimos anteriormente, trata-se de uma abordagem do ambientalismo cujo discurso se aproxima da esquerda e que busca, por meio do trabalho e da aproximação com o

meio ambiente, a redução das desigualdades sociais e a construção de um sujeito social ativo e autônomo.

#### 6.6.2 Amigo/adversário – O Estado

Diante das condições precárias de vida que pôde testemunhar, Júlia, no mesmo trecho da sua entrevista analisado anteriormente, questiona qual seria o papel do Estado na governança de um grupo que ele mesmo abandona. Qual deveria ser a relação entre Estado e cidadão, quando o primeiro não cumpre com suas obrigações com o segundo? De modo geral, observamos nas entrevistas dos militantes envolvidos com trabalhos de ONGs a mesma crítica com relação à ineficácia do Estado em cumprir com suas obrigações. Nos seus discursos, o próprio poder público justifica a existência das ONGs, pois elas trabalham realizando aquilo que ele não faz, chegando às populações que ele mesmo abandona e tentando corrigir as suas falhas, como vemos no discurso de Marina:

Marina: A gente vê as ONGs ainda trabalhando de forma muito frágil, sem muita estrutura, sem muito apoio, e geralmente sendo encarados como inimigos do sistema. Então, a gente já vê em outros locais, essas ONGs estão ali juntas com o sistema. Já conseguiram estabelecer esse vínculo, ainda que em muitas ações elas estejam trabalhando para impedir que o sistema faça determinadas coisas, mas acabam sendo parceiras. Em outros lugares a gente ainda vê aquela forma mais antiga, como alguém para se opor, e na verdade o papel não é esse, né? A ONG veio para fazer o que o sistema não tá fazendo, então deveria ser parceiro, porque é uma mão a mais desenvolvendo alguma atividade dentro da comunidade, da sociedade (44 anos, PB).

É ao Estado que ela se refere quando fala sobre o “sistema”, descrevendo-o como ineficiente e negligente, como uma entidade para a qual os interesses políticos falam mais alto do que o dever de cumprir com aquilo para que foi designado, ou seja, a promoção do bem-estar da população e a proteção do meio ambiente. Em seu relato ela explicita a relação conflituosa entre ONGs e Estado pois, na sua perspectiva, as organizações ainda são vistas pelo Estado como opositoras, como um “inimigo do sistema”, uma vez que elas precisam impedir ou corrigir ações realizadas pelos governantes, que tantas vezes agem de acordo com conveniências

políticas, desconsiderando as consequências ambientais das suas iniciativas. No entanto, em outros contextos, as ONGs são posicionadas como aliadas do poder público, pois compartilham dos mesmos objetivos com relação à preservação do meio ambiente, e realizam aquilo que ele não faz, mesmo com problemas estruturais e apoio limitado.

### 6.6.3 Adversários – Os antiambientalistas

As nossas análises buscaram ainda privilegiar uma discussão a respeito do modo como os entrevistados construíram discursivamente grupos cujas práticas discursivas se opõem às dos ambientalistas. O discurso contrário ao ambientalismo, que combate os ideais de preservação e conservação do meio ambiente, que denominamos aqui de antiambientalista, também se refere a um grupo de ideias e sujeitos externos ao movimento ambientalista, cuja compreensão da relação que o homem estabelece com a natureza discorda extensivamente dos discursos analisados até aqui.

Atribuir características a um grupo que consideramos um adversário ou inimigo do nosso é uma maneira de falar, implicitamente, de nós mesmos, de nosso grupo. No atual conflito político brasileiro, por exemplo, quando os inimigos do Partido dos Trabalhadores afirmam que os petistas são corruptos e comunistas estão afirmando, tacitamente, o contrário de si próprios. Assim, buscamos observar as tensões existentes entre essas concepções, salientando como esses antiambientalistas são caracterizados e posicionados pelos nossos entrevistados.

Nesse processo, observamos que o agronegócio é descrito como sendo antiambientalista, como vemos nas falas de Alex, Carlos e Jairo:

Alex: Eu acho que o setor ruralista é antiambientalista completamente! E não consigo te dizer com segurança se por um contexto simplesmente de crença do modelo que eles seguem ou, se por ignorância, ou outro lado, a não entender. Eu não sei se a Kátia Abreu é escrota assim porque ela é... por intenção, ou se ela é uma coitada mesmo nessa fatia da discussão, de não entender minimamente do que se trata. Eu acho que burro ninguém é, dessa moçada, mas eu acho que tá tão difundido o conhecimento superficial no Brasil que a gente tá discutindo coisas que a gente não

conhece. E porque a questão socioambiental, ou o ambientalismo, não é nem... o nível da discussão não é nem uma questão de preciosismo, de preciosidade da gente ter reservas bonitas no Brasil. É uma questão de necessidade. A gente não vai conseguir seguir a vida se a gente não mantiver alguns processos ecológicos. E a gente tá muito à beira do colapso né, mostrado por cientistas que tão a fundo disso há muito tempo já (34 anos, AM).

Carlos: Todo empresário, que vive do capital da exploração da mão de obra, das pessoas que mexem com meio ambiente, esses são todos antiambientalista, são perversos. Todos os empresários que cuidam apenas da sua riqueza, do seu capital, que explora o meio ambiente e os trabalhadores do meio ambiente, que vivem do meio ambiente. Eu estou falando das indústrias pesqueiras, das indústrias de exploração da monocultura da cana de açúcar, do côco, do eucalipto, dos pinhos. Estou falando dos fruticultores, que trabalham a monocultura e a frutocultura irrigada. Eu estou falando daqueles que trabalham com grandes extensões de terra sem fazer as contenções, esses são antiambientalistas (60 anos, PB)!

Jairo: Todo o setor do agronegócio é antiambientalista, o Ministério da Agricultura é antiambientalista. A Kátia Abreu vive fazendo declarações, ela acabou de declarar, de fazer declarações conclamando uma guerra contra o lobby orgânico. Ora, a profissão orgânica é ambientalista por excelência, se ela é contra, ela está defendendo os agrotóxicos, os transgênicos, então esse setor é contra. O atual governo é antiambientalista, o atual governo federal, essa coalizão desafiada pelo PT, PMDB e outros partidos, é antiambientalista, anti indígena, claramente anti indígena. É desenvolvimentista, querem fazer um milagre desenvolvimentista que não vai mais ocorrer. Então, governo, o agronegócio, CNA, Confederação Nacional de Agricultura, que é a organização do agronegócio aqui, é antiambientalista (67 anos, PE).

Josias: Nós temos aqui o sindicato dos madeireiros, que são pessoas que não defendem isso. Boa parte do sindicato acha que não se desenvolve se não tocar fogo na floresta. Que acha que o que tem que ser tirado, tem que ser tirado e pouco se importa com essa questão (52 anos, AM).

Como podemos notar, é marcante nos discursos dos entrevistados o posicionamento do setor ruralista com sendo contrário ao ideal de preservação ambiental, tendo Kátia Abreu, ex-ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da ex-presidenta Dilma Rousseff, o seu maior expoente. No seu relato, Alex associa a perspectiva antiambientalista desse setor à falta de conhecimento sobre os processos naturais, ou mesmo à má fé: “Eu não sei se a Kátia Abreu é escrota assim porque ela é... por intenção, ou se ela é uma coitada mesmo nessa fatia da discussão, de não entender minimamente do que se trata”. Para ele, o

antiambientalista põe em risco a continuidade da vida do planeta e do próprio negócio, uma vez que é preciso a conservação dos fenômenos naturais para que a terra possa permanecer cultivável. O ambientalista é posicionado, portanto, como aquele imbuído de conhecimento que vem salvar a vida no planeta.

Na fala de Carlos, que destaca os prejuízos sociais causados pela exploração do homem do campo pelas grandes corporações do negócio agrícola, o antiambientalista é aquele que, além de praticar um modelo de cultivo que esgota e empobrece o solo, como a monocultura, ainda abusa da mão de obra daqueles que trabalham com a terra. Há, portanto, uma tônica socioambiental na sua crítica ao empresariado que, na ânsia por riqueza, destrói o meio ambiente e explora o homem.

Com anos de experiência como indigenista e incentivador da agroecologia no Brasil e no exterior, Jairo também critica a agricultura tradicional praticada pelos grandes empresários agropecuários. Ele considera, ainda, o Governo Federal como antiambientalista, uma vez que legitima essa iniciativa ao ter tido como parte do seu ministério, uma representante do setor<sup>40</sup>. Desse modo, vemos que o seu discurso reitera a mesma crítica que os ambientalistas faziam ao modelo de desenvolvimento que foi tão marcante nos anos 1980 e 1990, como explicitamos em capítulo anterior, mas que se atualiza nos novos contextos de crescimento econômico.

No relato de Josias, que é pequeno produtor do Amazonas e ligado ao sindicato de agricultores, ele diz que, para parte dos madeireiros daquela região, não há desenvolvimento se não houver a extração e o uso de todos os recursos da floresta, e que, para esses madeireiros, a preservação da natureza seria um obstáculo para o desenvolvimento: “Boa parte do sindicato acha que não se desenvolve se não tocar fogo na floresta”. No mesmo sentido, Higuchi, Azevedo e Forsberg (2012) alertam para os estudos que demonstram que, para as pessoas que residem próximas às reservas florestais, a floresta tem sido representada como um lugar atrasado e, de certa forma, distante do ideal de desenvolvimento e de progresso. Aqueles que residem nesses espaços, por sua vez, são significados como pessoas do interior, cujas imagens pessoais estão associadas ao rural. Por

---

<sup>40</sup> Vale lembrar que na época da sua entrevista, o Brasil ainda não tinha passado pelo processo de impeachment de Dilma Rousseff, por essa razão, a sua crítica é devido também às políticas de caráter desenvolvimentista que, ao realizar as construções de grandes obras de infraestrutura, entrou em conflito com alguns grupos indígenas na defesa dos seus interesses.

essa razão, há uma busca por paisagens construídas em detrimento de espaços verdes e de preservação, como uma maneira de se distanciar, real ou simbolicamente, dessa realidade. A transformação dos espaços naturais, mesmo que sejam considerados úteis e importantes, seria, assim, justificada se fosse a favor do desenvolvimento ou do “progresso”.

Portanto, o que se critica nos discursos dos entrevistados é o capital, a exploração do homem e um modelo de desenvolvimento que, em nome do crescimento econômico, desconsidera os danos que têm causado à natureza e às sociedades, produzindo injustiça social e ambiental. Assim, vemos que, nas suas narrativas, mesmo se referindo a alguns sujeitos específicos, o antiambientalista, na verdade, diz respeito a todo um conjunto de práticas e ideias fundamentadas numa visão equivocada dos processos ecológicos, que destrói e inviabiliza a vida humana na Terra, extinguindo natureza e homem. O ambientalista é aquele que vem para salvar o planeta da devastação causada pela ganância sem limites do capital. Nesse contexto, ele não fala em nome de um grupo particular, mas trabalha para interesses universais e em benefício de toda a humanidade.

Na vertente do ambientalismo que aproxima ecologia e desenvolvimento econômico e social, o socioambientalismo, busca-se melhorar a vida das pessoas, fundamentando-se no princípio de que a natureza é uma aliada nesse processo, de que é possível usufruir do meio ambiente sem o inviabilizar para o futuro. Como um movimento social, suas reivindicações não são apenas por uma mudança de estilo de vida, mas também por melhorias na distribuição de renda e no projeto de desenvolvimento, alcançadas a partir de uma aproximação com a natureza, preservando assim a humanidade e o meio ambiente. Vimos, portanto, que o movimento ecológico luta para que a natureza e o homem sobrevivam, pois, na sua perspectiva, ele também faz parte da natureza. O ambientalista, independentemente da subcategoria do movimento com a qual ele se identifique, se apresenta como um defensor do meio ambiente, da vida, do planeta e do próprio ser humano.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos relatos orais de vida dos entrevistados, pudemos levantar algumas considerações a respeito dos processos de construção discursiva da identidade, tanto individual como coletiva, de ativistas do movimento ambiental. Seus discursos são versões de uma história pessoal e, ao mesmo, tempo social, que não falam de um ambientalismo abstrato, e sim de um real e conectado à vida deles. Eles falam de uma realidade, de um conjunto de relações e de uma história que não é isolada, mas ligada a uma rede que, devido às particularidades características dos nossos contextos sócio-históricos, é bem brasileira.

Ao mesmo tempo em que revelaram idiosincrasias das histórias de cada um, seus relatos orais mostraram ainda algumas trajetórias comuns nos diversos relatos que, estando marcadas pela experiência com determinadas instituições sociais, foram descritas como particularmente importantes no seu processo de socialização e para que se envolvessem com o ambientalismo. Um ambiente familiar cuja proximidade com a natureza permeava as relações como uma prática natural, as interlocuções construídas em espaços educacionais com sujeitos individuais e organismos sociais e, ainda, a Igreja Católica, foram posicionados como relevantes para a origem de um sentimento de cuidado pela natureza e de articulações que se configuraram como contextos de emergência das suas identidades de ambientalistas e viabilizaram a construção de novas práticas políticas e ecológicas.

As narrativas indicaram também as diversas compreensões a respeito do homem e da natureza que circulam no seu universo simbólico e, em consequência, nas suas relações sociais e institucionais, que se apresentaram na forma das múltiplas posições de sujeito que eles atribuíram a si mesmos e a um outro externo, sendo esse outro reconhecido como ambientalista ou mesmo um adversário entendido como exterior ao ambientalismo. As descrições sobre o ambientalismo e os ambientalistas, construídas nos seus relatos orais de vida e cuja polissemia expõe as disputas entre os diferentes sentidos conferidos à prática política e

ambiental, constituem um movimento social complexo, diverso e característico do cenário sócio-político atual.

A identidade social construída nos seus discursos os posiciona enquanto um grupo que luta pelo bem de toda a humanidade. O discurso ambientalista evocado nas suas narrativas fala em nome de interesses universais, lutando pela salvação do planeta e pela sobrevivência do homem, pois este é parte integrante da natureza. Seu ativismo é por uma mudança de estilo de vida e na relação que se estabelece com o meio ambiente, na direção de uma aproximação com a natureza. Na sua vertente socioambiental, falam também sobre melhoria na distribuição de renda e se posicionam em termos políticos como membros da esquerda.

As categorias identitárias que foram identificadas e elencadas nas nossas análises ainda que pareçam antagônicas em algumas situações, podendo até mesmo representar posições sociopolíticas extremas, revelam as combinações intrincadas de significados, valores, filosofias e discursos referentes a esse campo político em particular. Elas mostram a coexistência de diferentes ambientalismo tantas vezes colocados na literatura como divergentes e antagônicos, mas que, nos seus discursos salientam que as diferentes compreensões sobre o ambientalismo coexistem e disputam entre si, por meio dos jogos de poder, a legitimidade e a hegemonia nesse campo discursivo.

Os discursos dos entrevistados ressaltam, portanto, a mobilização de diferentes tipos de ambientalistas, construídos em meio às oposições, aos conflitos e às divisões intragrupo, mas também pela aproximação e pelas similitudes com outros grupos. Esses jogos discursivos expõem as relações e os conflitos de poder entre os diferentes ambientalismo, que constroem, reforçam ou enfraquecem as fronteiras identitárias, tornando-as bem definidas em alguns momentos e opacas em outros. Por conseguinte, os nossos depoentes abordam o ambientalismo como uma pluralidade, composto por várias posições identitárias, como um sujeito político que é constituído em meio às várias práticas articulatórias e abordagens discursivas nos cenários das relações políticas e sociais contemporâneas. Isso nos leva a concluir que é inadequado falar desse agente social como se estivéssemos nos referindo uma entidade unificada e homogênea.

As nossas análises discorrem, dessa maneira, sobre distintas identidades ambientalistas que, apesar de estabelecerem conexões com outras posições, não podem ser permanentemente definidas. As diferentes posições de sujeito identificadas em nossas análises indicam uma diferenciação que se relaciona com a impossibilidade de se estabelecer uma ligação prévia entre elas. Contudo, isso não significa a inexistência de esforços constantes para estabelecer essas conexões. Logo, falamos de um social que se apresenta na forma de resultantes momentâneas dessas articulações.

Por fim, concluímos que este trabalho contribuiu quando se propôs a esclarecer os processos que acontecem a partir de mediações de diferentes instituições sociais, produzindo contextos tanto psicológicos quanto culturais, históricos e territoriais que deram condições de emergência para a identidade coletiva de ambientalista, possibilitando, ainda, que articulações de diferentes posições de sujeitos e identidades coletivas dessem condições para a constituição de uma identidade política. Ao conhecer os aspectos psicossociais e políticos dos processos de identificação dos sujeitos ambientalistas, tanto os individuais como o coletivo, estamos permitindo o uso de instrumentais e metodologias de ação mais eficazes na direção de colaborar com a construção de novas identidades políticas. São, portanto, contribuições tanto acadêmicas quanto sociopolíticas.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, D. S. **Protagonismo Socioambiental**: O olhar de jovens participantes de programas de educação ambiental. Manaus: UFAM, 2013.

ALONSO, A.; COSTA, V.; MACIEL, D. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. **Novos estudos-CEBRAP**. São Paulo (SP), n. 79, 2007.

BENTES, R. A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia. **Estudos Avançados**, 19 (54), 2005.

BENWELL, B.; STOKOE, E. **Discourse and identity**. Edinburgh: Edinburgh University Press Ltd, 2006

BOFF, L. Quarenta anos da Teologia da Libertação. 2011. Disponível em: <https://leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/> Acesso em 20.12.2016

BOFF, L.; BETTO, F. **Mística e Espiritualidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Ministério da Educação. Coordenação-Geral de Educação Ambiental. **Coletivos Jovens de Meio Ambiente**:Manual Orientador. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação; Ministério do Meio Ambiente. **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Coordenação: Soraia Silva de Mello, Rachel Trajber. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental. Brasília: UNESCO, 2007.

CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G.; BRUNO, A. C. S. Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. XVII, n. 3, jul.-set. 2014.

CANETTI, E. **Massa e poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARVALHO, I. C. M. O sujeito ecológico e identidade social: a juventude nas trilhas da reinvenção de si e da política. IN: DEBONI, F. **Juventude, cidadania e meio ambiente**: subsídios para a elaboração de políticas públicas. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Diretoria de Educação Ambiental, 2006.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Histórico. Disponível em:  
<<http://www.cptnacional.org.br/index.php/sobre-nos/historico>>. Acesso em:  
21.12.2016

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 5. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB, 2004.

DINIZ, L. R. **Um espelho para se contemplar: a adolescência em discursos de adolescentes da zona rural**. 2010. 135 fls. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Psicologia, Recife. 2010.

EDWARDS, D. The relevant thing about her: Social identity categories in use. IN: ANTAKI, C.; WIDDICOMBE, S. (eds). **Identities in Talk**. London: Sage, 1998.

FELIZOLA, M. P. M.; COSTA, F. B. O Ambientalismo em Sergipe. Um percurso histórico dos movimentos ambientais entre 1983-2011. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. vol. 4, nº 8, dez, 2012.

FERNANDES, M; AMARAL, M. G.; SENA, L. Aspectos legais das Unidades de Conservação. IN: HIGUCHI, M. I.; FREITAS, C. C.; HIGUCHI, N. (orgs). **Morar e viver em unidades de conservação no Amazonas: considerações socioambientais para os planos de manejo**. Manaus, 2013.

GEORGAKOPOULOU, A. Thinking big with small stories in narrative and identity analysis. **Narrative inquiry**, Worcester (MA, EUA), v. 16, n. 1, 2006.

GEORGAKOPOULOU, A.; LYTRA, V. Language, discourse and identities in Greek contexts. IN: GEORGAKOPOULOU, A.; LYTRA, V. (edts). **Language, discourse and identities: snapshots from Greek contexts**. Amsterdam: International Pragmatics Association (IPrA), vol. 19, n. 3, 2009.

GILL, R. Análise do discurso. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (ed.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petropolis: Vozes, 2002.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HARRÉ, R.; VAN LANGENHOVE, L. (eds). **Positioning Theory: moral contexts of intentional action**. Oxford and Massachusetts: Blackwell Publishers, 1999.

HIGUCHI, M. I. G.; AZEVEDO, G. C. Educação como Processo na Construção da Cidadania Ambiental. **Rede Brasileira de Educação Ambiental**. n. 0, v.ii, Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, nov., 2004.

HIGUCHI, M. I. G.; AZEVEDO, G. C.; FORSBERG, S. S. A floresta e sociedade: ideias e práticas históricas. IN: HIGUCHI, M. I. G.; HIGUCHI, N. (editores). **A floresta Amazônica e suas múltiplas dimensões: uma proposta de educação ambiental**. 2ª edição. Manaus: [s. n.], 2012.

JACOBI, P. Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. IN: RIBEIRO, W. (org.) **Patrimônio Ambiental**. São Paulo (SP): EDUSP, 2003.

JENKINS, R. **Social identity**. 3ª ed. London and New York: Routledge, 2008.

KOFES, S. Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. **Cadernos PAGU**, (3), 1994.

LACLAU, E. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 1, n. 2, 1986.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonía y estrategia socialista**. Hacia una radicalización de la democracia. Madri: Letra E, 1987.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista**. Por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

LANG, A.B.S.G.; CAMPOS, M.C.S.S.; DEMARTINI, Z.B.F. **História Oral e Pesquisa Sociológica: a experiência do CERU**. 29 ed. São Paulo: Humanitas, 2001.

LEIS, H. **A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Montevideo: Coscoroba ediciones, 2004.

LIMA, G. F. C. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 1, jan./abr., 2009.

LIMBAUGH, R. **See, I Told You So**. Pocket Books, 1993. ISBN-13: 978-0671871215

LOUREIRO, C. F. B.; COSSIO, M. F. B. Um olhar sobre a educação ambiental nas escolas: considerações iniciais sobre os resultados do projeto “O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental?”. IN: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Coordenação: Soraia Silva de Mello, Rachel Trajber. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação

Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental. Brasília: UNESCO, 2007.

MAUES, R. H. Comunidades "no sentido social da evangelização": CEBs, camponeses e quilombolas na Amazônia Oriental Brasileira. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-85872010000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872010000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 15 Jan. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-85872010000200002>

MEDRADO, B. Textos em cena: a mídia como prática discursiva. IN: SPINK, M. J. P. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2004.

MOUFFE, C. Citizenship and political identity. The identity in question. **October**, Cambridge (MA-EUA), v. 61, 1992a.

MOUFFE, C. Democratic citizenship and the political community. IN: MOUFFE, C. (org.). **Dimensions of radical democracy**: pluralism, citizenship, community. London: Verso, 1992b.

MOUFFE, C. **El retorno de lo político**. Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical. Paidós, 1999.

MOUFFE, C. **Chantal Mouffe: "A política tem a ver com o conflito"**. Entrevista a Mercedes López San Miguel. Carta Capital, 08/09/2010. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Chantal-Mouffe-A-politica-tem-a-ver-com-o-conflito-/6/16166> Acesso em: 11.05.2016.

MUIR, R.; WETHERELL, M. **Identity, politics and public policy**. London: Institute for Public Policy Research, 2010.

NAESS, A. **Ecology, Community and Lifestyle**: outline of an ecosophy. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

POLKINGHORNE, D. E. Narrative and self-concept. **The Journal of Narrative and Life History**, Worcester (MA, EUA), v 1 (2 and 3), 1991.

POTTER, J. **La Representación de La Realidad**. Discuso, retórica y construcción social. Barcelona: Paidós, 1998.

POTTER, J.; WETHERELL, M. **Discourse and social psychology**: beyond attitudes and behavior. London: SAGE Publications, 1992.

PRADO, M.A. M. Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. **Psicologia em Revista**. Belo Horizonte, v. 8, n. 11, jun. 2002.

PRADO, M. A. M.; CAMPICI, C. P. F.; PIMENTA, S. D. Identidade coletiva e política na trajetória de organização das trabalhadoras rurais de Minas Gerais: para uma psicologia política das ações coletivas. **Psicologia em revista**. Belo Horizonte, v. 10, n. 16, dez. 2004.

SANDOVAL, S. The crisis of the Brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s. **Revista Psicologia Política**, v. 1, n. 1, 2001.

SILVA, M. Histórias da floresta, da vida e do mundo. **Revista ECO21**. N. 72, novembro, 2002. Disponível em:  
<<http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=399>>. Acesso em 31.08.2016

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R. Políticas de Educação Ambiental do Órgão Gestor. IN: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Coordenação: Soraia Silva de Mello, Rachel Trajber. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental. Brasília: UNESCO, 2007.

SPINK, M. J. P. & MENEGON, V. A pesquisa como prática discursiva: superando horrores metodológicos. IN.: SPINK, M. J. P. (Org.). **Práticas discursivas e produções de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, pp. 63-92, 2004.

VELÔSO, T. M. G. et al. A identidade em discursos de taxistas. **Psicologia & Sociedade**; 21 (1), 2009.

VIOLA, E.; VIEIRA, P. Da preservação à natureza e de controle da poluição ao desenvolvimento sustentável: um desafio ideológico e organizacional ao movimento ambientalista no Brasil. **Revista de Administração Pública**.26(4), out/dez. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1992.

WALL, D. **Green history: a reader in environmental literature, philosophy and politics**. Routledge: London (UK), 1994.

WALL, D. **Earth First! and the anti-roads movements**. Radical environmentalism and comparative social movements. London (UK): Routledge, 1999.

WALL, D. **The no-nonsense guide to green politics**. New Internationalist Publications Ltd: Oxford (UK), 2010.

WETHERELL, M. Group conflict and the social psychology of racismo. IN: WETHERELL, M. (org). **Identities, groups and social issues**. London: Sage Publications, 1997a.

WETHERELL, M. Life histories/social histories. IN: WETHERELL, M. (org). **Identities, groups and social issues**. London: Sage Publications, 1997b.

WETHERELL, M. **Theorizing Identities and Social Action**. Open University: UK, 2009.

WETHERELL, M.; POTTER, J. **Mapping the language of racism: discourse and the legitimation of exploitation**. London: Harvester Wheat Sheaf, 1992.

## **ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (DOUTORADO)

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS - Resolução 466/12)**

Convidamos o(a) Sr.(a) para participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **“Discurso e identidade de militantes do movimento ambientalista da região Nordeste do Brasil”**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora **Larissa Raposo Diniz**, cujo endereço profissional é: Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Av. da Arquitetura s/n, 9º andar, Departamento de Psicologia – Cidade Universitária, Recife – PE, CEP: 50740-550, e-mail: larissardiniz@gmail.com, telefone (o(a) entrevistando(a) poderá ligar a cobrar caso necessite falar com a pesquisadora e não tenha recursos para realizar a ligação): (83) 9960-3176. E esta pesquisa de doutorado está sob orientação do Prof. Dr. Pedro de Oliveira Filho, e-mail: deoliveirafilhopedro@gmail.com.

Este Termo de Consentimento pode conter alguns tópicos que o/a senhor/a não entenda. Caso haja alguma dúvida, pergunte à pessoa que está lhe entrevistando, para que o/a senhor/a esteja bem esclarecido (a) sobre tudo que está respondendo. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, caso aceite em fazer parte do estudo, rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa o (a) Sr. (a) não será penalizado (a) de forma alguma. Também garantimos que o (a) Senhor (a) tem o direito de retirar o consentimento da sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalidade.

#### **INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:**

Esta pesquisa possui como objetivo principal analisar a construção discursiva de identidades para sujeitos individuais e coletivos do Movimento Ambientalista em relatos de seus militantes da região Nordeste do Brasil. Temos como propósito contribuir na direção de formulação de uma política pública ambiental que valorize o engajamento, a articulação e o protagonismo social, e que ao mesmo tempo acene com ações efetivas, estratégias e instrumentos que envolvam os atores sociais na sua concepção e execução. Além disso, podemos gerar contribuições e reflexões ao evidenciar os discursos que cooperam para a construção da identidade de militantes do ambientalismo, ressaltando os processos de

subjetivação que colaboram para a constituição desta identidade social. Buscamos, ainda, levantar algumas reflexões que possam servir de orientação para intervenções voltadas para a conscientização das pessoas acerca das questões ambientais tão urgentes no contexto atual em que nos encontramos.

Para esse estudo realizaremos entrevistas individuais utilizando como recurso o uso do gravador como uma forma de preservar os discursos. Essas informações terão única e exclusiva finalidade de análise, com a garantia de que apenas a pesquisadora e seu orientador terão acesso à sua íntegra.

**Benefícios da pesquisa:** Como benefício direto a pesquisa poderá propiciar um melhor entendimento sobre a construção de identidades sociais a partir de discursos que circulam nas relações sociais, bem como sobre o ambientalismo enquanto um movimento social. Já os benefícios secundários consistirão numa melhor compreensão da temática a partir das vozes da militância, que poderá embasar novos posicionamentos e práticas no campo social e político para as ações de preservação ambiental.

**Riscos da pesquisa:** É possível o surgimento de uma tensão por parte dos entrevistados no momento em que eles falarem sobre as suas histórias de vida, uma vez que serão questionados sobre as suas trajetórias de militantes, suas concepções acerca do ambientalismo, bem como sobre os discursos circulantes no social que fazem oposição às propostas de preservação ambiental. Portanto, como forma de minimizar a possível tensão as entrevistas serão realizadas em ambiente reservado e de confiança do entrevistado. Se o problema persistir a pesquisadora não dará prosseguimento a entrevista.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (as entrevistas) ficarão armazenados no computador pessoal da pesquisadora responsável, sob a responsabilidade do Profº Drº Pedro de Oliveira Filho, pelo período de (mínimo 5 anos).

O (a) senhor (a) não pagará nada para participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidos pela pesquisadora (ressarcimento de transporte e alimentação). Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740 -600, Tel.: (81) 2126.8588 – email: cepccs@ufpe.br.**

Recife, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

---

assinatura da pesquisadora

## CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com a pesquisadora responsável, concordo em participar do estudo **“Discurso e identidade de militantes do movimento ambientalista da região Nordeste do Brasil”**, como voluntário(a).

Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data:

---

Nome e Assinatura do participante ou responsável:

---

**Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar.** (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_